



Universidade de Brasília



PREGÃO ELETRÔNICO

90009/2026

Universidade de Brasília (UASG 154040)

Decanato de Administração e Finanças – DAF

Diretoria de Compras – DCO

Coordenadoria de Licitações

OBJETO

Contratação de serviços de engenharia contínuos de manutenção predial dos imóveis de propriedade da Universidade de Brasília, incluindo fornecimento de materiais, peças, insumos e ferramentas. A manutenção predial envolve manutenção preventiva, corretiva e serviços eletivos (incluindo pequenas adaptações ou reformas de ambientes), com fornecimento de mão de obra, material e demais insumos necessários e adequados à correta e completa execução dos serviços

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 8.444.232,06 (oito milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil duzentos e trinta e dois reais e seis centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 13/03/2026 às 09:00 horas (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Maior desconto

REGIME DE EXECUÇÃO:

Empreitada por preço unitário

MODO DE DISPUTA:

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS**NÃO****MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM****NÃO**

Baixe o APP compras.gov.br e
apresente a sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO -----	

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO -----	

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO -----	

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO -----	

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA -----	

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES -----	

7. DA FASE DE JULGAMENTO -----	

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	-----

9. DO TERMO DE CONTRATO	-----

10. DOS RECURSOS	-----

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	-----

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	-----

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	-----

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23106.071924/2025-74)

Torna-se público que a Universidade de Brasília, por meio da Coordenadoria de Licitações – DAF/DCO/COL, sediado no Campus Universitário Darcy Ribeiro – Prédio da Reitoria 2º Andar, Brasília – DF, realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a prestação de serviços de engenharia contínuos de manutenção predial dos imóveis de propriedade da Universidade de Brasília, incluindo fornecimento de materiais, peças, insumos e ferramentas. A manutenção predial envolve manutenção preventiva, corretiva e serviços eletivos (incluindo pequenas adaptações ou reformas de ambientes), com fornecimento de mão de obra, material e demais insumos necessários e adequados à correta e completa execução dos serviços, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. **O critério de julgamento adotado será o maior desconto sobre o item 1, cujo valor total corresponde ao valor estimado da contratação para uma vigência de 20 (vinte) meses, conforme as exigências contidas neste Edital e seus Anexos, especialmente no que se refere às especificações do objeto.**

1.3. **Durante a vigência do contrato, o desconto proposto pela licitante vencedora incidirá sobre todos os itens da Planilha SINAPI, de forma linear, devendo ser considerados os custos relativos ao fornecimento de materiais e mão de obra, incluindo encargos sociais incidentes, aluguel de todas as**

máquinas, deslocamentos, orçamentos, equipamentos e ferramentas necessárias à correta execução dos serviços, ainda que não discriminados, fretes e carretos, bem como quaisquer perdas de material.

1.4. Havendo divergências entre a descrição do objeto constante no edital e a descrição do objeto constante no SITE COMPRASGOV, "SIASG" OU NOTA DE EMPENHO, prevalecerá, sempre, a descrição deste edital.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. A participação no item 1 é aberta a AMPLA CONCORRÊNCIA.

2.7. Para o item 1 não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.8.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.8.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8.11. pessoas físicas.

2.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.10. O impedimento de que trata o item 2.8.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.5 e 2.8.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.13. O disposto nos itens 2.8.5 e 2.8.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.15. A vedação de que trata o item 2.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. **DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. **DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos

direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#)

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.4 e/ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo o quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.8 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Desconto sobre valor total do item 1 para os 20 (vinte) meses da vigência do contrato, conforme item 1.7.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9. Sendo adotado o critério de julgamento de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. **O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será o estipulado no sistema www.gov.br/compras.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.
- 6.11. Foi adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.18.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.18.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei (carece de regulamentação, não será aplicado);
- 6.18.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.18.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.19. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.1. empresas brasileiras;

6.19.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.20. **Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.**

6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.21.4. **O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

6.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.5.1. conter vícios insanáveis;

7.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.5.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.5.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

7.5.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.8.1. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.8.2. **No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.**

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio digital.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, por meio de agendamento prévio com a Secretaria de Patrimônio Imobiliário (SPI) da UnB pelo e-mail spicmp@unb.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.11. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.14. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas para:

8.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de **02 dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. **O Pregoeiro enviará e-mail para o adjudicatário realizar o cadastro de usuário externo do Sistema Eletrônico SEI. Após o cadastro, o adjudicatário terá acesso ao link do processo no SEI para que seja assinado digitalmente em até 02 dias úteis o Termo de Contrato.**

9.4. O prazo dos item 10.2 poderá ser prorrogado por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7. Na hipótese de irregularidade será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para regularização perante o cadastro. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a pedido, mediante justificativa.

9.8. **A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.**

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. **o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.**

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.daf.unb.br.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#)

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. **A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: col@unb.br .**

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.daf.unb.br

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência e seus anexos;
- 13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- 13.11.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato.



Documento assinado eletronicamente por **Licia Holanda Almeida, Pregoeiro(a) do Decanato de Administração**, em 04/03/2026, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **13879413** e o código CRC **86BEA1A6**.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB

Termo de Referência 504/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
504/2025	154040-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB	MIRIAM DE CARVALHO CARNEIRO BRAGA	13/02/2026 09:27 (v 0.25)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia		23106.071924/2025-74

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23106.071924/2025-74)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviços de engenharia contínuos de manutenção predial dos imóveis de propriedade da Universidade de Brasília, incluindo fornecimento de materiais, peças, insumos e ferramentas. A manutenção predial envolve manutenção preventiva, corretiva e serviços eletivos (incluindo pequenas adaptações ou reformas de ambientes), com fornecimento de mão de obra, material e demais insumos necessários e adequados à correta e completa execução dos serviços, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviços comuns de engenharia, incluindo manutenção, conservação, adaptação, reparação e instalação de infraestruturas prediais e imobiliárias, todos com fornecimento de materiais e peças, equipamentos e mão de-obra necessários para atender as edificações da Universidade de Brasília, conforme condições,	1627	unid.	1	R\$ R\$ 8.444.232,06	R\$ R\$ 8.444.232,06

quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.					
---	--	--	--	--	--

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a interrupção pode comprometer a continuidade das atividades e colocar risco a integridade física das edificações e das pessoas que circulam nas edificações da universidade, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 20 (vinte) meses contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 5 (cinco) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2023-2028 (pg 160) e alinhado com o Plano diretor de Logística Sustentável da UnB, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência e no Estudo Preliminar Técnico. O PDI encontra-se disponível na Revista Digital do PDI (https://planejamento.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=43&Itemid=833#:~:text=Assim%2C%20o%20PDI%20UnB%202023,gest%C3%A3o%20inova%C3%A7%C3%A3o%20e%20responsabilidade%20social).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar Nº 457/2025.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os critérios de sustentabilidade estão pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar;

Subcontratação

4.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **30% (trinta por cento)** do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.3. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.3.1. Serviços relacionados ao sistema elétrico;

4.3.2. Serviços relacionados ao sistema hidráulico;

4.3.3. Serviços de revestimento de pisos e paredes;

4.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.5. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.6. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.7. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.8. A Contratada deverá apresentar, previamente ao início da execução dos serviços e sempre que houver alteração de equipe, a relação nominal dos profissionais diretamente envolvidos na execução contratual, acompanhada de documentos que comprovem o vínculo empregatício ou contratual desses profissionais com a Contratada. Deverá, igualmente, fornecer a relação dos profissionais vinculados à Subcontratada, com a respectiva comprovação de vínculo. Essas informações permitirão à Contratante verificar o cumprimento do limite máximo de 30% (trinta por cento) de subcontratação, bem como fiscalizar a composição da equipe executora e a regularidade dos vínculos declarados.

Garantia da contratação

4.9. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **10% (dez por cento)** do **valor total** da contratação. O percentual adotado justifica-se em razão da complexidade técnica, dos riscos operacionais e da criticidade dos serviços contínuos de manutenção predial, cuja execução inadequada pode comprometer a segurança dos usuários e a conservação do patrimônio público. Nas hipóteses de prorrogação contratual, a garantia deverá ser renovada, observando-se sempre como base de cálculo o valor anual vigente do contrato.

4.9.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.10. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

- 4.10.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 4.10.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 4.10.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 4.10.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 4.10.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 4.11. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.12. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.13. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.14. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.14.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.15. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.15.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.15.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 4.15.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.16. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial .
- 4.17. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.18. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.19. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obrigase a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada .

4.20. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.20.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.20.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.21. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.21.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.21.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.22. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.23. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.24. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.25. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.26. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 (nove) horas às 16 (dezesesseis) horas, **por meio de agendamento prévio com a Secretaria de Patrimônio Imobiliário (SPI) da UnB pelo e-mail spicmp@unb.br.**

4.27. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria .

4.28. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.29. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Instalações de escritório

4.30. Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima, **na cidade de Brasília/DF**, pois é necessário ao pronto atendimento das Ordens de Serviço, especialmente em situações emergenciais. A referida estrutura não constitui requisito de habilitação, devendo ser disponibilizada após a formalização do contrato. Cabe destacar que

a demanda de serviços são contínuas e frequentes, necessitando de resposta rápida a ocorrências, coordenação local das equipes operacionais e acompanhamento próximo das atividades de campo, aspectos que somente podem ser assegurados mediante a existência de uma base administrativa instalada na mesma localidade do contratante.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 05 (cinco) dias da assinatura do contrato.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. A Contratada deverá atender todas as demandas da UnB para a execução dos serviços comuns de engenharia que serão solicitadas mediante a emissão de Ordens de Serviços (OS), ocasião em que será levada em consideração a natureza e/ou especialidade do serviço e o nível de prioridade.

5.1.2.2. Os serviços comuns de engenharia, sob demanda, somente serão realizados mediante emissão prévia de Ordem de Serviço (OS) e após aprovação do respectivo orçamento pelo fiscal do Contrato.

5.1.2.3. Para cada OS haverá um orçamento vinculado. O orçamento deverá conter o número da OS a que se refere, descrição dos serviços, item da tabela SINAPI a que se refere, quantidade unitária, quantidade total, valor unitário, valor total, o prazo da execução dos serviços, previsão das datas de início e término da prestação dos serviços, custo total dos serviços, fiscal responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços.

5.1.2.4. A execução dos serviços relativos a cada Ordem de Serviço (OS) será acompanhada pela fiscalização.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços: **por demanda;**

5.1.4. Para cada Ordem de Serviço (OS) haverá apenas um orçamento associado, que servirá de base exclusiva para a remuneração do serviço executado. Considerando tratar-se de contrato de manutenção predial, o orçamento deverá incluir somente as composições, a mão de obra e os insumos diretamente aplicados na execução do serviço, sendo vedada a inclusão de custos indiretos, tais como canteiro de obras, mobilização e desmobilização de equipe, administração local ou quaisquer outras despesas acessórias, por não integrarem a rotina operacional de contratos dessa natureza.

5.1.5. O orçamento deverá ser elaborado por profissional tecnicamente qualificado, cuja formação e habilitação deverão ser comprovadas pela Contratada mediante apresentação de documentação pertinente. A qualidade técnica do orçamento integra a avaliação global da qualidade do serviço prestado.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos imóveis de propriedade ou posse da Universidade de Brasília, nos endereços abaixo descritos, podendo ser realocados ou acrescidos postos para outras Unidades e áreas que a UnB venha a utilizar, conforme sua necessidade:

5.2.1. SQN 205 – Blocos C, H e L;

5.2.2. SQN 206 – Blocos A, F e K;

5.2.3. SQN 109 – Blocos I e J;

5.2.4. Colina (Campus Darcy Ribeiro) - Blocos A, B, C, D, E, F, G, H, I, J e K;

5.2.5. Casa de Niemeyer - Park Way - Núcleo Bandeirante;

5.2.6. Edifício OK - SCS Quadra 2 Bloco C Lote 78;

5.2.7. Edifício Anápolis - SCS Bloco A, n 170;

5.2.8. Apartamentos da propriedade da UnB localizados na SQN 107 (Bloco H), SQN 109 (Bloco H), SQN 205 (Bloco G), SQN 206 (Blocos B e J), SQN 212 (Blocos A, C, D, E, F, G, H, I, J e K), SQN 214 (Blocos A, B, C, D, E, F, G, H, I, J e K), SQN 310 (Blocos E, F, G, J e K);

5.2.9. Apart-hotéis localizados no Setor de Hotéis e Turismo Norte (Lake Side, Blocos E e F);

5.2.10. Lojas e salas comerciais localizadas na SCLN 109, SCLN 115, SCLN 406, SEP-Sul 714/914 e SGAS 915.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

5.3.1. O período para execução dos serviços comuns de engenharia será, em regra, de segunda a sexta-feira, das 6h até as 22h. Considerando a natureza excepcional do serviço ou impossibilidade da execução se dar no período mencionado anteriormente, a critério do gestor ou fiscal, os serviços poderão ocorrer nos finais de semana, feriados ou no período noturno, após autorização expressa do gestor ou fiscal.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1. Emissão das ordens de serviço: As Ordens de Serviços serão emitidas pela UnB, de acordo com o grau de necessidade ou prioridade do serviço, de acordo com o seu modo de execução ou com sua finalidade, e serão classificadas em:

5.4.1.1. Ordem de serviço emergencial: define-se como emergencial os serviços que exigem pronta solução, pois a demora na execução poderá ensejar aumento dos transtornos e/ou prejuízos causados às edificações e aos usuários das instalações, como vazamentos, queda de energia, etc. Ordens de serviço emergenciais deverão ser atendidas de imediato, dentro do prazo de 2 (duas) horas da emissão da OS e seu orçamento será enviado a posterior, e será analisado e aprovado pela fiscalização após o recebimento provisório do serviço. A contratada deverá disponibilizar número de telefone para atendimento de demandas emergenciais, o qual será acionado pelos representantes de bloco em casos ocorridos fora do horário de expediente da SPI, bem como aos finais de semana e feriados.

5.4.1.2. Ordem de serviço ordinária: define-se como ordinária os serviços que poderão ser programados para sua execução. As Ordens de Serviço devem ter os orçamentos apresentados pela Contratada em até 5 (cinco) dias úteis, indicando o prazo previsto para conclusão do serviço, o qual será submetido à apreciação e aprovação da fiscalização. Após aprovação do orçamento e liberação para execução, a Contratada deverá iniciar os serviços no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis. Em situações excepcionais, devidamente justificadas pela Contratada e aceitas pela Contratante, o prazo de início poderá ser alterado mediante aprovação formal.

5.4.2. Os serviços serão realizados nas seguintes etapas:

5.4.2.1. Criação da Ordem de Serviço (OS) da demanda;

5.4.2.2. Elaboração do orçamento, se ordinária, ou reparo imediato, se emergencial;

5.4.2.3. Aprovação do orçamento pelos fiscais técnicos;

5.4.2.4. Execução da ordem de serviço pela contratada nos prazos previstos.

5.4.2.5. Apresentação, pela contratada, de documentação comprobatória da conclusão do serviço: fotos e documentos de ateste assinado pelo solicitante, contendo nome completo, data e número de documentos de identificação.

5.4.3. O prazo máximo para atendimento será contado a partir do chamado formal da Contratante, através do envio pelo software de demanda, no qual constarão data e horário do pedido.

5.4.4. Caso a contratada constate a impossibilidade de atendimento dentro dos prazos previstos no ato do recebimento do chamado, deverá comunicar previamente ao fiscal, antes de findado o prazo estabelecido de acordo com o nível do serviço, apresentando os motivos que justifiquem o descumprimento do prazo por escrito sugerindo, imediatamente, nova data para atendimento da demanda. A nova data será analisada e aprovada pelo fiscal.

5.4.4.1. O novo prazo de atendimento, não poderá ultrapassar o prazo inicialmente estabelecido.

5.4.4.2. Cabe ao fiscal acatar ou não a justificativa, bem como adotar as medidas previstas neste termo de referência, IMR e contrato.

5.4.5. Qualquer paralização na execução dos serviços deverá ser comunicada de imediato à Fiscalização, por meio do software de controle de gerenciamento de demandas.

5.4.6. Os serviços deverão ser executados com utilização de técnicas e rotinas adequadas, e em estrita concordância e obediência às normas técnicas vigentes, em especial, Normas da ABNT; Legislação de Acessibilidade; Código de Obras do Distrito Federal em vigor, bem como os Regulamentos do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e normativa do Ministério do Trabalho.

5.4.7. Os materiais, peças, componentes e equipamentos fornecidos pela contratada deverão ser novos, conforme tabela de insumos aprovados pela fiscalização da UnB.

5.4.8. A contratada deverá apresentar Anotação de Responsabilização Técnica – ART para a execução do objeto da licitação, com duração equivalente ao respectivo contrato.

5.4.9. A contratada, sempre que um serviço específico exigir, deverá emitir ART para sua execução, apresentado à Fiscalização o comprovante de registro e quitação, devendo o custo para emissão da ART fazer parte do orçamento do serviço.

5.4.10. Serão abrangidos na contratação os serviços comuns de engenharia, conforme lista exemplificativa, constante na Orientação Técnica – IBRAOP – IBR 002/2009, o quais são:

5.4.10.1. Conservação, reparação ou manutenção de Edificações em: Sistemas de alarmes em edificações; Sistemas de combate a incêndio; Sistemas de ventilação e exaustão; Sistemas de climatização e ar-condicionado; Sistemas de telefonia e comunicação de dados; Sistemas de supervisão e automação predial; Sistema de controle de acesso ou circuito fechado de televisão; sistemas elétricos, de iluminação, hidrossanitários, de águas pluviais, de sonorização ambiente, de comunicação e dados;

5.4.10.2. Demolições e implosões;

5.4.10.3. Serviços de Paisagismo;

5.4.10.4. Por se tratar de uma contratação de manutenção predial, não é possível especificar os serviços a serem realizados, entretanto no Anexo IV do Termo de Referência é apresentado uma lista exemplificativa, não exaustiva, podendo a Contratada ser demandada para execução de outros serviços de manutenção corretiva ou preventiva desde que compatíveis com o objeto do contrato.

5.4.11. Manutenção Preventiva: As manutenções preventivas deverão seguir o Plano de Manutenção Predial Preventiva das edificações da Universidade de Brasília, conforme Anexo V do Termo de Referência.

5.4.11.1. A contratada deverá propor atualização, adaptação e melhoria no Plano de Manutenção Predial Preventiva das edificações da Universidade de Brasília, com todas as informações básicas sobre as edificações, rotinas de manutenção preventiva dos sistemas prediais (arquitetura, civil e todas as outras instalações), observando as normas pertinentes e manuais, com cronograma de atendimento e apresentá-lo em até 60 (sessenta) dias para análise e aprovação da fiscalização.

Gerenciamento das demandas de manutenção e ativos

5.5. Quanto ao gerenciamento das demandas de manutenção e ativos, a Contratada deverá implantar no prazo máximo de 40 (quarenta) dias corridos, contados do início da vigência do Contrato, software de gerenciamento das demandas de manutenção e ativos da Contratante, que disponibilize relatório mensal contendo todas as informações e gráficos relativos aos serviços e procedimentos desenvolvidos, com as seguintes características mínimas:

5.5.1. O sistema deverá ser redundante, isto é, deverá possuir backup das informações para evitar perdas;

5.5.2. Trabalhar em ambiente Windows;

5.5.3. Deve possuir aplicativo on-line e off-line disponíveis para download nos sistemas Android e IOS, que permita a abertura de Ordens de Serviço (OS), execução de checklist, assinatura digital e assinatura digital através da tela.

5.5.4. Trabalhar em língua portuguesa.

5.5.5. O sistema deve ainda ser capaz de gerenciar e controlar as atividades de manutenção preventivas e corretivas e serviços comuns de engenharia, disponibilizar diversos indicadores, dashboards e relatório por períodos solicitados, contendo todas as informações e gráficos relativos aos trabalhos desenvolvidos com as seguintes características mínimas:

5.5.5.1. Permitir a criação de Plano de Planejamento e Controle dos equipamentos e sistemas prediais, tais como: caixa d'água, geradores, subestações, quadros elétricos, bombas etc., com possibilidade de direcionamento desses planos a setores, equipes, edifícios.

5.5.5.2. Permitir a emissão de ordens de serviço automáticas para as rotinas de manutenção preventiva de acordo com a programação estabelecida no Plano de Manutenção.

5.5.5.3. Permitir o cadastramento de solicitação de serviço mediante solicitação de usuário, via computador, notebook, tablet e/ou smartphone, com a possibilidade de inclusão de fotos, exigindo do usuário o preenchimento de informações básicas como local, equipamento, descrição do serviço e justificativa caso seja necessário, e permitir o acompanhamento de todos o seu processo de execução, incluindo as fases de cadastro, orçamento, aprovação do orçamento, execução, recebimento e permissão para envio para pagamento;

5.5.6. O software terá que deter no mínimo de 200 (duzentas) licenças para usuários capazes de gerenciar e modificar o sistema para atender todas as áreas demandantes da UnB. Estando pelo menos 50 (cinquenta) destas licenças usuários disponíveis à equipe de fiscalização do contrato.

5.5.7. Possuir número ilimitado de licenças para requisitantes de serviço;

5.5.8. Permitir que os usuários efetuem consultas nos sistemas, via web, sobre a situação das suas solicitações;

5.5.9. Possibilitar o tratamento das ordens de serviços exclusivamente de forma digital, incluindo a funcionalidade de assinatura digital nas ordens de serviços, com possibilidade de obrigatoriedade da assinatura digital para o cumprimento do fluxo;

5.5.10. Exportar as OS para os formatos de PDF, Excel e Word;

5.5.11. Permitir a inserção das planilhas de materiais e de serviços sob demanda no sistema, associando as ordens de serviço aos itens utilizados em ambas as planilhas e suas respectivas quantidades após a execução;

5.5.12. Possibilitar a análise de custos separados dentro da OS, relativos a materiais e mão de obra;

5.5.13. Possibilitar o registro de mão de obra, de forma mais precisa com o uso de funcionalidade de cronômetro;

5.5.14. Possibilitar ações em lote para as OS relacionadas a: inserir mão de obra, agendamento de OS, cancelamento, aprovação e fechamento de OS, e etc.;

5.5.15. Deter de quadro de acompanhamento de processos para a gestão em tempo real, onde seja possível acompanhar o status das Ordens de Serviço em tempo real. Inclusive poder acompanhar o momento que o profissional irá iniciar os serviços demanda, deste modo podendo a fiscalização comparecer ao local se desejar.

5.5.16. Envio automático de e-mails para os solicitantes de serviço, e para as equipes de execução e fiscalização para o acompanhamento real do processo na troca de pendências (etapas);

5.5.17. Possuir recurso de agenda e/ou tarefas para monitorar as ações do dia, criação de prazos de alerta e deter de chat interno para comunicação entre Contratada e fiscalização, quando houver necessidade;

5.5.18. Permitir a gestão dos arquivos que forem inseridos no sistema;

5.5.19. O sistema informatizado deve disponibilizar, pelo menos, os seguintes relatórios e gráficos:

- 5.5.19.1. Detalhamento das Ordens de Serviço, com filtro por setor, edifício, família (ou categoria) e/ou qualquer outro item/evento que componha a ordem de serviço;
- 5.5.19.2. Ocorrência de manutenção por equipamento (frequência);
- 5.5.19.3. Ordens de Serviço OS's, acumuladas, abertas e fechadas em períodos de tempo;
- 5.5.19.4. OS pendentes e causas das pendências;
- 5.5.19.5. Relatório com percentual de conclusão para a OS;
- 5.5.19.6. Relatórios de percentuais de OS pendentes conforme período;
- 5.5.19.7. Tempo de resposta (tempo para o 1º atendimento);
- 5.5.19.8. Tempo de reparo (tempo para a conclusão ou execução da OS);
- 5.5.19.9. Tempo médio de Reparo;
- 5.5.19.10. Percentual de conclusão de manutenção Corretiva;
- 5.5.19.11. Número de Ordens de Serviço por Equipamento;
- 5.5.19.12. Número de Ordens de Serviço por Setor;
- 5.5.19.13. Total de OS pendentes dentre as abertas;
- 5.5.19.14. Relatório de manutenção preventiva programada x manutenção preventiva realizada;
- 5.5.19.15. Histórico do equipamento ou instalação;
- 5.5.19.16. Relatório de manutenção preventivas planejadas;
- 5.5.19.17. Relatórios de indicadores de custo com total conforme setor;
- 5.5.19.18. Relatório das quantidades de chamados recebidos por usuários, como possibilidades de filtragem por período;
- 5.5.20. Permitir a criação de um banco de conhecimento de rotinas de manutenção que possa ser consultado, incorporado e aprimorado, tornando a troca de informações;
- 5.5.21. Permitir a avaliação dos serviços de manutenção pelos usuários demandantes, através da classificação do nível de satisfação de 1 (uma) a 5 (cinco) estrelas;
- 5.5.22. O Software deve ser capaz de seguir o fluxograma de execução de Ordens de Serviços preventiva, corretiva de Serviços sob demanda ou outro fluxograma apresentado em linhas com o estabelecido, desde que seja acatado pela fiscalização.
- 5.5.23. A Contratada deverá ao final do Contrato ou por solicitação da fiscalização entregar à Contratante todo o banco de dados do software de gerenciamento da manutenção predial.

Materiais a serem disponibilizados

- 5.6. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.
- 5.7. Os materiais empregados devem ser, prioritariamente, constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

5.8. Os materiais não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

5.9. Quando possível, observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

5.10. Preferencialmente, acondicionar os materiais em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

5.11. Comprovar a origem da madeira a ser utilizada na execução dos serviços.

5.12. Deve ser priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação.

5.13. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

5.14. A empresa como um todo deve colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água e lixo. Encarregado(s) deve(m) atuar como facilitador(es) das mudanças de comportamento do(s) empregado(s) da CONTRATADA.

5.15. Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água, energia e lixo.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.16. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.16.1. Ambiente residencial, exigindo atenção especial à rotina dos moradores e à necessidade de agendamento prévio em unidades ocupadas, de forma a minimizar transtornos e garantir o acesso adequado aos locais de serviço;

5.16.2. Dispersão das unidades habitacionais e a descentralização das edificações podem resultar em deslocamentos frequentes das equipes técnicas. Assim, é necessário planejar uma logística eficiente de atendimento, otimizando o tempo de execução e os recursos humanos e materiais disponíveis;

5.16.3. É fundamental realizar uma estimativa precisa dos custos para a elaboração do orçamento, garantindo que todos os aspectos logísticos e operacionais sejam contemplados na proposta, sem gerar ônus adicionais para a contratante.

5.16.4. O desconto proposto pela licitante incidirá sob todos os itens da Planilha SINAPI, de forma linear, devendo ser considerados os custos relativos ao fornecimento de materiais e mão de obra, incluindo encargos sociais incidentes, aluguel de todas as máquinas, deslocamentos, orçamentos, equipamentos e ferramentas necessárias à correta execução dos serviços, ainda que não discriminados, fretes e carretos, bem como quaisquer perdas de material.

5.16.5. Para cada item, o preço unitário proposto deverá considerar a execução completa do serviço correspondente, de acordo com as normas técnicas e legislações vigentes aplicáveis, não sendo admitida a execução dos serviços de forma parcial ou em desacordo com este Termo de Referência, sob o argumento de não ter sido considerado o custo relativo a qualquer parcela necessária à completa e à correta execução.

5.16.6. Será utilizada como tabela base para composição dos preços e oferta do desconto na licitação a Tabela SINAP e SICRO, contudo na fase de execução contratual caso não esteja previsto na Tabela SINAPI determinado material e/ou serviço poderão ser utilizadas as seguintes tabelas:

5.16.7. TCPO/PINI; SCO/RJ; EMOP/RJ; SEINFRA/CE; Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – Prefeitura de São Paulo; ORSE/SE; SETOP/MG; CAESB/DF; SANEPAR/PR; COPASA/MG; EMBASA/BA; AGETOP/GO; DERSA/SP; CODEVASF; DNOCS; etc. Tabelas particulares (informando o usuário e senha para facilitar na fiscalização) e na ausência de qualquer parâmetro em uma das tabelas acima, poderá ser realizadas pesquisa de

mercado, contendo no mínimo 3 orçamentos de fornecedores distintos, nos moldes estabelecidos pela IN SEGES/ME nº 65/2021 e Decreto 7.893/2013, caso não seja possível obter esse número de orçamentos, deve ser elaborada justificativa.

5.16.8. O critério de escolha de tabela residual, caso o material/serviço esteja contemplado em mais de uma, será sempre a de MENOR PREÇO.

5.16.9. Para estimativa do valor da Contratação foi utilizado o percentual de BDI desonerado, sendo o mais adequado a essa contratação e seu valor definido com base no tem 9.1 do Acórdão 2622/2013 do TCU, no valor de 26,93% (vinte e seis, virgula noventa e três por cento), conforme composição informada no Anexo III.

5.16.10. A empresa optando ou não pela tributação substitutiva que trata a Lei nº 13.161/2015, incidente sobre a receita bruta não fará jus a qualquer ajuste financeiro em função desta escolha.

5.16.11. Para subsidiar o dimensionamento técnico e econômico das propostas, na tabela a seguir é apresentado o histórico de Ordens de Serviço registradas nos últimos anos, com caráter meramente referencial, não constituindo garantia de volume de serviços a serem demandados.

Assunto	2022	2023	2024	2025
Hidrossanitário	20	132	156	28
Revestimento	9	28	42	10
Elétrico	11	66	69	26
Esquadrias	15	161	117	22
Estrutural	1	13	7	1
Diversos	157	612	589	55

Especificação da garantia do serviço

5.17. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo **60 (sessenta) meses**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. Tal garantia tem natureza técnica, assim o contratado sendo responsável pela qualidade, solidez e durabilidade dos serviços executados, obrigando-se a corrigir, às suas expensas, eventuais falhas, vícios ou defeitos decorrentes da execução, contado do recebimento do serviço.

5.18. Todos os certificados de garantia preenchidos, bem como cópias das notas fiscais de compra de materiais com garantia de fabricante ou revendedor, deverão ser entregues para a UnB acompanhando o relatório de serviços prestados no mês, para possibilitar a cobrança de garantias em data futura.

5.19. Durante o prazo de garantia, a Contratada ficará obrigada a reparar qualquer defeito relacionado à má execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, sempre que houver solicitação, e sem ônus para UnB.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.20. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constitui-se em:

5.20.1. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado. O preposto deverá ser formalmente designado pela Contratada, possuir formação em Engenharia Civil ou Arquitetura e Urbanismo, comprovar experiência em manutenção predial e manter disponibilidade permanente para acompanhamento da execução dos serviços.

6.6.1. A exigência contida no subitem anterior fundamenta-se no fato de que a execução contratual ocorrerá sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com volume recorrente de solicitações e atendimento em unidades residenciais e comerciais, cujas ocorrências demandam, com frequência, avaliação técnica imediata e adoção célere de providências para prevenir agravamento de danos e impactos aos usuários, visando assegurar adequada coordenação técnica, observância das normas aplicáveis e eficiência no atendimento às demandas da Administração, configurando-se medida proporcional às características operacionais do objeto.

6.7. O Contratado **não necessitará** manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.16.1. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste termo de referência.

6.16.2. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.21. Cabe ao gestor do contrato:

6.21.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.21.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.21.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.21.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.21.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.21.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.21.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.21.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.21.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, conforme previsto no **Anexo II**.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. não produziu os resultados acordados,

7.4.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.4.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **15 (quinze) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período **em que a contratada enviar a documentação de medição via e-mail: spicmp@unb.br**.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores

previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **30 (trinta) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.37. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 01/11/2025.

7.38. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do SINAPI (SICRO) , exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.39. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.40. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.41. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.42. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.43. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.44. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.45. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.45.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.45.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.45.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.45.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.46. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 5% (cinco por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de **empreitada por preço unitário**.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.3.1. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade;

9.4. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será: MAIOR DESCONTO.

9.4.1. valor global: **R\$ R\$ 8.444.232,06 (oito milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil duzentos e trinta e dois reais e seis centavos);**

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A9]

9.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **do último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.26.1. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.30. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.30.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.31. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente (**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU**), em plena validade;

9.31.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.32. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.32.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.32.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de **3 (três)** anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.32.1.1.1. A exigência prevista no subitem anterior fundamenta-se no fato de que a contratação envolve serviços contínuos de manutenção predial em unidades residenciais e comerciais, cuja execução demanda elevada capacidade operacional e pronta resposta às ocorrências, uma vez que eventuais falhas ou atrasos interferem diretamente no cotidiano dos usuários, revelando-se proporcional ao porte e à duração da contratação, conforme valor estimado e prazo contratual definidos neste Termo de Referência.

9.32.1.2. Atestado(s) ou declaração(ões) do(s) contratante(s) que demonstre(m) que a licitante tenha executado para órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, serviços relativos a execução de manutenção predial com expressa comprovação das seguintes parcelas:

9.32.1.2.1. Manutenção predial em edificação única ou em conjunto de edificações cujas áreas construídas, individualmente ou somadas, sejam iguais ou superiores a 40.000m²;

9.32.1.2.1.1. A exigência de área mínima prevista no subitem anterior corresponde a metragem inferior a 50% (cinquenta por cento) da área total estimada das edificações abrangidas por esta contratação, conforme descrito no Estudo Técnico Preliminar, revelando-se proporcional à dimensão e à complexidade do objeto.

9.32.1.2.2. Manutenção de instalações hidrossanitárias prediais em edificação com área construída igual ou superior a 5.000 m²;

9.32.1.2.3. Manutenção de instalações elétricas prediais de baixa tensão com capacidade instalada mínima de 200kVA em edificação com área construída igual ou superior a 5.000 m².

9.32.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.32.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.32.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.33. Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório na cidade no município de **Brasília- DF**, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato.

9.34. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.35. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.36. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.36.1. Para o Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista: serviços de manutenção predial em edificações; serviços de manutenção de instalações elétricas prediais de baixa tensão; serviços de manutenção de instalações hidrossanitárias prediais; serviços de manutenção de sistema de detecção, alarme e combate a incêndio.

9.36.2. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

9.36.3. As exigências de qualificação técnica são necessárias, uma vez que o objeto envolve serviços específicos de engenharia, de elevada complexidade técnica, exigindo a atuação de profissional legalmente habilitado para assegurar a adequada execução, o atendimento à demanda e a conformidade com as normas técnicas aplicáveis.

9.37. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.38. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.39. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.40. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.41. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.42. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.43. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.44. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.44.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.44.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.44.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.44.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.44.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.44.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.44.6.1. ata de fundação;

9.44.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.44.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.44.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.44.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.44.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.44.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 8.444.232,06 (oito milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil duzentos e trinta e dois reais e seis centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) UO/UG/Gestão: **26271/154040/15257 - FUB**;

II) Fonte de recursos: **Fonte de Recursos Tesouro e Próprios**;

III) Programa de trabalho: **230639**;

IV) Elemento de despesa: **3390-39** e

V) Plano interno: **VGM01N01D4N**.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.2.1. Anexo I – Termo de Ciência e Concordância

12.2.2. Anexo II – Instrumento de Medição de Resultados - IMR

12.2.3. Anexo III – Planilha de Composição de BDI;

12.2.3. Anexo IV – Lista Exemplificativa de Serviços;

12.2.3. Anexo V – Plano de Manutenção Predial Preventiva;

12.2.4. Estudo Técnico Preliminar Nº 457/2025;

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

ANEXO I

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital OU Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20....

(Nome e Cargo do Representante Legal)

14. ANEXO II

ANEXO II

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR

1. ÍNDICES DE RENDIMENTO

O Anexo II refere-se ao detalhamento e esclarecimento acerca do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto neste Termo de Referência. Para fins de avaliação do desempenho contratual, são adotados como índices de rendimento: o **IMR 1**, que trata do descumprimento do prazo para elaboração e entrega de orçamento; o **IMR 2**, que se refere ao descumprimento do prazo para início dos serviços; o **IMR 3**, que corresponde ao descumprimento do prazo para execução dos serviços; o **IMR 4**, que trata do indicador de desempenho. Esses indicadores visam assegurar o desempenho da contratada e a adequada aplicação dos critérios de medição.

1.1. IMR-01 : Descumprimento do prazo para elaboração e entrega de orçamento;

Item	Descrição
Finalidade	Garantir atendimento às demandas da CONTRATANTE no prazo definido no Termo de Referência
Meta a cumprir	Orçamentos enviados à fiscalização dentro do prazo
Instrumento de medição	Relatório extraído pela fiscalização no Sistema Web da Contratada e planilha de controle dos fiscais de contrato

Forma de acompanhamento	Pelo Sistema Web da Contratada e planilha de controle dos fiscais de contrato
Periodicidade	Por demanda
Mecanismo de Cálculo	Será verificado o número de dias de atraso na entrega do orçamento, limitado a 30 dias de atraso
Início da Vigência	60 dias após assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	<p>1º dia de atraso – glosa de 0,68% do valor do orçamento</p> <p>2º dia de atraso – glosa de 1,36 % do valor do orçamento</p> <p>3º dia de atraso – glosa de 2,04% do valor do orçamento</p> <p>4º dia de atraso – glosa de 2,72% do valor do orçamento</p> <p>5º dia de atraso – glosa de 3,40% do valor do orçamento</p> <p>6º dia de atraso – glosa de 4,08% do valor do orçamento</p> <p>7º dia de atraso – glosa de 4,76% do valor do orçamento</p> <p>8º dia de atraso – glosa de 5,44% do valor do orçamento</p> <p>9º dia de atraso – glosa de 6,12% do valor do orçamento</p> <p>10º dia de atraso – glosa de 6,80% do valor do orçamento</p> <p>(...)</p> <p>30º dia de atraso – glosa de 20,40% do valor do orçamento</p>
Sanções	Caso mais de 10% dos orçamentos solicitados no mês forem entregues fora do prazo limite estabelecido no TR, a CONTRATADA poderá incorrer em multa de 3,2% sobre o valor do mês faturado
Observações	O não atendimento das metas satisfatórias nos 2 (dois) primeiros meses, devido à adaptação de ambiente, mas de modo a não comprometer a continuidade da contratação, não gerará penalidades de glosas no faturamento. Se a contratada obtiver durante 12 (doze) meses 03 (três) avaliações de critério insatisfatório, Administração do Órgão Contratante poderá, a seu critério, efetuar a rescisão contratual. Entende-se como insatisfatório 3 (três) incidências acima de 5 (cinco) dias de atrasos na conclusão da demanda, na duração contratual de 1 (um) ano.

1.2. IMR-02 Descumprimento do prazo para início dos serviços;

Item	Descrição
Finalidade	Garantir atendimento às demandas da CONTRATANTE no prazo definido no Termo de Referência

Meta a cumprir	Serviços iniciados dentro do prazo
Instrumento de medição	Relatório extraído pela fiscalização no Sistema Web da Contratada e planilha de controle dos fiscais de contrato
Forma de acompanhamento	Pelo Sistema Web da Contratada e planilha de controle dos fiscais de contrato
Periodicidade	Por demanda
Mecanismo de Cálculo	Será verificado o número de dias de atraso para o início do serviço, limitado a 30 dias de atraso
Início da Vigência	60 dias após assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	<p>1º dia de atraso – glosa de 0,68% do valor do orçamento</p> <p>2º dia de atraso – glosa de 1,36 % do valor do orçamento</p> <p>3º dia de atraso – glosa de 2,04% do valor do orçamento</p> <p>4º dia de atraso – glosa de 2,72% do valor do orçamento</p> <p>5º dia de atraso – glosa de 3,40% do valor do orçamento</p> <p>6º dia de atraso – glosa de 4,08% do valor do orçamento</p> <p>7º dia de atraso – glosa de 4,76% do valor do orçamento</p> <p>8º dia de atraso – glosa de 5,44% do valor do orçamento</p> <p>9º dia de atraso – glosa de 6,12% do valor do orçamento</p> <p>10º dia de atraso – glosa de 6,80% do valor do orçamento</p> <p>(...)</p> <p>30º dia de atraso – glosa de 20,40% do valor do orçamento</p>
Sanções	Caso mais de 10% dos serviços solicitados no mês forem iniciados fora do prazo limite estabelecido no TR, a CONTRATADA poderá incorrer em multa de 3,2% sobre o valor do mês faturado.
Observações	O não atendimento das metas satisfatórias nos 2 (dois) primeiros meses, devido à adaptação de ambiente, mas de modo a não comprometer a continuidade da contratação, não gerará penalidades de glosas no faturamento. Se a contratada obtiver durante 12 (doze) meses 03 (três) avaliações de critério insatisfatório, Administração do Órgão Contratante poderá, a seu critério, efetuar a rescisão contratual. Entende-se como insatisfatório 3 (três) incidências acima de 5 (cinco) dias de atrasos na conclusão da demanda, na duração contratual de 1 (um) ano.

1.3. IMR-03 Descumprimento do prazo para conclusão dos serviços;

Item	Descrição
------	-----------

Finalidade	Garantir atendimento às demandas da CONTRATANTE no prazo definido no Orçamento Aprovado
Meta a cumprir	Serviços finalizados e entregues dentro do prazo apresentado no Orçamento aprovado
Instrumento de medição	Relatório extraído pela fiscalização no Sistema Web da Contratada e planilha de controle dos fiscais de contrato
Forma de acompanhamento	Pelo Sistema Web da Contratada e planilha de controle dos fiscais de contrato
Periodicidade	Por demanda
Mecanismo de Cálculo	Será verificado o número de dias de atraso para a conclusão do serviço, limitado a 30 dias de atraso
Início da Vigência	60 dias após assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	<p>1º dia de atraso – glosa de 0,68% do valor do orçamento</p> <p>2º dia de atraso – glosa de 1,36 % do valor do orçamento</p> <p>3º dia de atraso – glosa de 2,04% do valor do orçamento</p> <p>4º dia de atraso – glosa de 2,72% do valor do orçamento</p> <p>5º dia de atraso – glosa de 3,40% do valor do orçamento</p> <p>6º dia de atraso – glosa de 4,08% do valor do orçamento</p> <p>7º dia de atraso – glosa de 4,76% do valor do orçamento</p> <p>8º dia de atraso – glosa de 5,44% do valor do orçamento</p> <p>9º dia de atraso – glosa de 6,12% do valor do orçamento</p> <p>10º dia de atraso – glosa de 6,80% do valor do orçamento</p> <p>(...)</p> <p>30º dia de atraso – glosa de 20,40% do valor do orçamento</p>
Sanções	Caso mais de 10% dos serviços solicitados no mês forem finalizados e entregues fora do prazo limite estabelecido no TR, a CONTRATADA poderá incorrer em multa de 3,2% sobre o valor do mês faturado.
Observações	O não atendimento das metas satisfatórias nos 2 (dois) primeiros meses, devido à adaptação de ambiente, mas de modo a não comprometer a continuidade da contratação, não gerará penalidades de glosas no faturamento. Se a contratada obtiver durante 12 (doze) meses 03 (três) avaliações de critério insatisfatório, Administração do Órgão Contratante poderá, a seu critério, efetuar a rescisão contratual. Entende-se como insatisfatório 3 (três) incidências acima de 5 (cinco) dias de atrasos na conclusão da demanda, na duração contratual de 1 (um) ano.

1.4. IMR-04 Indicador de desempenho e qualidade;

Item	Descrição
Finalidade	Medir o desempenho da contratada e qualidade na execução do serviço
Meta a cumprir	100% (cem por cento) das demandas solicitadas executadas com observância dos prazos estabelecidos e da qualidade exigida
Instrumento de medição	Relatório de fiscalização e Fatores de Avaliação (item 1.4.1)
Forma de acompanhamento	Documentos relativos à execução contratual e fiscalização da UnB
Periodicidade	Semestral
Resultado da Avaliação	<p>Faixa I (Desempenho satisfatório), quando não há ocorrência de itens listados no item de fator de avaliação.</p> <p>Faixa II (Desempenho regular), quando há até 3 ocorrências de itens listados no item de fator de avaliação.</p> <p>Faixa III (Desempenho irregular), quando há entre 4 a 7 ocorrências de itens listados no item de fator de avaliação.</p> <p>Faixa IV (Desempenho insatisfatório), quando há mais de 7 ocorrências de itens listados no item de fator de avaliação.</p>
Início da Vigência	60 dias após assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	<p>Faixa I (Desempenho satisfatório) – glosa de 0,0% da valor total faturado nas medições do semestre correspondente.</p> <p>Faixa II (Desempenho regular) – glosa de 0,5% da valor total faturado nas medições do semestre correspondente.</p> <p>Faixa III (Desempenho irregular) – glosa de 1,0% da valor total faturado nas medições do semestre correspondente.</p> <p>Faixa IV (Desempenho insatisfatório) – glosa de 2,0% da valor total faturado nas medições do semestre correspondente.</p>

1.4.1. Fatores de avaliação

1.4.1.1. Deixar de prestar esclarecimentos, prestar informações imprecisas ou incompletas à Contratante, por ocorrência.

1.4.1.2. Não cumprir determinações e notificações da Fiscalização sem motivo justificado.

- 1.4.1.3. Deixar de cumprir com obrigação contratual.
- 1.4.1.4. Não executar práticas de sustentabilidade e limpeza do local de trabalho, durante e após a execução dos serviços.
- 1.4.1.5. Não cumprimento de prazos sem motivo justificado, conforme estabelecido em contrato.
- 1.4.1.6. Realizar serviço sem observar as normas de higiene e segurança do trabalho, inclusive no que se relaciona ao uso de equipamentos de proteção individual ou coletivo.
- 1.4.1.7. Causar situações perigosas às pessoas e ao patrimônio.
- 1.4.1.8. Não atender a qualidade do serviço, sendo necessário acionar a garantia.

15. ANEXO III

ANEXO III
COMPOSIÇÃO DO BDI

1. VALORES REFERENCIAIS ADOTADOS

1.1. O Anexo III refere-se ao detalhamento e esclarecimento dos valores de referência adotados para a composição do Benefícios e Despesas Indiretas (BDI). Nele são apresentados os critérios, percentuais e componentes considerados na formação do BDI, de modo a garantir transparência e uniformidade na apuração dos custos indiretos e na definição dos encargos aplicáveis aos serviços.

1.2. BDI Normal - Obras de construção civil, reforma e/ou ampliações

1.2.1. Os cálculos estão em conformidade ao Acórdão nº 2622/2013 - TCU - Plenário.

AC	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,0%
S	Seguro	0,40%
R	Risco	1,27%
G	Garantia	0,40%
TOTAL SEGURO, RISCO E GARANTIA		2,07%
DF	DESPESAS FINANCEIRAS	1,23%
	Imposto - ISS	1,00%
	Imposto - PIS	0,65%

I	Imposto - COFINS	3,00%
	Imposto - CPRB	4,50%
TOTAL IMPOSTOS		9,15%
L	LUCRO	7,40%

1.2.2. Fórmula de cálculo

$$BDI = \left[\frac{(1 + AC + S + R + G) \times (1 + DF) \times (1 + L)}{(1 - I)} - 1 \right] \times 100$$

1.2.3. Cálculo

$$BDI = \left[\frac{1,153204}{0,9085} - 1 \right] \times 100 = 26,93 \%$$

16. ANEXO IV

ANEXO IV

LISTA EXEMPLIFICATIVA DE SERVIÇOS E MATERIAIS

1. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CIVIL/ARQUITETURA

- 1.1. Reparos em alvenaria (trincas, fissuras, rebocos, emboços e revestimentos);
- 1.2. Reparos em forros (gesso, PVC, madeira ou similares);
- 1.3. Pequenos serviços de marcenaria e carpintaria;
- 1.4. Ajustes e reparos em portas, janelas, fechaduras, dobradiças e ferragens;
- 1.5. Impermeabilização pontual de lajes, calhas, ralos e áreas molhadas;
- 1.6. Reparos em telhados e coberturas (telhas, rufos, calhas e condutores);
- 1.7. Adequações e pequenos reparos em fachadas, marquises e elementos aparentes;
- 1.8. Remoção e substituição de bancadas de mármore/granito;
- 1.9. Remoção de itens diversos, tais como restos de vegetação, eletrodomésticos, banheiras, armários, toldos, telas de proteção, etc;
- 1.10. Correções, remoção e substituição pontual de pisos e revestimentos cerâmicos, porcelanatos, cimentados e similares;

1.10.1 Quando houver necessidade de substituição, os pisos e revestimentos serão substituídos pelo padrão UnB. Exemplificativamente, as especificações adotadas atualmente são:

1.10.1.1 Piso de áreas secas: piso vinílico em régua com padrão amadeirado (marca “Arquitech” e modelo “Magnifique Marie 2mm” ou similar);

1.10.1.2 Piso de áreas molhadas internas: porcelanato cinza 60x60cm (marca “Gaudi” e modelo “Quebec Dark Grey ACT RT 61X61” ou similar);

1.10.1.3 Piso de áreas molhadas externas: porcelanato cinza 60x60cm (marca “Gaudi” e modelo “Quebec Dark Grey Granilhado RT 61X61” ou similar);

1.10.1.4 Paredes de áreas molhadas: revestimento branco liso brilhante/polido retificado 30x60cm (marca “Cerâmica Almeida” e modelo “32A01 - 32 x 62 cm” ou similar).

2. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO HIDRÁULICA E SANITÁRIA

2.1. Reparos e substituição de tubulações de água fria, água quente e esgoto;

2.2. Correção de vazamentos aparentes e infiltrações;

2.3. Desobstrução de ralos, sifões, caixas de gordura e caixas de inspeção;

2.4. Substituição e reparo de louças sanitárias e metais (vasos, lavatórios, torneiras, registros, válvulas);

2.5. Manutenção em reservatórios de água (caixas e cisternas), incluindo boias e registros;

2.6. Adequações hidráulicas pontuais em áreas internas e externas.

3. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA

3.1. Reparos e substituição de fiação elétrica aparente e embutida;

3.2. Substituição e ajuste de disjuntores e quadros de distribuição e barramentos;

3.3. Manutenção em tomadas, interruptores, luminárias e pontos de iluminação;

3.4. Correção de falhas em circuitos elétricos;

3.5. Adequações elétricas para atendimento às normas técnicas vigentes;

3.6. Manutenção básica de sistemas de aterramento e proteção.

4. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PINTURA E ACABAMENTOS

4.1. Preparação de superfícies (raspagem, lixamento, correção de imperfeições);

4.2. Pintura interna e externa de paredes, tetos, fachadas e elementos metálicos;

4.3. Retoques e recomposição de pintura em áreas danificadas;

4.4. Tratamento anticorrosivo em estruturas metálicas aparentes;

4.5. Retoques e recomposição de vernizes em superfícies de madeira;

5. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESQUADRIAS E VIDROS

5.1. Ajustes e reparos em esquadrias metálicas, de madeira ou alumínio;

5.2. Substituição de vidros comuns, temperados ou laminados, quando aplicável;

5.3. Manutenção de vedação, borrachas, trilhos e acessórios;

6. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE SISTEMAS COMPLEMENTARES (QUANDO EXISTENTES)

- 6.1. Pequenos reparos em sistemas de drenagem pluvial, GLP, SPDA, instalações de prevenção e combate a incêndio;
- 6.2. Manutenção básica de portões manuais ou automatizados;
- 6.3. Apoio técnico em demandas relacionadas a áreas comuns de condomínios, quando de responsabilidade do órgão.

7. LISTA EXEMPLIFICATIVA DE MATERIAIS PROVAVEIS

7.1. A Tabela a seguir relaciona materiais de utilização provável, com base na contratação anterior, a título meramente exemplificativo, não constituindo obrigação de fornecimento integral.

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS, MEIA OU PAREDE INTEIRA, PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE 20X20 CM, PARA EDIFICAÇÕES HABITACIONAIS UNIFAMILIAR (CASAS) E EDIFICAÇÕES PÚBLICAS PADRÃO. AF_11/2014	m²	2,00
ABERTURA E MODELAGEM DE FECHADURA COMUM	Unidade	14,00
ABERTURA E MODELAGEM DE FECHADURA TETRA	Unidade	7,00
ABERTURA PARA ENCAIXE DE CUBA OU LAVATORIO EM BANCADA DE MARMORE/ GRANITO OU OUTRO TIPO DE PEDRA NATURAL	Unidade	3,00
ABRAÇADEIRA DE FIXAÇÃO DE BRAÇOS DE LUMINÁRIAS DE 2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2020	Unidade	276,00
ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 390 X *4,6* MM	Unidade	245,00
ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 1 1/4" E PARAFUSO DE FIXACAO	Unidade	316,00
ACABAMENTO ANTIVANDALISMO PARA VÁLVULA DE DESCARGA	Unidade	8,00
ACABAMENTO DE METAL CROMADO PARA REGISTRO PEQUENO, DE PAREDE, 1/2 " OU 3/4 "	Unidade	8,00
Acabamento para registro 1/2", 3/4" e 1" (PQ), ref. 4900 - C43, da Deca ou similar	Unidade	19,00
ACO CA-50, 10,0 MM, OU 12,5 MM, OU 16,0 MM, OU 20,0 MM, DOBRADO E CORTADO	kg	11,56
ACO CA-50, 6,3 MM, DOBRADO E CORTADO	kg	26,50
ACO CA-50, 8,0 MM, VERGALHAO	kg	14,22

ACO CA-60, 4,2 MM, OU 5,0 MM, OU 6,0 MM, OU 7,0 MM, VERGALHAO	kg	1,00
ADAPTADOR COM FLANGE E ANEL DE VEDAÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 60 MM X 2 , INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA /FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016	Unidade	2,00
ADAPTADOR COM FLANGES LIVRES, PVC, SOLDÁVEL, DN 75 MM X 2 1/2 , INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016	Unidade	2,00
ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25 MM X 3/4 , INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016	Unidade	12,00
ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM X 3/4 , INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	16,00
ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM X 3/4 , INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	39,00
ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC, SOLDÁVEL, DN 40 MM X 1 1/4 , INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016	Unidade	2,00
ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC, SOLDÁVEL, DN 40MM X 1.1/2 , INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	6,00
ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC, SOLDÁVEL, DN 40MM X 1.1/4 , INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	1,00
ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC, SOLDÁVEL, DN 50 MM X 1 1/2 , INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016	Unidade	1,00
ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM X 1.1/2 , INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	1,00

ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM X 1.1/4", INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	3,00
ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC, SOLDÁVEL, DN 60 MM X 2 , INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016	Unidade	1,00
ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC, SOLDÁVEL, DN 60MM X 2 , INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	2,00
ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC, SOLDÁVEL, DN 75 MM X 2 1/2", INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	Unidade	6,00
ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 50 MM X1 1/2", PARA AGUA FRIA	Unidade	1,00
ADAPTADOR, PVC, CURTO COM BOLSA E ROSCA, 20 MM X 1/2", PARA LIGAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA. AF_06/2022	Unidade	3,00
ADESIVO / COLA DE CONTATO LIQUIDO, A BASE DE RESINAS, PARA COLAGEM DE ESPUMA PARA ISOLAMENTO TERMICO FLEXIVEL	L	70,85
ADESIVO ESTRUTURAL A BASE DE RESINA EPOXI PARA INJECAO EM TRINCAS, BICOMPONENTE, BAIXA VISCOSIDADE	kg	2,00
ADESIVO PLASTICO PARA PVC, BISNAGA COM 75 GR	Unidade	1,00
ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM *850* GR	Unidade	3,00
ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM *850* GR	Unidade	3,00
ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM 175 GR	Unidade	6,00
Aguarrás	L	1,00
AJUDANTE DE ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Hora	12,00
AJUDANTE DE OPERAÇÃO EM GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Hora	20,00
AJUDANTE DE PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Hora	5,00

AJUDANTE ESPECIALIZADO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Hora	1305,00
ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CONCRETO DE 14X19X29 CM (ESPESSURA 14 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_12/2021	m²	36,00
ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_12/2021	m²	6,20

ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X9X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_12/2021	m²	1,00
ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_12/2021	m²	3,50
ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 9X19X39 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_12/2021	m²	6,00
ANEL BORRACHA PARA TUBO ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM (NBR 5688)	Unidade	10,00
ANEL BORRACHA, DN 100 MM, PARA TUBO SERIE REFORCADA ESGOTO PREDIAL	Unidade	41,00
ANEL BORRACHA, DN 50 MM, PARA TUBO SERIE REFORCADA ESGOTO PREDIAL	Unidade	31,00
ANEL BORRACHA, DN 75 MM, PARA TUBO SERIE REFORCADA ESGOTO PREDIAL	Unidade	63,00
ANEL BORRACHA, PARA TUBO PVC DEFOFO, DN 150 MM (NBR 7665)	Unidade	1,00
ANEL BORRACHA, PARA TUBO PVC, REDE COLETOR ESGOTO, DN 100 MM (NBR 7362)	Unidade	10,00
Anel de vedação vaso sanitário	Unidade	30,00
ANEL DE VEDACAO, PVC FLEXIVEL, 100 MM, PARA SAIDA DE BACIA / VASO SANITARIO	Unidade	4,00
APARELHO MISTURADOR DE MESA PARA LAVATÓRIO, PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	Unidade	1,00
Aplicação de adesivo estrutural base resina epoxi, fluido, Sikadur52 ou similar	kg	3,40
APLICAÇÃO DE LONA PLÁSTICA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTOS DE CONCRETO. AF_04/2022	m²	7,00
APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA TEXTURIZADA ACRÍLICA EM SUPERFÍCIES INTERNAS DA SACADA DE EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS, DUAS CORES. AF_06/2014	m²	20,00
APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA TEXTURIZADA ACRÍLICA EM SUPERFÍCIES INTERNAS DA SACADA DE	m²	10,00

EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS, UMA COR. AF_06/2014		
APLICAÇÃO MASSA ALQUÍDICA PARA MADEIRA, PARA PINTURA COM TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA). AF_01/2021	m²	21,00
Aquecedor Digital Hidromassagem Água Kdt 8800w 220v	Unidade	1,00
AREIA FINA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	m³	1,00
ASSENTO SANITÁRIO CONVENCIONAL - FORNECIMENTO E INSTALACAO. AF_01/2020	Unidade	25,00
ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILO-ARENOSO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_05/2016	m³	396,50
AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Hora	22,00
AUXILIAR DE SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Hora	1430,00
AUXILIAR TÉCNICO DE ENGENHARIA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Hora	8,00
BANCADA DE GRANITO CINZA POLIDO, DE 0,50 X 0,60 M, PARA LAVATÓRIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	Unidade	4,00
BANCADA DE GRANITO CINZA POLIDO, DE 1,50 X 0,60 M, PARA PIA DE COZINHA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	Unidade	6,50
BANCADA MÁRMORE BRANCO 150 X 60 CM, COM CUBA DE EMBUTIR DE AÇO, VÁLVULA AMERICANA E SIFÃO TIPO GARRAFA EM METAL , ENGATE FLEXÍVEL 30 CM, TORNEIRA CROMADA, DE MESA, 1/2"OU 3/4", PARA PIA COZINHA, PADRÃO ALTO - FORNEC. E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	Unidade	8,00
BARRA DE ACO CHATO, RETANGULAR, 38,1 MM X 12,7 MM (L X E), 3,79 KG/M	m	3,00
BARRA DE ACO CHATO, RETANGULAR, 50,8 MM X 25,4 MM (L X E), 10,12 KG/M	m	2,00
BARRAMENTO DE COBRE TIPO DIN TRIPOLAR PARA 80A	m	21,00
BARRAMENTO MONOFASICO 80A 220/440V 1X12P DIN STECK	Unidade	3,00
BARRAMENTO PENTE 12 POLOS BIFASICO 63A FORCELINE	Unidade	3,00
BASE METÁLICA PARA MASTRO 1 ½ PARA SPDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2017	Unidade	28,00

BASE PARA RELE COM SUPORTE METALICO	Unidade	1,00
BLOCO DE CONCRETO ESTRUTURAL 14 X 19 X 29 CM, FBK 10 MPA (NBR 6136)	Unidade	31,00
Bóia elétrica para reservatório superior, marca aquamatic ou similar, capacidade 30 a - fornecimento e instalação	Unidade	1,00
BOLSA DE LIGACAO EM PVC FLEXIVEL PARA VASO SANITARIO 1.1/2 " (40 MM)	Unidade	52,00
BOMBA CENTRIFUGA MOTOR ELETRICO TRIFASICO 5HP, DIAMETRO DE SUCCAO X ELEVACAO 2" X 1 1/2", DIAMETRO DO ROTOR 155 MM, HM/Q: 40 M / 20,40 M3/H A 46 M / 9,20 M3/H	Unidade	1,00
Botoeira Acionador De Saída Intelbras Bt 3000 In Sobrepor	Unidade	9,00
Botoeira THEVEAR de Comando Simples Para Interfone Fechadura Eletrica THBCN (NA)	Hora	3,00
BRACO / CANO PARA CHUVEIRO ELETRICO, EM ALUMINIO, 30 CM X 1/2 "	Unidade	13,00
BRACO OU HASTE RETA COM CANOPLA PLASTICA, 1/2 ", PARA CHUVEIRO ELETRICO	Unidade	44,00
BUCHA DE NYLON SEM ABA S10	Unidade	6434,00
BUCHA DE NYLON SEM ABA S10, COM PARAFUSO DE 6,10 X 65 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	Unidade	5024,00
BUCHA DE NYLON SEM ABA S12, COM PARAFUSO DE 5/16" X 80 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA E CABECA SEXTAVADA	Unidade	717,00
BUCHA DE NYLON SEM ABA S8, COM PARAFUSO DE 4,80 X 50 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	Unidade	22,00
BUCHA DE REDUÇÃO LONGA, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 X 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL E ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	Unidade	13,00
BUCHA DE REDUÇÃO LONGA, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 50 X 40 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022	Unidade	5,00
BUCHA DE REDUÇÃO, CURTA, PVC, SOLDÁVEL, DN 25 X 20 MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	2,00

BUCHA DE REDUÇÃO, CURTA, PVC, SOLDÁVEL, DN 32 X 25 MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	6,00
BUCHA DE REDUÇÃO, CURTA, PVC, SOLDÁVEL, DN 50 X 40 MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	3,00

BUCHA DE REDUÇÃO, CURTA, PVC, SOLDÁVEL, DN 60 X 50 MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	2,00
BUCHA DE REDUÇÃO, LONGA, PVC, SOLDÁVEL, DN 40 X 25 MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	4,00
BUCHA DE REDUÇÃO, LONGA, PVC, SOLDÁVEL, DN 60 X 50 MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	4,00
BUCHA DE REDUÇÃO, PPR, DN 25 X 20 MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	Unidade	3,00
CABO CORDPLAST (CABO PP) 3 x 2,50 mm²	m	420,00
CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	m	1400,00
CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	m	2130,00
CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	m	5,00
CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	m	30,00
CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	m	15860,00
CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	m	3091,00
CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	m	2105,00
CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS -	m	8,00

FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023		
CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	m	45,00
CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 2,5 MM2	m	5,00
CABO ELETRÔNICO CATEGORIA 6, INSTALADO EM EDIFICAÇÃO RESIDENCIAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	m	30,00
CABO ELETRONICO CATEGORIA 6A U/UTP 23AWG X 4P	m	100,00
CABO FLEXIVEL PARALELO 2 X 1,5 MM2 Código auxiliar	m	22,00
CABO TELEFONICO CCI 50, 4 PARES, USO INTERNO, SEM BLINDAGEM	m	20,00
CABO TELEFÔNICO CCI Ø DO CONDUTOR 0,50 MM, COM 2 PARES	m	1198,00
CABO TELEFÔNICO CCI Ø DO CONDUTOR 0,50 MM, COM 2 PARES	m	15,00
CABO TELEFÔNICO CCI-50 2 PARES, SEM BLINDAGEM, INSTALADO EM DISTRIBUIÇÃO DE EDIFICAÇÃO RESIDENCIAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	m	282,00
CABO TELEFÔNICO CCI-50 2 PARES, SEM BLINDAGEM, INSTALADO EM ENTRADA DE EDIFICAÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	m	150,00
CABO TELEFÔNICO CCI-50 4 PARES, SEM BLINDAGEM, INSTALADO EM DISTRIBUIÇÃO DE EDIFICAÇÃO RESIDENCIAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	m	20,00
CABO TELEFÔNICO CCI-50 6 PARES, SEM BLINDAGEM, INSTALADO EM DISTRIBUIÇÃO DE EDIFICAÇÃO RESIDENCIAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	m	207,00
CABO TELEFÔNICO CCI-50 6 PARES, SEM BLINDAGEM, INSTALADO EM ENTRADA DE EDIFICAÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	m	330,00

CAIXA DE INSPEÇÃO PARA ATERRAMENTO, CIRCULAR, EM POLIETILENO, DIÂMETRO INTERNO = 0,3 M. AF_12 /2020	Unidade	66,00
CAIXA SIFONADA, PVC, 150 X *185* X 75 MM, COM GRELHA QUADRADA, BRANCA	Unidade	2,00
CAIXA SIFONADA, PVC, 150 X 150 X 50 MM, COM GRELHA QUADRADA, BRANCA (NBR 5688)	Unidade	1,00
CAIXA SIFONADA, PVC, DN 100 X 100 X 50 MM, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAIS DE ENCAMINHAMENTO DE ÁGUA PLUVIAL. AF_06/2022	Unidade	2,00
CAIXA SIFONADA, PVC, DN 100 X 100 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	Unidade	2,00
CAIXA SIFONADA, PVC, DN 150 X 185 X 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	Unidade	4,00
câmeras bullet 1130 intelbras	Unidade	7,00
CAMPAINHA CIGARRA (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Unidade	30,00
Canaleta em PVC para instalação elétrica aparente inclusive conexões 20 x 10 mm	m	2,00
CANALETA PLÁSTICA (110 X 20)MM, SISTEMA "X"	m	5,00
CANTONEIRA (ABAS IGUAIS) EM ACO CARBONO, 38,1 MM X 3,17 MM (L X E), 3,48 KG/M	m	3,20
CANTONEIRA ALUMINIO ABAS IGUAIS 1 1/4 ", E = 3/16 "	m	3,00
CANTONEIRA ALUMINIO ABAS IGUAIS 2 ", E = 1/4 "	m	3,00
CANTONEIRA EM ALUMINIO, ABAS IGUAIS, LARGURA DE 50,80 MM (2"), ESPESSURA DE 6,35 MM (1/4") E PESO LINEAR DE APROXIMADAMENTE 1,630 KG/M	m	4,75
CAP PVC, SERIE R, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	Unidade	2,00
CAP PVC, SERIE R, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	Unidade	2,00
CAP PVC, SOLDAVEL, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	Unidade	1,00

CAP PVC, SOLDAVEL, DN 100 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	Unidade	1,00
CAP, PVC PBA, JE, DN 100 / DE 110 MM, PARA REDE DE AGUA (NBR 10351)	Unidade	7,00
CAP, PVC PBA, JE, DN 50 / DE 60 MM, PARA REDE DE AGUA (NBR 10351)	Unidade	1,00
Capacitor 15UF Para Motor de Portão	Unidade	35,00
CAPTOR TIPO FRANKLIN PARA SPDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2017	Unidade	28,00
CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Hora	24,00

CENTRAL COMUNIC 48 INTELBRAS	Unidade	5,00
Cerca protetora de borda de vala, construída com montantes de madeira serrada de (7,5 x 7,5)cm, com 1,50m de comprimento, ficando 0,50m enterrado, com intervalo de 6m e 1 linha de fita plastica zebrada, horizontal, com aproveitamento de 3 vezes da madeira.	m	60,00
CHAPA DE ACO GALVANIZADA BITOLA GSG 18, E = 1,25 MM (10,00 KG/M2)	kg	2,00
CHAPA DE LAMINADO MELAMINICO, LISO BRILHANTE, DE *1,25 X 3,08* M, E = 0,8 MM	m²	1,68
CHAPA DE LAMINADO MELAMINICO, LISO FOSCO, DE *1,25 X 3,08* M, E = 0,8 MM	m²	200,00
CHAPA DE MDF BRANCO LISO 2 FACES, E = 15 MM, DE *2,75 X 1,85* M	m²	20,00
CHAPA DE MDF BRANCO LISO 2 FACES, E = 18 MM, DE *2,75 X 1,85* M	m²	170,00
CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL. AF_10/2022	m²	5,00
CHAPISCO APLICADO NO TETO OU EM ESTRUTURA, COM DESEMPENADEIRA DENTADA. ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA COM PREPARO MANUAL. AF_10/2022	m²	1,20
CHAVE DE PARTIDA DE MOTOR TRIFÁSICO C/RELE FALTA DE FASE 5CV	Unidade	2,00
CHUMBAMENTO LINEAR EM ALVENARIA PARA ELETRODUTOS COM DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_09/2023	m	1,50
CHUMBAMENTO LINEAR EM ALVENARIA PARA RAMAIS/DISTRIBUIÇÃO COM DIÂMETROS MAIORES QUE 40 MM E MENORES OU IGUAIS A 75 MM. AF_05/2015	m	11,50
CHUMBAMENTO LINEAR EM ALVENARIA PARA RAMAIS/DISTRIBUIÇÃO COM DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_05/2015	m	117,50
CHUMBAMENTO LINEAR EM ALVENARIA PARA RAMAIS/DISTRIBUIÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS COM DIÂMETROS MAIORES QUE 40 MM E MENORES OU IGUAIS A 75 MM. AF_09/2023	m	4,00

CHUMBAMENTO LINEAR EM ALVENARIA PARA RAMAIS/DISTRIBUIÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS COM DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_09/2023	m	10,00
CHUMBAMENTO LINEAR EM CONTRAPISO PARA RAMAIS/DISTRIBUIÇÃO COM DIÂMETROS MAIORES QUE 75 MM. AF_05/2015	m	414,00
CHUMBAMENTO LINEAR EM CONTRAPISO PARA RAMAIS/DISTRIBUIÇÃO COM DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_05/2015	m	18,00
CHUMBAMENTO LINEAR EM CONTRAPISO PARA RAMAIS/DISTRIBUIÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS COM DIÂMETROS MAIORES QUE 40 MM E MENORES OU IGUAIS A 75 MM. AF_09/2023	m	7,00
CHUMBAMENTO LINEAR EM CONTRAPISO PARA RAMAIS/DISTRIBUIÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS COM DIÂMETROS MAIORES QUE 75 MM E MENORES OU IGUAIS A 100 MM. AF_09/2023	m	12,00
CHUMBAMENTO PONTUAL DE ABERTURA EM LAJE COM PASSAGEM DE 1 TUBO DE DIAMETRO EQUIVALENTE IGUAL À 50 MM. AF_05/2015	Unidade	1,00
CHUMBAMENTO PONTUAL DE ABERTURA EM LAJE COM PASSAGEM DE 5 TUBOS COM DIÂMETROS DE 50 MM. AF_09/2023	Unidade	2,00
CHUMBAMENTO PONTUAL EM PASSAGEM DE TUBO COM DIÂMETRO MAIOR QUE 75 MM E MENORES OU IGUAIS A 150 MM. AF_09/2023	Unidade	1,00
CHUMBAMENTO PONTUAL EM PASSAGEM DE TUBO COM DIÂMETRO MAIOR QUE 75 MM. AF_05/2015	Unidade	21,00
CHUMBAMENTO PONTUAL EM PASSAGEM DE TUBO COM DIÂMETRO MENOR OU IGUAL A 40 MM. AF_05/2015	Unidade	5,00
CHUMBAMENTO PONTUAL EM PASSAGEM DE TUBO COM DIÂMETROS ENTRE 40 MM E 75 MM. AF_05/2015	Unidade	4,00
CHUVEIRO COMUM EM PLASTICO BRANCO, COM CANO, 3 TEMPERATURAS, 5500 W (110/220 V)	Unidade	5,00
CHUVEIRO ELÉTRICO COMUM CORPO PLÁSTICO, TIPO DUCHA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	Unidade	60,00
CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	kg	50,00
CLIPS DE EMENDA GALVANIZADO DE 3/8"	Unidade	787,00

COBERTURA COM TELHA CHAPA GALVANIZADA TRAPEZOIDAL 0,5 MM COM ACESSÓRIOS	m²	105,60
COLA A BASE DE RESINA SINTETICA PARA CHAPA DE LAMINADO MELAMINICO E OUTROS	kg	120,00
COMPENSADO NAVAL - CHAPA/PAINEL EM MADEIRA COMPENSADA PRENSADA, DE 2200 X 1600 MM, E = 20 MM	m²	1,68
CONCRETO FCK = 15MPA, TRAÇO 1:3,4:3,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MANUAL. AF_05/2021	m³	0,10
CONCRETO FCK = 30MPA, TRAÇO 1:2,1:2,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	m³	4,80
Conector BNC de borne	Unidade	33,00
Conector BNC de solda p/CFTV	Unidade	13,00
CONECTOR EM BRONZE/LATÃO, DN 28 MM X 1/2", SEM ANEL DE SOLDA, BOLSA X ROSCA F, INSTALADO EM RAMAL E SUB-RAMAL DE GÁS MEDICINAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2022	Unidade	6,00
Conector Emenda Com Gel Linear 101E Bargoa	Unidade	365,00
Conector Intelbras Pabx Impacta Tronco E Ramal	Unidade	93,00
CONEXÃO FIXA, ROSCA FÊMEA, METÁLICA, PARA INSTALAÇÕES EM PEX ÁGUA, DN 16 MM X 1/2", COM ANEL DESLIZANTE. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2023	Unidade	8,00
CONEXÃO FIXA, ROSCA FÊMEA, PARA INSTALAÇÕES EM PEX ÁGUA, DN 16MM X 1/2", CONEXÃO POR CRIMPAGEM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2023	Unidade	10,00
CONEXÃO FIXA, ROSCA FÊMEA, PARA INSTALAÇÕES EM PEX ÁGUA, DN 25MM X 3/4", CONEXÃO POR CRIMPAGEM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2023	Unidade	1,00
CONJ. DE FERRAGENS PARA PORTA DE VIDRO TEMPERADO, EM ZAMAC CROMADO, CONTEMPLANDO DOBRADICA INF., DOBRADICA SUP., PIVO PARA DOBRADICA INF., PIVO PARA DOBRADICA SUP., FECHADURA CENTRAL EM ZAMC. CROMADO, CONTRA FECHADURA DE PRESSAO	Conjunto	1,00
Conjunto de estaiamento em aço galvanizado para para-raios Ø 1 1/2"	Unidade	28,00

CONJUNTO DE FECHADURA PONS INOX HÅFELE - INOX ESCOVADO INTERNO	Unidade	2,00
Conjunto de fixacao para lavatório, DECA SP7 ou similar	Unidade	22,00

Conjunto de fixacao para vaso sanitário, DECA SP13 ou similar	Unidade	58,00
Conjunto de instalação para vaso sanitário, DECA SP13 ou similar	Unidade	34,00
CONJUNTO HIDRÁULICO PARA INSTALAÇÃO DE BOMBA EM AÇO ROSCÁVEL, DN SUCÇÃO 40 (1 1/2") E DN RECALQUE 32 (1 1/4"), PARA EDIFICAÇÃO ENTRE 4 E 8 PAVIMENTOS –FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016	Unidade	1,00
Conjunto para fixação de tanque	Unidade	26,00
CONTRAPISO COM ARGAMASSA AUTONIVELANTE, APLICADO SOBRE LAJE, ADERIDO, ESPESSURA 4CM. AF_07/2021	m²	182,61
CONTRAPISO COM ARGAMASSA AUTONIVELANTE, APLICADO SOBRE LAJE, NÃO ADERIDO, ESPESSURA 3CM. AF_07/2021	m²	105,30
CONTRAPISO EM ARGAMASSA PRONTA, PREPARO MANUAL, APLICADO EM ÁREAS MOLHADAS SOBRE IMPERMEABILIZAÇÃO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 4CM. AF_07/2021	m²	1629,79
CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MANUAL, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 3CM. AF_07/2021	m²	84,00
Controle De Acesso Digiprox Sa 202 Intelbras	Unidade	5,00
CÓPIA DE CHAVE COMUM	Unidade	5,00
CORDOALHA DE COBRE NU 16 MM², NÃO ENTERRADA, COM ISOLADOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2017	m	274,00
CORDOALHA DE COBRE NU 35 MM², NÃO ENTERRADA, COM ISOLADOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2017	m	4503,00
CORDOALHA DE COBRE NU 50 MM², ENTERRADA, SEM ISOLADOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2017	m	2571,00
Corrediças Telescópica Para Gaveta c/ Abertura 60cm Par 40kg (PAR)	Unidade	51,70
CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 6,3 MM. AF_06/2022	kg	26,50
CORTE E DOBRA DE AÇO CA-60, DIÂMETRO DE 5,0 MM. AF_06/2022	kg	2,00

COTOVELO 45 GRAUS, EM FERRO GALVANIZADO, CONEXÃO ROSQUEADA, DN 50 MM (2"), INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	Unidade	2,00
COTOVELO 90 GRAUS, EM FERRO GALVANIZADO, CONEXÃO ROSQUEADA, DN 50 MM (2"), INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	Unidade	3,00
COTOVELO 90 GRAUS, EM FERRO GALVANIZADO, CONEXÃO ROSQUEADA, DN 65 MM (2 1/2"), INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	Unidade	2,00
COTOVELO EM COBRE, DN 22 MM, 90 GRAUS, SEM ANEL DE SOLDA, INSTALADO EM PRUMADA DE HIDRÁULICA PREDIAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2022	Unidade	2,00
Cremalheira Barra Dentada Prata 1mt 12538 Rossi	m	15,30
CUBA DE EMBUTIR DE AÇO INOXIDÁVEL MÉDIA, INCLUSO VÁLVULA TIPO AMERICANA EM METAL CROMADO E SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	Unidade	6,00
CUBA DE EMBUTIR OVAL EM LOUÇA BRANCA, 35 X 50CM OU EQUIVALENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	Unidade	5,00
CURVA 180° EM TUBO DE AÇO 1.1/4"	Unidade	208,00
CURVA 90 GRAUS, PPR, DN 25 MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	Unidade	2,00
CURVA 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 75MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	4,00
CURVA 90° EM TUBO DE AÇO 1.1/4"	Unidade	624,00
CURVA CURTA 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	Unidade	1,00
CURVA DE PVC 90 GRAUS, SOLDAVEL, 75 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	Unidade	3,00
CURVA LONGA 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AÉREO DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	Unidade	1,00

CURVA LONGA 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	Unidade	10,00
CURVA LONGA 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF_08/2022	Unidade	18,00
CURVA LONGA 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	Unidade	3,00
CUSTO DE DESPESAS COM VEICULO PROPRIO,CONSIDERANDO 100% DE UTILIZACAO DO MESMO EM SERVICO E MEDIA MENSAL PERCORRIDA ATE 1500KM,TENDO EM VISTA DESLOCAMENTOS PARA FISCALIZACAO DE OBRAS OU VISTORIAS	km	180,00
DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	m³	6,00
DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA PARA QUALQUER TIPO DE BLOCO, DE FORMA MECANIZADA, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m³	3,70
DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	m²	3517,83
Demolição de concreto com utilização de martelo rompedor pneumático	m³	15,07
DEMOLIÇÃO DE PISO CIMENTADO OU CONTRAPISO DE ARGAMASSA ESPESSURA MÁXIMA DE 10CM, INCLUSIVE AFASTAMENTO	m²	630,95
DEMOLIÇÃO DE PISO CIMENTADO SOBRE LASTRO DE CONCRETO	m²	36,00
DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	m²	3092,74
DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	m²	402,14
DEMOLIÇÃO DE RODAPÉ CERÂMICO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m	490,56
Demolição manual de piso cimentado sobre lastro de concreto - Rev 01	m²	541,56
DESENTUPIMENTO (RALO, PRUMADA, PIA)	m	679,00
DISCO DE CORTE DIAMANTADO SEGMENTADO DIAMETRO DE 180 MM PARA ESMERILHADEIRA 7 "	Unidade	3,00

DISCO DE CORTE PARA METAL COM DUAS TELAS 12 X 1/8 X 3/4 " (300 X 3,2 X 19,05 MM)	Unidade	6,00
DISCO DE DESBASTE PARA METAL FERROSO EM GERAL, COM TRES TELAS, 9 X 1/4 X 7/8 " (228,6 X 6,4 X 22,2 MM)	Unidade	9,00
DISCO DE LIXA PARA METAL, DIAMETRO = 180 MM, GRAO 120	Unidade	6,00
DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	Unidade	15,00
DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	Unidade	25,00
DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	Unidade	13,00
DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 50A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	Unidade	8,00
DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	Unidade	59,00
DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	Unidade	95,00
DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	Unidade	2,00
DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	Unidade	51,00
DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, TRIPOLAR DE 10 ATE 50A	Unidade	1,00
DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	Unidade	5,00
DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	Unidade	13,00
DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 50A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	Unidade	18,00
DISPOSITIVO DPS CLASSE II, 1 POLO, TENSAO MAXIMA DE 275 V, CORRENTE MAXIMA DE *30* KA (TIPO AC)	Unidade	10,00
DISPOSITIVO DPS CLASSE II, 1 POLO, TENSAO MAXIMA DE 275 V, CORRENTE MAXIMA DE *45* KA (TIPO AC)	Unidade	24,00
DISPOSITIVO DPS CLASSE II, 1 POLO, TENSAO MAXIMA DE 275 V, CORRENTE MAXIMA DE *45* KA (TIPO AC)	Unidade	4,00
DISPOSITIVO DPS CLASSE II, 1 POLO, TENSAO MAXIMA DE 275 V, CORRENTE MAXIMA DE *90* KA (TIPO AC)	Unidade	42,00
DISPOSITIVO DPS CLASSE II, 1 POLO, TENSAO MAXIMA DE 460 V, CORRENTE MAXIMA DE *30* KA (TIPO AC)	Unidade	14,00

DISPOSITIVO DR, 4 POLOS, SENSIBILIDADE DE 30 MA, CORRENTE DE 63 A, TIPO AC	Unidade	8,00
DOBRADIÇA CURVA	Unidade	396,70
DOBRADICA EM ACO/FERRO, 3 1/2" X 3", E= 1,9 A 2 MM, COM ANEL, CROMADO OU ZINCADO, TAMPA BOLA, COM PARAFUSOS	Unidade	10,00
DOBRADICA EM ACO/FERRO, 3 1/2" X 3", E= 1,9 A 2 MM, COM ANEL, CROMADO OU ZINCADO, TAMPA BOLA, COM PARAFUSOS	Unidade	16,00
DOBRADIÇA EM AÇO/FERRO, 3" X 21/2", E=1,9 A 2MM, SEN ANEL, CROMADO OU ZINCADO, TAMPA BOLA, COM PARAFUSOS. AF_12/2019	Unidade	9,00
DOBRADICA EM LATAO, 3" X 2 1/2 ", E= 1,9 A 2 MM, COM ANEL, CROMADO, TAMPA BOLA, COM PARAFUSOS	Unidade	20,00
Dobradiça gonzo 3/8	Unidade	8,00
Dobradiça Porta Corta Fogo	Unidade	2,00
DOBRADIÇA TIPO VAI E VEM EM LATÃO POLIDO 3". AF_12/2019	Unidade	1,00
Dobradiça Tubular Regulável por Mola Zincado	Unidade	3,00
DUCHA / CHUVEIRO METALICO, DE PAREDE, ARTICULAVEL, COM BRACO/CANO, SEM DESVIADOR	Unidade	11,00
Ducha higiênica com registro, linha Link, ref. 1984.C.ACT. LNK, da DECA ou similar	Unidade	1,00
Dvr full hd mhdx 1116 - Intelbras	Unidade	3,00
ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Hora	826,00
ELETRODO REVESTIDO AWS - E-6010, DIAMETRO IGUAL A 4,00 MM	kg	54,00
ELETRODO REVESTIDO AWS - E6013, DIAMETRO IGUAL A 2,50 MM	kg	1,95
ELETRODO REVESTIDO AWS - E6013, DIAMETRO IGUAL A 4,00 MM	kg	1,00
ELETRODO REVESTIDO AWS - E7018, DIAMETRO IGUAL A 4,00 MM	kg	5,50
ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS,	m	10,00

INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023		
ELETRODUTO PVC 40MM (1 ¼) PARA SPDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2017	Unidade	282,00
ELETROTÉCNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Hora	1108,00
EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL. AF_04/2023	m²	3147,84
EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM TETO, UMA DEMÃO, LIXAMENTO MANUAL. AF_04/2023	m²	598,76
EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESSURA DE 35 MM. AF_08/2022	m²	40,80
EMBOÇO, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADO MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA MAIOR QUE 10M², E = 17,5MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	m²	2,00
EMBOÇO, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADO MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA MENOR QUE 5M², E = 17,5MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	m²	376,06

EMBOÇO, PARA RECEBIMENTO DE CERÂMICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADO MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, PARA AMBIENTE COM ÁREA ENTRE 5M2 E 10M2, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	m²	1,00
EMBOÇO, PARA RECEBIMENTO DE CERÂMICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADO MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, PARA AMBIENTE COM ÁREA MAIOR QUE 10M2, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	m²	519,50
EMBOÇO, PARA RECEBIMENTO DE CERÂMICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADO MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, PARA AMBIENTE COM ÁREA MENOR QUE 5M2, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	m²	546,94
ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Hora	348,00
ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Hora	719,00
ENGATE / RABICHO FLEXIVEL INOX 1/2 " X 40 CM	Unidade	13,00
ENGATE FLEXÍVEL EM INOX, 1/2 X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	Unidade	145,00
ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Hora	1,00
ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Hora	4,00
ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Hora	100,00
Engrenagem Rossi Coroa Interna de Metal Motor DZ4 / DZ3 / DZNANO TURBO / DZ4 TURBO / DZ3 TURBO	Unidade	47,00
ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	m³	455,00
ESPELHO / PLACA CEGA 4" X 2", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	Unidade	95,00
ESPELHO / PLACA CEGA 4" X 4", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	Unidade	231,70
ESPELHO OU CHAPIM EM GRANITO CINZA ANDORINHA,20X2CM,POLIDO,ASSENTADO COMO NO ITEM 13.348.0010 Observacao: 3%-DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	m	6,77

Estator 1/3 Dz4 Dz B14 Bv Plp4 Pivo	Unidade	1,00
ESTATOR BOB MONOFASICO P35 220V 60HZ PT	Unidade	1,00
ESTOPA	kg	10,00
EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	m³	5,00
EXECUÇÃO DE PISO DE CONCRETO, COM ACABAMENTO SUPERFICIAL, ESPESSURA DE 15 CM, FCK = 30 MPA, COM USO DE FORMAS EM MADEIRA SERRADA. AF_09/2021	m²	4,00
Extintor de incêndio com carga CO2, 6 kg	Unidade	1,00
FECHADURA DE EMBUTIR COM CILINDRO, EXTERNA, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO MÉDIO, INCLUSO EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	Unidade	4,00
FECHADURA DE EMBUTIR PARA PORTA DE BANHEIRO, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO MÉDIO, INCLUSO EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	Unidade	1,00
FECHADURA DE EMBUTIR PARA PORTAS INTERNAS, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO MÉDIO, COM EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	Unidade	8,00
FECHADURA DE EMBUTIR PARA PORTAS INTERNAS, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO POPULAR, COM EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	Unidade	7,00
Fechadura Elétrica p/ porta de vidro 2 Folhas/furos AMELCO - FV35ICR	Unidade	20,00
Fechadura eletromagnética de liga de alumínio, fechadura magnética eletrônica	Unidade	1,00
Fechadura em latão completa tipo cilindro com guarnição tipo espelho e maçaneta tipo alavanca para porta externa encaixe 40 mm	Unidade	22,00
FECHADURA ESPELHO PARA PORTA EXTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 55 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO CILINDRO	Conjunto	4,00
Fechadura F 61 Elétrica p/ porta de vidro 2 Folhas amelcom	Unidade	22,00

FECHO / FECHADURA COM PUXADOR CONCHA, COM TRANCA TIPO TRAVA, PARA JANELA / PORTA DE CORRER (INCLUI TESTA, FECHADURA, PUXADOR) - COMPLETA	Conjunto	1,00
FECHO / TRINCO TIPO AVIAO, EM ZAMAC CROMADO, *60* MM, PARA JANELAS - INCLUI PARAFUSOS	Unidade	18,00
Fecho Amelco 12v Reforçado FE-61	Unidade	5,00
Filete de granito cinza andorinha l=4cm, e=2cm, com acabamento aboleado	m	2,50
FILETE DE MARMORE PARA BOX	m	62,50
FITA / CINTA AUTOADESIVA ELASTOMERICA PARA VEDACAO, L= 50 MM, E = 3 MM	m	25,00
FITA ADESIVA ANTICORROSIVA DE PVC FLEXIVEL, COR PRETA, PARA PROTECAO TUBULACAO, 50 MM X 30 M (L X C), E= *0,25* MM	m	11,00
FITA CREPE ROLO DE 25 MM X 50 M	Unidade	42,00
FITA DE BORDA PVC 22MM P/ MDF (DIVERSAS CORES)	Unidade	43,50
FITA DE PAPEL MICROPERFURADO, 50 X 150 MM, PARA TRATAMENTO DE JUNTAS DE CHAPA DE GESSO PARA DRYWALL	m	6,00
FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 20 M	Unidade	9,00
FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 5 M	Unidade	1,00
FITA METALICA PERFURADA, L = 25 MM, ROLO DE 30 M, CARGA RECOMENDADA = *222,5* KGF	Unidade	0,40
FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 10 M (L X C)	Unidade	2,00
FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 25 M (L X C)	Unidade	86,00
FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 50 M (L X C)	Unidade	10,00
FIXAÇÃO DE CONSOLE EM METALON (50X30)MM, COMPRIMENTO 55CM, EM ALVENARIA, PARA APOIO DE BANCADA/PRATELEIRA, INCLUSIVE ARGAMASSA	m	1,40
FIXAÇÃO DE DUTOS FLEXÍVEIS CIRCULARES, DIÂMETRO 109 MM OU 4", COM ABRAÇADEIRA METÁLICA FLEXÍVEL	Unidade	92,00

FIXADA DIRETAMENTE NA LAJE, SOMENTE MÃO DE OBRA. AF_09/2023		
FIXAÇÃO DE TUBOS HORIZONTAIS DE PVC, CPVC OU COBRE DIÂMETROS MAIORES QUE 40 MM E MENORES OU IGUAIS A 75 MM COM ABRAÇADEIRA METÁLICA FLEXÍVEL 18 MM, FIXADA DIRETAMENTE NA LAJE. AF_05/2015	m	1,50
FIXAÇÃO UTILIZANDO PARAFUSO E BUCHA DE NYLON, SOMENTE MÃO DE OBRA. AF_10/2016	Unidade	5710,00
Fonte Chaveada 12VCC 10A 120W View Tech	Unidade	3,00

Fornecimento e instalação de fonte de alimentação 12V / 10A (ou similar)	Unidade	12,00
FORRO EM DRYWALL PARA AMBIENTES RESIDENCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA UNIDIRECIONAL DE FIXAÇÃO. AF_08/2023_PS	m²	13,00
FORRO EM DRYWALL, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA BIRECIONAL DE FIXAÇÃO. AF_08/2023_PS	m²	4,00
FORRO EM DRYWALL, PARA AMBIENTES RESIDENCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_05/2017_PS	m²	49,60
FORRO EM PLACAS DE GESSO, PARA AMBIENTES RESIDENCIAIS. AF_05/2017_PS	m²	18,00
FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	m²	2165,78
FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, UMA DEMÃO. AF_04/2023	m²	1843,61
FURO EM ALVENARIA PARA DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_05/2015	Unidade	25,00
FURO EM CONCRETO PARA DIÂMETROS MAIORES QUE 40 MM E MENORES OU IGUAIS A 75 MM. AF_05/2015	Unidade	1,00
FURO EM CONCRETO PARA DIÂMETROS MAIORES QUE 75 MM. AF_05/2015	Unidade	18,00
FURO EM CONCRETO PARA DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_05/2015	Unidade	5,00
FURO MECANIZADO EM CONCRETO, COM MARTELO DEMOLIDOR, PARA INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, DIÂMETROS MAIORES QUE 75 MM E MENORES OU IGUAIS A 150 MM. AF_09/2023	Unidade	1,00
FURO PARA TORNEIRA OU OUTROS ACESSÓRIOS EM BANCADA DE MARMORE/ GRANITO OU OUTRO TIPO DE PEDRA NATURAL	Unidade	2,00
GESSEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Hora	5,00
GESSO COLA, EM PO, PARA FIXAÇÃO DE MOLDURAS, SANCAS E BLOCOS DE GESSO	kg	1,00
GESSO EM PO PARA REVESTIMENTOS/MOLDURAS/SANCAS E USO GERAL	kg	1,00
GRANITO PARA BANCADA, POLIDO, TIPO ANDORINHA/ QUARTZ/ CASTELO/ CORUMBA OU OUTROS EQUIVALENTES	m²	10,00

DA REGIAO, E= *2,5* CM		
GRAUTE CIMENTICIO PARA USO GERAL	kg	87,00
GRAUTE FGK=20 MPA; TRAÇO 1:0,04:1,8:2,1 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ CAL/ AREIA GROSSA/ BRITA 0) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_09/2021	m³	0,30
GRAUTE FGK=25 MPA; TRAÇO 1:0,02:1,3:1,6 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ CAL/ AREIA GROSSA/ BRITA 0) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_09/2021	m³	1,00
graxa branca para portão eletrônico	Unidade	2,00
GRAXA LUBRIFICANTE	kg	5,00
GRAXA LUBRIFICANTE A BASE DE LITIO, DE MULTIPLAS APLICACOES E CONTENDO ADITIVOS DE EXTREMA PRESSAO (GRAU DE VISCOSIDADE NLGI 2)	kg	2,00
GRELHA DE ACO INOX, 15X15CM,SISTEMA ROTATIVO,COM CAIXILHO.FORNECIMENTO	Unidade	6,00
GRELHA DE ACO INOX,10X10CM,SISTEMA ROTATIVO,COM CAIXILHO.FORNECIMENTO	Unidade	6,00
GRELHA TAMPA INOX PARA RALO 10X10CM	Unidade	147,00
HASTE DE ATERRAMENTO 5/8 PARA SPDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2017	Unidade	66,00
HD 1TB para DVR sistema de vigilância	Unidade	3,00
Impermeabilização com manta asfáltica antiraiz para lajes sob jardins	m²	5,00
IMPERMEABILIZACAO COM SELANTE ELASTOMERICO A BASE DE POLIURETANO,MONO-COMPONENTE,EM JUNTAS DE DILATAÇAO DE PISOS E FACHA DAS COM MOVIMENTACAO DE ATÉ 25%,SELAMENTO DE RALOS,TUBULACOES DE RESERVATORIOS E PISCINAS,VEDACAO DE ESQUADRIAS,CAIXILHO S METALICOS E DE MADEIRA, TRATAMENTO DE TRINCAS E FISSURAS,VEDACAO DE CALHAS E RUFOS,CONSUMO:360G PARA 1M DE JUNTA 2X1CM Observacao: 3%- DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	m	16,00
IMPERMEABILIZAÇÃO DE PISO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE, E = 2CM. AF_06/2018	m²	16,00
IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM ARGAMASSA POLIMÉRICA / MEMBRANA ACRÍLICA, 3 DEMÃOS.	m²	119,10

AF_06/2018		
IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM ARGAMASSA POLIMÉRICA / MEMBRANA ACRÍLICA, 4 DEMÃOS, REFORÇADA COM VÉU DE POLIÉSTER (MAV). AF_06/2018	m²	1160,73
IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MANTA ASFÁLTICA, DUAS CAMADAS, INCLUSIVE APLICAÇÃO DE PRIMER ASFÁLTICO, E=3MM E E=4MM. AF_09/2023	m²	162,90
IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MANTA ASFÁLTICA, UMA CAMADA, INCLUSIVE APLICAÇÃO DE PRIMER ASFÁLTICO, E=3MM. AF_06/2018	m²	102,40
IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MANTA ASFÁLTICA, UMA CAMADA, INCLUSIVE APLICAÇÃO DE PRIMER ASFÁLTICO, E=4MM. AF_09/2023	m²	22,00
IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MEMBRANA À BASE DE POLIURETANO, 2 DEMÃOS. AF_06/2018	m²	49,30
IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MEMBRANA À BASE DE RESINA ACRÍLICA, 3 DEMÃOS. AF_06/2018	m²	6,00
IMPERMEABILIZADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Hora	132,00
INSTALAÇÃO DE VIDRO ARAMADO, E = 6 MM, EM ESQUADRIA DE ALUMÍNIO OU PVC, FIXADO COM BAGUETE. AF_01/2021_PS	m²	3,20
INSTALAÇÃO DE VIDRO LAMINADO, E = 8 MM (4+4), ENCAIXADO EM PERFIL U. AF_01/2021_PS	m²	1,50
INSTALAÇÃO DE VIDRO LISO INCOLOR, E = 4 MM, EM ESQUADRIA DE ALUMÍNIO OU PVC, FIXADO COM BAGUETE. AF_01/2021_PS	m²	2,87
INSTALAÇÃO DE VIDRO LISO INCOLOR, E = 5 MM, EM ESQUADRIA DE ALUMÍNIO OU PVC, FIXADO COM BAGUETE. AF_01/2021_PS	m²	8,39
INSTALAÇÃO DE VIDRO LISO INCOLOR, E = 6 MM, EM ESQUADRIA DE ALUMÍNIO OU PVC, FIXADO COM BAGUETE. AF_01/2021_PS	m²	11,64
INSTALAÇÃO DE VIDRO TEMPERADO, E = 10 MM, ENCAIXADO EM PERFIL U. AF_01/2021_PS	m²	9,52
INSTALAÇÃO DE VIDRO TEMPERADO, E = 8 MM, ENCAIXADO EM PERFIL U. AF_01/2021_PS	m²	16,50
INSTALAÇÃO ELETROMECÂNICA DE CONJUNTO MOTO-BOMBA DE 4 À 7,5 CV	Unidade	2,00

INTERRUPTOR DIFERENCIAL RESIDUAL BIPOLAR 63A, SENSIBILIDADE 30MA - 220V	Unidade	12,00
INTERRUPTOR DIFERENCIAL TETRAPOLAR - 40A - SENSIBILIDADE 30MA - 380V	Unidade	1,00

INTERRUPTOR DIFERENCIAL TETRAPOLAR - 63A SENSIBILIDADE 30MA - 380V	Unidade	5,00
INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO) COM 1 TOMADA DE EMBUTIR 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Unidade	10,00
INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Unidade	65,00
INTERRUPTOR PARALELO (2 MÓDULOS) COM 1 TOMADA DE EMBUTIR 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Unidade	3,00
INTERRUPTOR PARALELO (2 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Unidade	42,00
INTERRUPTOR PARALELO (3 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Unidade	9,00
INTERRUPTOR PULSADOR CAMPAINHA (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Unidade	28,00
INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO) COM 1 TOMADA DE EMBUTIR 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Unidade	94,00
INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO) COM 2 TOMADAS DE EMBUTIR 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Unidade	16,00
INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO) COM INTERRUPTOR PARALELO (2 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Unidade	1,00
INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Unidade	178,00
INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS) COM 1 TOMADA DE EMBUTIR 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Unidade	5,00

INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Unidade	32,00
INTERRUPTOR SIMPLES (3 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Unidade	2,00
INTERRUPTOR SIMPLES (4 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Unidade	2,00
INTERRUPTORES SIMPLES (3 MODULOS) 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	Unidade	1,00
JOELHO 45 GRAUS, PPR, DN 25 MM, CLASSE PN 25, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	Unidade	24,00
JOELHO 45 GRAUS, PPR, DN 40 MM, CLASSE PN 25, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	Unidade	1,00
JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	Unidade	3,00
JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AÉREO DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	Unidade	10,00
JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	Unidade	10,00
JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	Unidade	22,00
JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF_08/2022	Unidade	16,00
JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	Unidade	18,00

JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022	Unidade	2,00
JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022	Unidade	3,00
JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_06/2022	Unidade	1,00
JOELHO 45 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	5,00
JOELHO 45 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	7,00
JOELHO 45 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 32 MM, INSTALADO EM DRENO DE AR CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	Unidade	2,00
JOELHO 45 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	4,00
JOELHO 90 GRAUS COM BUCHA DE LATÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25 MM, X 3/4"INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016	Unidade	11,00
JOELHO 90 GRAUS COM BUCHA DE LATÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, X 1/2 INSTALADO EM RAMAL OU SUB- RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	30,00
JOELHO 90 GRAUS COM BUCHA DE LATÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, X 3/4 INSTALADO EM RAMAL OU SUB- RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	123,00
JOELHO 90 GRAUS, EM FERRO GALVANIZADO, CONEXÃO ROSQUEADA, DN 25 (1"), INSTALADO EM RAMAIS E SUB- RAMAIS DE GÁS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	Unidade	9,00
JOELHO 90 GRAUS, EM FERRO GALVANIZADO, DN 65 (2 1/2"), CONEXÃO ROSQUEADA, INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA HIDRANTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	Unidade	2,00

JOELHO 90 GRAUS, EM FERRO GALVANIZADO, DN 80 (3"), CONEXÃO ROSQUEADA, INSTALADO EM PRUMADAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	Unidade	1,00
--	---------	------

JOELHO 90 GRAUS, METÁLICO, PARA INSTALAÇÕES EM PEX ÁGUA, DN 16 MM, CONEXÃO POR ANEL DESLIZANTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2023	Unidade	12,00
JOELHO 90 GRAUS, PARA INSTALAÇÕES EM PEX ÁGUA, DN 16 MM, CONEXÃO POR CRIMPAGEM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2023	Unidade	6,00
JOELHO 90 GRAUS, PPR, DN 25 MM, CLASSE PN 25, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	Unidade	16,00
JOELHO 90 GRAUS, PPR, DN 25 MM, CLASSE PN 25, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	Unidade	21,00
JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF_08/2022	Unidade	6,00
JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	Unidade	10,00
JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AÉREO DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	Unidade	8,00
JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	Unidade	16,00
JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	Unidade	46,00
JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF_08/2022	Unidade	24,00
JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	Unidade	13,00

JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_06/2022	Unidade	4,00
JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022	Unidade	2,00
JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022	Unidade	2,00
JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 20MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	4,00
JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	7,00
JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	41,00
JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	16,00
JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, X 3/4 INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	3,00
JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 32 MM, INSTALADO EM DRENO DE AR CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	Unidade	2,00
JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	2,00
JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	2,00
JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 40MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	1,00

JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 50 MM INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	Unidade	5,00
JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	1,00
JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 60 MM INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016	Unidade	1,00
JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 60MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	1,00
JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 75MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	3,00
JOELHO 90 GRAUS, ROSCA FÊMEA TERMINAL, METÁLICO, PARA INSTALAÇÕES EM PEX ÁGUA, DN 16MM X 1/2", CONEXÃO POR ANEL DESLIZANTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2023	Unidade	12,00
JOELHO PVC, SOLDAVEL, COM BUCHA DE LATAO, 90 GRAUS, 20 MM X 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	Unidade	1,00
JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 90 GRAUS, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	Unidade	1,00
JOELHO, ROSCA FÊMEA, COM BASE FIXA, METÁLICO, PARA INSTALAÇÕES EM PEX ÁGUA, DN 16MM X 1/2", CONEXÃO POR ANEL DESLIZANTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2023	Unidade	8,00
JUNÇÃO DE REDUÇÃO INVERTIDA, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08 /2022	Unidade	10,00
JUNÇÃO DE REDUCAO INVERTIDA, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF_08 /2022	Unidade	1,00
JUNÇÃO DE REDUÇÃO INVERTIDA, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF_08 /2022	Unidade	1,00
JUNÇÃO DE REDUÇÃO INVERTIDA, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08 /2022	Unidade	2,00

JUNÇÃO DE REDUÇÃO INVERTIDA, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	Unidade	1,00
JUNÇÃO SIMPLES DE PVC, 45 GRAUS, SÉRIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, INSTALADA EM DRENO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2021	Unidade	2,00
JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF_08/2022	Unidade	4,00
JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	Unidade	2,00
JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 X 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	Unidade	9,00
JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 X 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_06/2022	Unidade	1,00
JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022	Unidade	1,00
JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 75 X 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022	Unidade	1,00
JUNTA ARGAMASSADA ENTRE TUBO DN 100 MM E O POÇO DE VISITA/ CAIXA DE CONCRETO OU ALVENARIA EM REDES DE ESGOTO. AF_01/2021	Unidade	19,00
KIT 1,5 METROS CREMALHEIRA MOTOR PORTÃO INDUSTRIAL	Unidade	4,00
Kit Alumínio Box Banheiro Padrão	Unidade	43,00
KIT COMPLETO PARA CAIXA ACOPLADA	Unidade	37,00
	Unidade	1,00

KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 60X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, SEM FECHADURA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019		
KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, SEM FECHADURA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	Unidade	2,00
KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, 60X210CM, EXCLUSIVE FECHADURA, FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO PARCIAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	Unidade	7,00
KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, 80X210CM, EXCLUSIVE FECHADURA, FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO PARCIAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	Unidade	1,00
KIT DE REGISTRO DE PRESSÃO BRUTO DE LATÃO ½", INCLUSIVE CONEXÕES, ROSCÁVEL, INSTALADO EM RAMAL DE ÁGUA FRIA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	Unidade	12,00
Kit Destravamento Rossi Fechadura Dz4 Dz3 Sk Com 2 Chaves	Unidade	5,00
Kit Placa Motor Portão Rossi NKXH30	Unidade	32,00
LAMINA DE SERRA	Unidade	9,00
LÂMPADA COMPACTA DE LED 10 W, BASE E27 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	Unidade	82,00
LÂMPADA COMPACTA DE LED 6 W, BASE E27 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	Unidade	16,00
LÂMPADA COMPACTA FLUORESCENTE DE 15 W, BASE E27 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	Unidade	12,00
LÂMPADA COMPACTA FLUORESCENTE DE 20 W, BASE E27 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	Unidade	18,00
LAMPADA LED 10 W BIVOLT BRANCA, FORMATO TRADICIONAL (BASE E27)	Unidade	13,00
LAMPADA LED TIPO DICROICA BIVOLT, LUZ BRANCA, 5 W (BASE GU10)	Unidade	1,00
LAMPADA LED TUBULAR BIVOLT 18/20 W, BASE G13	Unidade	3,00

LAMPADA LED,BULBO,A60,25W,100/240V,BASE E-27.FORNECIMENTO E COLOCACAO Observacao: 3%-DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	Unidade	325,00
LÂMPADA SPOT PAR20 6W	Unidade	15,00
LÂMPADA TUBULAR FLUORESCENTE T10 DE 20/40 W, BASE G13 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020_PS	Unidade	7,00
LÂMPADA TUBULAR FLUORESCENTE T8 DE 16/18 W, BASE G13 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020_PS	Unidade	8,00
LÂMPADA TUBULAR LED DE 18/20 W, BASE G13 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020_PS	Unidade	104,00
LÂMPADA TUBULAR LED DE 9/10 W, BASE G13 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020_PS	Unidade	52,00
LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA SUSPENSO, 29,5 X 39CM OU EQUIVALENTE, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	Unidade	6,00
LIMPEZA DE CONTRAPISO COM VASSOURA A SECO. AF_04/2019	m²	2,00
LIMPEZA DE LAVATÓRIO DE LOUÇA COM BANCADA DE PEDRA, INCLUSIVE METAIS CORRESPONDENTES. AF_04/2019	Unidade	2,00
LIMPEZA DE PISO CERÂMICO OU PORCELANATO COM PANO ÚMIDO. AF_04/2019	m²	4,00
LIMPEZA DE PISO CERÂMICO OU PORCELANATO UTILIZANDO DETERGENTE NEUTRO E ESCOVAÇÃO MANUAL. AF_04/2019	m²	773,00
LIMPEZA DE REVESTIMENTO CERÂMICO EM PAREDE COM PANO ÚMIDO AF_04/2019	m²	4,00
LIMPEZA FINAL DE OBRAS PREDIAIS - INCLUI LIMPEZA DE VIDROS, LOUÇAS, METAIS, PISO, FORRO E DEMAIS COMPONENTES DA EDIFICAÇÃO	m²	2573,41
Limpeza geral	m²	3326,75
LIXA D'AGUA EM FOLHA, GRAO 100	Unidade	1,00
LIXA EM FOLHA PARA FERRO, NUMERO 150	Unidade	8,00
LIXA EM FOLHA PARA PAREDE OU MADEIRA, NUMERO 120, COR VERMELHA	Unidade	4,00

LIXAMENTO DE MADEIRA PARA APLICAÇÃO DE FUNDO OU PINTURA. AF_01/2021	m²	1486,60
LIXAMENTO DE MASSA PARA MADEIRA. AF_01/2021	m²	223,98
LIXAMENTO MANUAL EM SUPERFÍCIES METÁLICAS EM OBRA. AF_01/2020	m²	357,94

<p>LOCACAO DE ANDAIME METALICO TUBULAR DE ENCAIXE, TIPO DE TORRE, CADA PAINEL COM LARGURA DE 1 ATE</p> <p>1,5 M E ALTURA DE *1,00* M, INCLUINDO DIAGONAL, BARRAS DE LIGACAO, SAPATAS OU RODIZIOS E DEMAIS ITENS NECESSARIOS A MONTAGEM (NAO INCLUI INSTALACAO)</p>	m/MES	9,00
LONA PLASTICA EXTRA FORTE PRETA, E = 200 MICRA	m²	3529,04
<p>LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA, COM 30 LÂMPADAS LED DE 2 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.</p> <p>AF_02/2020</p>	Unidade	16,00
LUMINARIA LED PLAFON REDONDO DE SOBREPOR BIVOLT 12/13 W, D = *17* CM	Unidade	1,00
LUMINARIA LED REFLETOR RETANGULAR BIVOLT, LUZ BRANCA, 50 W	Unidade	12,00
<p>LUMINÁRIA TIPO PLAFON CIRCULAR, DE SOBREPOR, COM LED DE 12/13 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.</p> <p>AF_03/2022</p>	Unidade	28,00
<p>LUVA COM BUCHA DE LATÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 20MM X 1/2", INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA</p> <p>FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022</p>	Unidade	51,00
<p>LUVA COM BUCHA DE LATÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM X 3/4 , INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA -</p> <p>FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022</p>	Unidade	32,00
LUVA DE CORRER, PVC SERIE R, 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	Unidade	1,00
LUVA DE CORRER, PVC, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	Unidade	1,00
LUVA DE CORRER, PVC, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	Unidade	3,00
<p>LUVA DE CORRER, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO</p> <p>EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF_08/2022</p>	Unidade	2,00
<p>LUVA DE CORRER, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO</p> <p>EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022</p>	Unidade	3,00
	Unidade	2,00

<p>LUVA DE CORRER, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO</p> <p>EM SUBCOLETOR AÉREO DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022</p>		
<p>LUVA DE CORRER, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO</p> <p>EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF_08/2022</p>	Unidade	3,00
<p>LUVA DE CORRER, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO</p> <p>EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022</p>	Unidade	9,00
<p>LUVA DE CORRER, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO</p> <p>EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF_08/2022</p>	Unidade	4,00
<p>LUVA DE CORRER, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO</p> <p>EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022</p>	Unidade	26,00
<p>LUVA DE CORRER, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022</p>	Unidade	1,00
<p>LUVA DE CORRER, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_06/2022</p>	Unidade	2,00
<p>LUVA DE CORRER, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022</p>	Unidade	2,00
<p>LUVA DE CORRER, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014</p>	Unidade	4,00
<p>LUVA DE CORRER, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022</p>	Unidade	2,00
<p>LUVA DE CORRER, PVC, SOLDÁVEL, DN 40MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022</p>	Unidade	4,00

LUVA DE CORRER, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	5,00
LUVA DE CORRER, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	1,00
LUVA DE CORRER, PVC, SOLDÁVEL, DN 60MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	6,00
LUVA DE REDUÇÃO, EM FERRO GALVANIZADO, 2 1/2" X 2", CONEXÃO ROSQUEADA, INSTALADO EM PRUMADAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	Unidade	2,00
LUVA DE REDUÇÃO, EM FERRO GALVANIZADO, 4" X 2 1/2", CONEXÃO ROSQUEADA, INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA HIDRANTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	Unidade	2,00
LUVA DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 40MM X 32MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	2,00
LUVA EM COBRE, DN 22 MM, SEM ANEL DE SOLDA, INSTALADO EM PRUMADA DE HIDRÁULICA PREDIAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2022	Unidade	1,00
LUVA PVC, SOLDÁVEL, DN 25 MM, INSTALADA EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016	Unidade	21,00
LUVA SIMPLES, PVC SERIE R, 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	Unidade	1,00
LUVA SIMPLES, PVC SERIE R, 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	Unidade	2,00
LUVA SIMPLES, PVC SERIE R, 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	Unidade	10,00
LUVA SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF_08/2022	Unidade	22,00
LUVA SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	Unidade	14,00
LUVA SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AÉREO DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	Unidade	12,00

LUVA SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	Unidade	18,00
LUVA SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF_08/2022	Unidade	2,00
LUVA SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	Unidade	68,00

<p>LUVA SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM</p> <p>PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF_08/2022</p>	Unidade	9,00
<p>LUVA SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM</p> <p>RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022</p>	Unidade	56,00
<p>LUVA SIMPLES, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM</p> <p>CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_06/2022</p>	Unidade	2,00
<p>LUVA SIMPLES, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL</p> <p>DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022</p>	Unidade	1,00
<p>LUVA SIMPLES, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM</p> <p>CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_06/2022</p>	Unidade	1,00
<p>LUVA SIMPLES, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL</p> <p>DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022</p>	Unidade	6,00
<p>LUVA SOLDÁVEL E COM ROSCA, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM X 3/4 , INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE</p> <p>ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022</p>	Unidade	3,00
<p>LUVA, EM FERRO GALVANIZADO, CONEXÃO ROSQUEADA, DN 25 (1"), INSTALADO EM RAMAIS E SUB-RAMAIS DE</p> <p>GÁS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020</p>	Unidade	5,00
<p>LUVA, EM FERRO GALVANIZADO, CONEXÃO ROSQUEADA, DN 65 (2 1/2"), INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO</p> <p>PARA SPRINKLER - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020</p>	Unidade	1,00
<p>LUVA, EM FERRO GALVANIZADO, CONEXÃO ROSQUEADA, DN 80 (3"), INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO –FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016</p>	Unidade	1,00
<p>LUVA, EM FERRO GALVANIZADO, DN 50 (2"), CONEXÃO ROSQUEADA, INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO</p> <p>PARA HIDRANTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020</p>	Unidade	2,00
<p>LUVA, EM FERRO GALVANIZADO, DN 65 (2 1/2"), CONEXÃO ROSQUEADA, INSTALADO EM PRUMADAS -</p>	Unidade	1,00

FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020		
LUVA, PPR, DN 25 MM, CLASSE PN 25, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	Unidade	19,00
LUVA, PPR, DN 40 MM, CLASSE PN 25, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	Unidade	2,00
LUVA, PVC, SOLDÁVEL, DN 20MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	2,00
LUVA, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	5,00
LUVA, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	23,00
LUVA, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	9,00
LUVA, PVC, SOLDÁVEL, DN 40 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016	Unidade	4,00
LUVA, PVC, SOLDÁVEL, DN 40MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	7,00
LUVA, PVC, SOLDÁVEL, DN 50 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016	Unidade	1,00
LUVA, PVC, SOLDÁVEL, DN 50 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	Unidade	6,00
LUVA, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	2,00
LUVA, PVC, SOLDÁVEL, DN 60 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016	Unidade	1,00

<p>LUVA, PVC, SOLDÁVEL, DN 60MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.</p> <p>AF_06/2022</p>	Unidade	2,00
<p>LUVA, PVC, SOLDÁVEL, DN 75 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA</p> <p>RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016</p>	Unidade	1,00
<p>LUVA, PVC, SOLDÁVEL, DN 75MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.</p> <p>AF_06/2022</p>	Unidade	7,00
<p>MANOMETRO COM CAIXA EM ACO PINTADO, ESCALA *10* KGF/CM2 (*10* BAR), DIAMETRO NOMINAL DE 100</p> <p>MM, CONEXAO DE 1/2"</p>	Unidade	1,00
<p>MANTA ASFALTICA ELASTOMERICA EM POLIESTER ALUMINIZADA 3 MM, TIPO III, CLASSE B (NBR 9952)</p>	m²	34,00
<p>MARCENEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES</p>	Hora	1672,00
<p>MARMORISTA/GRANITEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES</p>	Hora	57,00
<p>MASSA ACRILICA PARA SUPERFICIES INTERNAS E EXTERNAS</p>	kg	2,00
<p>Massa Adesiva Durepoxi</p>	Caixa	6,00
<p>MASSA DE REJUNTE EM PO PARA DRYWALL, A BASE DE GESSO, SECAGEM RAPIDA, PARA TRATAMENTO DE</p> <p>JUNTAS</p> <p>DE CHAPA DE GESSO (NECESSITA ADICAO DE AGUA)</p>	kg	1,00
<p>MASSA PARA MADEIRA - INTERIOR E EXTERIOR</p>	kg	89,70
<p>MASSA PLASTICA PARA MARMORE/GRANITO</p>	kg	51,80
<p>MASTRO 1 ½ PARA SPDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2017</p>	Unidade	28,00
<p>MEDIDOR DE GÁS</p>	Unidade	1,00
<p>MOLA DE PISO DORMA COM ESPELHO DE INOX BTS 75</p>	Unidade	6,00
<p>Mola Hidráulica Aérea Dorma</p>	Unidade	5,00
<p>MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME TUBULAR TIPO "TORRE"(EXCLUSIVE ANDAIME E LIMPEZA). AF_11</p> <p>/2017</p>	m	20,00

MOTOR ROSSI DZGHT16 TURBO	Unidade	1,00
NIPLE DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1 1/2"	Unidade	1,00
NIPLE DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 3/4"	Unidade	6,00

NIPLE, EM FERRO GALVANIZADO, CONEXÃO ROSQUEADA, DN 25 (1"), INSTALADO EM RAMAIS E SUB-RAMAIS DE GÁS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	Unidade	5,00
NIPLE, EM FERRO GALVANIZADO, CONEXÃO ROSQUEADA, DN 65 MM (2 1/2"), INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	Unidade	4,00
NIPLE, EM FERRO GALVANIZADO, DN 65 (2 1/2"), CONEXÃO ROSQUEADA, INSTALADO EM PRUMADAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	Unidade	2,00
Painel LED 30x30 32W Embutir Branco	Unidade	362,00
PARAFUSO DRY WALL, EM ACO FOSFATIZADO, CABECA TROMBETA E PONTA AGULHA (TA), COMPRIMENTO 25 MM	Unidade	50,00
PARAFUSO ROSCA SOBERBA ZINCADO CABECA CHATA FENDA SIMPLES 3,2 X 20 MM (3/4 ")	Unidade	100,00
PARAFUSO ROSCA SOBERBA ZINCADO CABECA CHATA FENDA SIMPLES 3,8 X 30 MM (1.1/4 ")	Unidade	140,00
PARAFUSO ROSCA SOBERBA ZINCADO CABECA CHATA FENDA SIMPLES 4,8 X 40 MM (1.1/2 ")	Unidade	100,00
PARAFUSO ROSCA SOBERBA ZINCADO CABECA CHATA FENDA SIMPLES 5,5 X 50 MM (2 ")	Unidade	520,00
PARAFUSO ROSCA SOBERBA ZINCADO CABECA CHATA FENDA SIMPLES 5,5 X 65 MM (2.1/2 ")	Unidade	935,00
PARAFUSO TIPO GANCHO EM ACO INOX 2,5X15MM	Unidade	80,00
PARAFUSO ZINCADO, AUTOBROCANTE, FLANGEADO, 4,2 MM X 19 MM	Cento	1,00
PARAFUSO ZINCADO, SEXTAVADO, COM ROSCA SOBERBA, DIAMETRO 5/16", COMPRIMENTO 40 MM	Unidade	6434,00
PARAFUSO, AUTOATARRAXANTE, CABECA CHATA, FENDA SIMPLES, EM ACO ZINCADO, 1/4" (6,35 MM) X 25 MM	Cento	0,12
PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Hora	171,00
PERFIL U DE ABAS IGUAIS, EM ALUMINIO, 1/2" (1,27 X 1,27 CM), PARA PORTA OU JANELA DE CORRER	m	4,80
PINO DE EIXO SEM FIM	Unidade	2,00
PINO ELASTICO ROSSI 14MM	Unidade	54,00

PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Hora	36,00
PINTURA COM TINTA ACRÍLICA DE ACABAMENTO APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF_01/2020	m²	14,00
PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE PERFIL METÁLICO EXECUTADO EM FÁBRICA (POR DEMÃO). AF_01/2020	m²	3,00
PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF_01/2020	m²	7,00
PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF_01/2020	m²	1,50
PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF_01/2020_PE	m²	240,00
PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF_01/2020	m²	54,50
PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO (TIPO ZARCÃO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF_01/2020	m²	54,50
PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO (TIPO ZARCÃO) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF_01/2020_PE	m²	186,44
PINTURA FUNDO NIVELADOR ALQUÍDICO BRANCO EM MADEIRA. AF_01/2021	m²	5,88
PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	6279,88
PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	3941,24
PINTURA LÁTEX ACRÍLICA STANDARD, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	36,00
PINTURA LÁTEX ACRÍLICA STANDARD, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	43,00
PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) A ÓLEO EM MADEIRA, 3 DEMÃOS. AF_01/2021	m²	10,00
PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO EM MADEIRA, 3 DEMÃOS.	m²	368,18

AF_01/2021		
PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE EM MADEIRA, 3 DEMÃOS. AF_01/2021	m²	1,00
PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO FOSCO EM MADEIRA, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	m²	195,00
PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO E EXTERNO, 3 DEMÃOS. AF_01/2021	m²	24,00
PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO, 1 DEMÃO. AF_01/2021	m²	505,00
PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	m²	10,30
PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO, 3 DEMÃOS. AF_01/2021	m²	856,97
PINTURA VERNIZ (INCOLOR) POLIURETÂNICO (RESINA ALQUÍDICA MODIFICADA) EM MADEIRA, 1 DEMÃO. AF_01/2021	m²	6,83
PINTURA VERNIZ (INCOLOR) POLIURETÂNICO (RESINA ALQUÍDICA MODIFICADA) EM MADEIRA, 3 DEMÃOS. AF_01/2021	m²	208,68
PISO EM GRANITO, POLIDO, TIPO PRETO SAO GABRIEL/ TIJUCA OU OUTROS EQUIVALENTES DA REGIAO, FORMATO MENOR OU IGUAL A 3025 CM2, E= *2* CM	m²	3,60
PISO EM TACO DE MADEIRA 7X21CM, FIXADO COM COLA BASE DE PVA. AF_09/2020	m²	5,00
Piso vinílico 18,4 x 95 cm, e = 3 mm, ref.ambienta rústico (Tarkett ou similar), exclusive cimentado - fornecimento e instalação	m²	857,85
PISO VINILICO ACUSTICO EM REGUA DE 120 X 20 CM, E= 5 MM, INCL. ARGAMASSA DE REGULARIZACAO	m²	105,30
PISO VINÍLICO SEMI-FLEXÍVEL EM PLACAS, PADRÃO LISO, ESPESSURA 3,2 MM, FIXADO COM COLA. AF_09/2020	m²	74,50

PLACA / CHAPA DE GESSO ACARTONADO, STANDARD (ST), COR BRANCA, E = 12,5 MM, 1200 X 2400 MM (L X C)	m²	2,88
Placa Ramal 8 Ramais Interfonia Comunic 16/48 Intelbras	Unidade	6,00
PLACA RAMAL DESBALANCEADA 16R	Unidade	4,00
PLACA RAMAL DESBALANCEADA 8R	Unidade	7,00
PLUG OU BUJAO DE FERRO GALVANIZADO, DE 1/2"	Unidade	33,00
PLUG OU BUJAO DE FERRO GALVANIZADO, DE 3/4"	Unidade	9,00
Plug PVC roscável Ø 1/2"	Unidade	28,00
POLISTIRENO EXPANDIDO/EPS (ISOPOR), TIPO 2F, PLACA, ISOLAMENTO TERMOACUSTICO, E = 20 MM, 1000 X 500 MM	m²	1,00
PONTALETE *7,5 X 7,5* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	m	28,80
Porta de chapa de madeira lisa encabeçada com Imbuia 90 x 210 x 3,5 cm	Unidade	1,00
PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, INCLUSO DOBRADIÇAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	Unidade	2,00
PORTEIRO ELETRÔNICO XPE 1013 PLUS	Unidade	10,00
PORTEIRO RESIDENCIAL MODELO IPR 8010	Unidade	1,00
PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 10 X 11 (1 X 17)	kg	0,55
PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 14 X 18 (1 1/2 X 14)	kg	1,50
PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA DUPLA 17 X 27 (2 1/2 X 11)	kg	1,00
PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE AREIA, LANÇAMENTO MANUAL. AF_08/2020	m³	10,00
PROLONGAMENTO / PROLONGADOR PARA CAIXA SIFONADA, PVC, 100 MM X 200 MM (NBR 5688)	Unidade	2,00

PROLONGAMENTO / PROLONGADOR PARA CAIXA SIFONADA, PVC, 150 MM X 150 MM (NBR 5688)	Unidade	2,00
PROTEÇÃO MECÂNICA DE SUPERFÍCIE HORIZONTAL COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, TRAÇO 1:3, E=3CM. AF_06/2018	m²	28,00
PROTEÇÃO MECÂNICA DE SUPERFÍCIE HORIZONTAL COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, TRAÇO 1:3, E=4CM. AF_09/2023	m²	9,00
PROTEÇÃO MECÂNICA DE SUPERFÍCIE VERTICAL COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, TRAÇO 1:3, E=3CM. AF_06/2018	m²	16,00
Puxador Perfil Para Portas E Gavetas Encaixe - 6 Metros	Unidade	14,50
PUXADOR TIPO ALCA, EM ZAMAC CROMADO, COM COMPRIMENTO DE APROX 150 MM, COM ROSETA PARA PORTAS DE MADEIRAS, INCLUINDO PARAFUSOS	Unidade	29,00
PUXADOR TIPO BOLA	Unidade	10,00
Quadro de comando para 2 bombas de recalques de 1/3 a 2 cv, trifásica, 220 volts, com chave seletora, acionamento manual/automático, relé de sobrecarga e contatora	Unidade	0,50
Quadro de distribuição de energia, de embutir, com 18 divisões modulares, com barramento	Unidade	5,00
QUADRO DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA,100A,PARA DISJUNTORES TERMO-MAGNETICOS UNIPOLARES,DE EMBUTIR,COM PORTA E BARRAMENTOS D E FASE,NEUTRO E TERRA,TRIFASICO,PARA INSTALACAO DE ATE 24 DISJUNTORES COM DISPOSITIVO PARA CHAVE GERAL.FORNECIMENTO E CO LOCACAO Obser	Unidade	6,00
QUADRO DE DISTRIBUICAO, EM PVC, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TERRA / NEUTRO, PARA 18 DISJUNTORES NEMA OU 24 DISJUNTORES DIN	Unidade	12,00
QUEBRA EM ALVENARIA PARA INSTALAÇÃO DE QUADRO DISTRIBUIÇÃO PEQUENO (19X25 CM). AF_05/2015	Unidade	9,00
Ralo de cobertura semi-esferico de ferro fundido, tipo abacaxi, com 4". Fornecimento e instalacao.	Unidade	13,00
RALO FOFO SEMIESFERICO, 100 MM, PARA LAJES/ CALHAS	Unidade	1,00
RALO SECO / RALO DE PASSAGEM EM PVC, QUADRADO, 100 X 100 X 53 MM, SAIDA 40 MM, COM GRELHA BRANCA	Unidade	1,00
RALO SECO CÔNICO, PVC, 100 X 40 MM, COM GRELHA QUADRADA BRANCA	Unidade	1,00

RALO SIFONADO CILINDRICO, PVC, 100 X 40 MM, COM GRELHA REDONDA BRANCA	Unidade	1,00
RALO SIFONADO QUADRADO, PVC, 100 X 53 MM, SAIDA 40 MM, COM GRELHA QUADRADA BRANCA	Unidade	8,00
RALO SIFONADO, PVC, DN 100 X 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAIS DE ENCAMINHAMENTO DE ÁGUA PLUVIAL. AF_06/2022	Unidade	2,00
RALO SIFONADO, PVC, DN 100 X 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	Unidade	10,00
RASGO EM ALVENARIA PARA RAMAIS/ DISTRIBUIÇÃO COM DIÂMETROS MAIORES QUE 40 MM E MENORES OU IGUAIS A 75 MM. AF_05/2015	m	18,50
RASGO EM ALVENARIA PARA RAMAIS/ DISTRIBUIÇÃO COM DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_05/2015	m	100,50
RASGO EM CONTRAPISO PARA RAMAIS/ DISTRIBUIÇÃO COM DIÂMETROS MAIORES QUE 75 MM. AF_05/2015	m	420,00
RASGO EM CONTRAPISO PARA RAMAIS/ DISTRIBUIÇÃO COM DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_05/2015	m	14,00
RASGO LINEAR MANUAL EM ALVENARIA, PARA RAMAIS/ DISTRIBUIÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, DIÂMETROS MAIORES QUE 40 MM E MENORES OU IGUAIS A 75 MM. AF_09/2023	m	9,50
RASGO LINEAR MANUAL EM ALVENARIA, PARA RAMAIS/ DISTRIBUIÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_09/2023	m	9,00
RASGO LINEAR MECANIZADO EM CONCRETO, PARA RAMAIS/ DISTRIBUIÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, DIÂMETROS MAIORES QUE 75 MM E MENORES OU IGUAIS A 100 MM. AF_09/2023	m	2,00
RASGO LINEAR MECANIZADO EM CONTRAPISO, PARA RAMAIS/ DISTRIBUIÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, DIÂMETROS MAIORES QUE 40 MM E MENORES OU IGUAIS A 75 MM. AF_09/2023_PS	m	5,00
RASGO LINEAR MECANIZADO EM CONTRAPISO, PARA RAMAIS/ DISTRIBUIÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, DIÂMETROS MAIORES QUE 75 MM E MENORES OU IGUAIS A 100 MM. AF_09/2023_PS	m	14,00
RASPAGEM COM ESPATULA DE ACO OU ESCOVA DE ACO PARA REMOCAO DE CRAQUELE DE PINTURA Observacao: 3%-DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	m²	17,00

--	--	--

REATERRO MANUAL APILOADO COM SOQUETE. AF_10/2017	m³	41,50
REATERRO MANUAL DE VALAS, COM COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO. AF_08/2023	m³	8,00
REBITE DE ALUMINIO VAZADO DE REPUXO, 3,2 X 8 MM (1KG = 1025 UNIDADES)	kg	0,15
Reboco em parede interna, mão de obra para execução	m²	1,00
Recarga de Extintor de pó químico seco (PQS), capacidade 6 kg ABC	Unidade	115,00
Receptor Controle Remoto Binário 1024	Unidade	2,00
RECEPTOR UNIVERSAL ROSSI RXU 433MHZ PARA 1024 CONTROLES	Unidade	7,00
RECOLOCAÇÃO DE RODAPÉS DE MADEIRA, INCLUSIVE CORDÃO	m	245,71
REDUÇÃO EXCÊNTRICA, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 X 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022	Unidade	1,00
REDUÇÃO EXCÊNTRICA, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 75 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022	Unidade	2,00
Refletor simples LED 150W de potência, branco Frio, 6500k, Bivolt, marca Nitrolux ou similar	Unidade	1,00
REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDAVEL, DN 25 MM, COM CORPO DIVIDIDO	Unidade	1,00
REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1 1/2", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	Unidade	1,00
REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1 1/4", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	Unidade	1,00
REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1/2", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	Unidade	1,00
REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 2 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	Unidade	2,00

REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	Unidade	2,00
REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	Unidade	7,00
REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	Unidade	125,00
REGISTRO DE PRESSÃO BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	Unidade	1,00
REGISTRO DE PRESSÃO BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1/2", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	Unidade	2,00
REGISTRO DE PRESSÃO BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	Unidade	45,00
REGISTRO OU REGULADOR DE GÁS DE COZINHA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	Unidade	6,00
REGISTRO OU VÁLVULA GLOBO ANGULAR EM LATÃO, PARA HIDRANTES EM INSTALAÇÃO PREDIAL DE INCÊNDIO, 45 GRAUS, 2 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	Unidade	1,00
REGISTRO OU VALVULA GLOBO ANGULAR EM LATAO, PARA HIDRANTES EM INSTALACAO PREDIAL DE INCENDIO, 45 GRAUS, DIAMETRO DE 2 1/2", COM VOLANTE, CLASSE DE PRESSAO DE ATE 200 PSI	Unidade	1,00
REJUNTE ACRÍLICO PARA REVESTIMENTOS CERÂMICOS	kg	560,42
REJUNTE CIMENTICIO, QUALQUER COR	kg	8,00
REJUNTE EPOXI, QUALQUER COR	kg	1,10
RELE FOTOELETRICO INTERNO E EXTERNO BIVOLT 1000 W, DE CONECTOR, SEM BASE	Unidade	1,00
REMOCAO CUIDADOSA DE CAMADA DE PROTECAO DE IMPERMEABILIZACAO Observacao: 3%-DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	m²	149,40
REMOCAO CUIDADOSA DE PEITORIS,SOLEIRAS OU CHAPINS 3%-DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	m	14,54
REMOÇÃO DE ACESSÓRIOS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	Unidade	13,00

Remocao de armarios, balcoes construidos com compensado de madeira.	m²	168,31
REMOÇÃO DE BANCADA DE PEDRA (MÁRMORE, GRANITO, ARDÓSIA, MARMORITE, ETC.)	m²	91,39
REMOÇÃO DE CABOS ELÉTRICOS, COM SEÇÃO DE 10 MM², FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m	2036,00
REMOÇÃO DE CABOS ELÉTRICOS, COM SEÇÃO DE ATÉ 2,5 MM², DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m	30,00
REMOÇÃO DE CABOS ELÉTRICOS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	m	14015,00
REMOÇÃO DE CHAPAS E PERFIS DE DRYWALL, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	m²	1,00
Remoção de concreto com martelo rompedor até 5 cm de profundidade	m²	12,00
Remoção de esquadria de alumínio e vidro	m²	73,72
REMOÇÃO DE FORRO DE GESSO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m²	16,50
REMOÇÃO DE FORRO DE GESSO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	m²	64,10
REMOÇÃO DE FORROS DE DRYWALL, PVC E FIBROMINERAL, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m²	1,00
REMOÇÃO DE FORROS DE DRYWALL, PVC E FIBROMINERAL, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	m²	2,00
Remoção de impermeabilização com manta asfáltica	m²	124,40
REMOÇÃO DE IMPERMEABILIZAÇÃO E PROTEÇÃO MECÂNICA	m²	63,44
REMOÇÃO DE INTERRUPTORES/TOMADAS ELÉTRICAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	Unidade	257,00
REMOÇÃO DE INTERRUPTORES/TOMADAS ELÉTRICAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	Unidade	832,00
REMOÇÃO DE LOUÇAS (LAVATÓRIO, BANHEIRA, PIA, VASO SANITÁRIO, TANQUE)	Unidade	146,00

REMOÇÃO DE LUMINÁRIAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	Unidade	351,00
Remoção de metais sanitários (torneira, registros, chuveiros, etc.)	Unidade	450,00
REMOCAO DE PINTURA A OLEO,ESMALTE ALQUIDICA E VERNIZES Observacao: 3%-DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	m²	15,00
REMOÇÃO DE PISO DE MADEIRA (ASSOALHO E BARROTE), DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m²	8,40

REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m²	104,27
Remoção de quadro elétrico de embutir ou sobrepor	Unidade	20,00
REMOÇÃO DE RAÍZES REMANESCENTES DE TRONCO DE ÁRVORE COM DIÂMETRO MAIOR OU IGUAL A 0,60 M. AF_03/2024	Unidade	2,00
Remoção de revestimento em fórmica	m²	38,00
REMOCAO DE REVESTIMENTO LAMINADO MELAMINICO EM PAREDES,INCLUSIVE RETIRADA DA COLA Observacao: 3%-DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	m²	102,00
REMOÇÃO DE TRAMA METÁLICA OU DE MADEIRA PARA FORRO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	m²	2,00
Remoção de tubulação de gás	m	23,00
REMOÇÃO DE TUBULAÇÕES (TUBOS E CONEXÕES) DE ÁGUA FRIA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	m	209,00
REMOÇÃO DE VIDRO LISO COMUM DE ESQUADRIA COM BAGUETE DE ALUMÍNIO OU PVC. AF_01/2021	m²	10,73
REMOÇÃO DE VIDRO TEMPERADO FIXADO EM PERFIL U. AF_01/2021	m²	31,88
Remoção e reassentamento de esquadria de aluminio e vidro Rev. 01 - 03/2022	m²	6,48
REPARO DE VALVULA	Unidade	23,00
REPARO DE VALVULA DE DESCARGA.FORNECIMENTO E SUBSTITUICAO Observacao: 3%-DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	Unidade	4,00
REPARO PARA CAIXA DE DESCARGA ACOPLADA	Unidade	3,00
REPARO PARA TORNEIRA 1/2	Unidade	1,00
RETIRADA DE DOBRADIÇAS	Hora	28,00

Retirada de entulho - manualmente (incluindo caixa coletora)	m³	228,44
RETIRADA DE ENTULHO DE OBRA COM CACAMBA DE ACO TIPO CONTAINER COM 5M3 DE CAPACIDADE, INCLUSIVE CARREGAMENTO,TRANSPORTE E DESCARREGAMENTO.CUSTO POR UNIDADE DE CACAMBA E INCLUI A TAXA PARA DESCARGA EM LOCAIS AUTORIZADOS Observacao: 3%-DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	Unidade	18,33
RETIRADA DE PISO PAVIFLEX	m²	16,20
Retirada de rodapé de madeira - Rev- 01 - 10/2021	m	428,12
RETIRADA E REASSENTAMENTO DE VASO SANITARIO SIFONADO,INCLUSIVE MATERIAIS NECESSARIOS Observacao: 3%-DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	Unidade	5,00
RETIRADA PISO ELEVADO	m²	58,00
RETIRADA PROTECAO DE ESTRUTURA MADEIRA PARA TOLDO DE LONA	m²	16,00
REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 20X20 CM APLICADAS A MEIA ALTURA DAS PAREDES. AF_02/2023_PE	m²	4,00
REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 20X20 CM APLICADAS NA ALTURA INTEIRA DAS PAREDES. AF_02/2023_PE	m²	5,00
REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 33X45 CM APLICADAS A MEIA ALTURA DAS PAREDES. AF_02/2023_PE	m²	4,00
REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 33X45 CM APLICADAS NA ALTURA INTEIRA DAS PAREDES. AF_02/2023_PE	m²	327,70
REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 33X45 CM APLICADAS NA ALTURA INTEIRA DAS PAREDES. AF_02/2023_PE	m²	899,84
REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 20X20 CM APLICADAS A MEIA ALTURA DAS PAREDES. AF_02/2023_PE	m²	36,00
REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 20X20 CM APLICADAS EM DIAGONAL, A MEIA ALTURA DAS PAREDES. AF_02/2023_PE	m²	5,00

<p>REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 20X20</p> <p>CM APLICADAS EM DIAGONAL, NA ALTURA INTEIRA DAS PAREDES. AF_02/2023_PE</p>	m²	2,40
<p>REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 33X45</p> <p>CM APLICADAS A MEIA ALTURA DAS PAREDES. AF_02/2023_PE</p>	m²	801,50
<p>REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA PADRÃO POPULAR DE DIMENSÕES 20X20 CM, ARGAMASSA TIPO AC III, APLICADAS A MEIA ALTURA DAS PAREDES. AF_02/2023_PE</p>	m²	19,00
<p>REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA PADRÃO POPULAR DE DIMENSÕES 20X20 CM, ARGAMASSA TIPO AC III, APLICADAS NA ALTURA INTEIRA DAS PAREDES. AF_02/2023_PE</p>	m²	3,60
<p>REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 35X35 CM APLICADA EM</p> <p>AMBIENTES DE ÁREA MENOR QUE 5 M2. AF_02/2023_PE</p>	m²	3,75
<p>REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 45X45 CM APLICADA</p> <p>EM AMBIENTES DE ÁREA MENOR QUE 5 M2. AF_02/2023_PE</p>	m²	6,00
<p>REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA</p> <p>EM AMBIENTES DE ÁREA ENTRE 5 M2 E 10 M2. AF_02/2023_PE</p>	m²	15,50
<p>REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA</p> <p>EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2. AF_02/2023_PE</p>	m²	77,50
<p>REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA</p> <p>EM AMBIENTES DE ÁREA MENOR QUE 5 M2. AF_02/2023_PE</p>	m²	10,50
<p>REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM</p> <p>AMBIENTES DE ÁREA ENTRE 5 M² E 10 M². AF_02/2023_PE</p>	m²	43,50
<p>REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM</p> <p>AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M². AF_02/2023_PE</p>	m²	993,38

REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MENOR QUE 5 M². AF_02/2023_PE	m²	30,70
Revisão de ponto de água	Ponto	50,00
Revisão de ponto de esgoto	Ponto	48,00
Revisão de ponto de luz	Ponto	59,00

REVISÃO, ESCOVAÇÃO, INCLUSIVE TOMADA DE GOTEIRAS DE TELHADOS EM GERAL, EXCLUSIVE PARA TELHAS DE BARRO COZIDO OU VIDRO	m²	6,00
RODAPÉ CERÂMICO DE 7CM DE ALTURA COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 60X60CM. AF_02/2023	m	318,30
RODAPE COM CERAMICA EM PORCELANATO NATURAL,COM 7,5 A 10CM DE ALTURA,ASSENTES CONFORME ITEM 13.025.0058 Observacao: 3%-DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	m	27,60
RODAPE DE CERAMICA EM PORCELANATO,COM 7,5 A 10CM DE ALTURA,ASSENTE CONFORME ITEM 13.025.0058.FEITO A PARTIR DE PLACA DE PORCELANATO COM AREA SUPERIOR A 1,00M2 Observacao: 3%- DESGASTE DE FERRAMENTAS E EPI	m	52,50
RODAPÉ EM MADEIRA, ALTURA 7CM, FIXADO COM COLA E PARAFUSOS. AF_09/2020	m	67,80
RODAPE OU RODABANCADA EM GRANITO, POLIDO, TIPO ANDORINHA/ QUARTZ/ CASTELO/ CORUMBA OU OUTROS EQUIVALENTES DA REGIAO, H= 10 CM, E= *2,0* CM	m	15,28
Rodizio fixo leve 6"	Unidade	2,00
RODIZIO GIRATÓRIO AÇO 6"	Unidade	13,00
RODIZIO GIRATÓRIO AÇO 8 POLEGADAS"	Unidade	2,00
ROLDANA CONCAVA DUPLA, 4 RODAS, EM ZAMAC COM CHAPA DE LATAO, ROLAMENTOS EM ACO, PARA PORTAS E JANELAS DE CORRER	Unidade	6,00
ROLDANA CONCAVA DUPLA, 4 RODAS, PARA PORTA DE CORRER, EM ZAMAC COM CHAPA DE ACO, ROLAMENTO INTERNO BLINDADO DE ACO REVESTIDO EM NYLON	Unidade	2,00
Roldana Excêntrica Para Vidro Temperado	Unidade	6,00
Roldana Para Portão 2 Polegadas Aço Zincado Tipo V Sem Caixa	Unidade	26,00
Roldana para Portão 2.1/2", Tipo V, Aço Zincado, sem Caixa	Unidade	8,00
SACO DE RAFIA PARA ENTULHO, NOVO, LISO (SEM CLICHE), *60 x 90* CM	Unidade	451,00

Selador para madeira	L	256,38
SELANTE ELASTICO MONOCOMPONENTE A BASE DE POLIURETANO (PU) PARA JUNTAS DIVERSAS	310 mL	194,00
SENSOR DE PRESENÇA COM FOTOCÉLULA, FIXAÇÃO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	Unidade	78,00
SENSOR FIM DE CURSO HALL IMAS PARA MOTORES ROSSI	Unidade	1,00
SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Hora	1977,33
SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Hora	16,00
SIFAO / TUBO SINFONADO EXTENSIVEL/SANFONADO, UNIVERSAL/ SIMPLES, ENTRE *50 A 70* CM, DE PLASTICO BRANCO	Unidade	2,00
SIFÃO DO TIPO FLEXÍVEL EM PVC 1 X 1.1/2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	Unidade	87,00
SIFÃO DO TIPO GARRAFA/COPO EM PVC 1.1/4 X 1.1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	Unidade	37,00
SIFAO PLASTICO EXTENSIVEL UNIVERSAL, TIPO COPO	Unidade	23,00
SIFAO PLASTICO TIPO COPO PARA PIA OU LAVATORIO, 1 X 1.1/2 "	Unidade	3,00
SILICONE ACETICO USO GERAL INCOLOR 280 G	Unidade	121,00
SINALIZADOR NOTURNO SIMPLES PARA PARA-RAIOS, SEM RELE FOTOELETRICO	Unidade	28,00
Soleira de mármore natural de 25 cm de largura, assentado com argamassa mista de cimento, cal e areia	m	5,88
SOLEIRA EM GRANITO, LARGURA 15 CM, ESPESSURA 2,0 CM. AF_09/2020	m	97,58
SOLVENTE PARA COLA (PARA LAMINADO MELAMINICO) A BASE DE RESINA SINTETICA	L	25,50
SOLVENTE PARA COLA A BASE DE RESINA SINTETICA (PARA COLA DE LAMINADO MELAMINICO E OUTRAS SUPERFICIES)	L	19,00
SOQUETE ANTIVIBRATÓRIO PARA LÂMPADA FLUORESCENTE SEM PORTA-STARTER	Unidade	28,00
SOQUETE ANTIVIBRATORIO PARA LAMPADA TUBULAR	Unidade	42,00

SOQUETE DE PORCELANA BASE E27, FIXO DE TETO, PARA LAMPADAS	Unidade	5,00
SOQUETE DE PVC / TERMOPLASTICO BASE E27, COM RABICHO, PARA LAMPADAS	Unidade	28,00
SUPORTE DE FIXACAO PARA ESPELHO / PLACA 4" X 2", PARA 3 MODULOS, PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES (SOMENTE SUPORTE)	Unidade	3,00
SUPORTE DE FIXACAO PARA ESPELHO / PLACA 4" X 4", PARA 6 MODULOS, PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES (SOMENTE SUPORTE)	Unidade	8,00
SUPORTE ISOLADOR PARA CORDOALHA DE COBRE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2017	Unidade	2645,00
SUPORTE ISOLADOR REFORCADO DIAMETRO NOMINAL 5/16", COM ROSCA SOBERBA E BUCHA	Unidade	408,00
SUPORTE MÃO FRANCESA EM ACO, ABAS IGUAIS 40 CM, CAPACIDADE MINIMA 70 KG, BRANCO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	Unidade	72,00
SUPORTE MAO-FRANCESA EM ACO, ABAS IGUAIS 40 CM, CAPACIDADE MINIMA 70 KG, BRANCO	Unidade	4,00
Suporte para sinalizador em mastro PK 0860 (pára-raio)	Unidade	28,00
SUPORTE PARAFUSADO COM PLACA DE ENCAIXE 4" X 4" MÉDIO (1,30 M DO PISO) PARA PONTO ELÉTRICO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Unidade	8,00
SUPORTE REDONDO 75MM PARA CORRIMÃO COM 3 FUROS - GANCHO 1/2"	Unidade	1889,33
TABUA NAO APARELHADA *2,5 X 20* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	m	2,00
TABUA APARELHADA *2,5 X 30* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO	m	48,00
TABUA NAO APARELHADA *2,5 X 15* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	m	57,60
Tampa cega 4"x4" plástica	Unidade	1,00
Tampa de concreto pré-moldado 0,8 x 0,8 m x 5 cm	Unidade	1,00
TAMPA PARA CAIXA TIPO R1, EM FERRO FUNDIDO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,40 X 0,60 M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2020	Unidade	6,00
TAMPA T33 de ferro fundido	Unidade	2,00

TAMPAO / CAP, ROSCA MACHO, DN 3/4", PARA TUBO PEX PARA INST. AGUA QUENTE/FRIA	Unidade	1,00
TANQUE DE LOUÇA BRANCA COM COLUNA, 30L OU EQUIVALENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	Unidade	5,00

TANQUE DE LOUÇA BRANCA COM COLUNA, 30L OU EQUIVALENTE, INCLUSO SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC, VÁLVULA METÁLICA E TORNEIRA DE METAL CROMADO PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	Unidade	6,00
TANQUE DE LOUÇA BRANCA SUSPENSO, 18L OU EQUIVALENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	Unidade	2,00
TANQUE DE LOUÇA BRANCA SUSPENSO, 18L OU EQUIVALENTE, INCLUSO SIFÃO TIPO GARRAFA EM PVC, VÁLVULA PLÁSTICA E TORNEIRA DE METAL CROMADO PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	Unidade	2,00
TÊ COM BUCHA DE LATÃO NA BOLSA CENTRAL, PVC, SOLDÁVEL, DN 25 MM X 3/4 , INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016	Unidade	3,00
TÊ COM BUCHA DE LATÃO NA BOLSA CENTRAL, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM X 1/2 , INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	1,00
TÊ COM BUCHA DE LATÃO NA BOLSA CENTRAL, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM X 3/4 , INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	6,00
TE DE INSPECAO, PVC, SERIE R, 75 X 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	Unidade	3,00
TÊ DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM X 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	2,00
TÊ DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 40 MM X 32 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016	Unidade	3,00
TE DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 75MM X 50MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	3,00
TE EM COBRE, DN 22 MM, SEM ANEL DE SOLDA, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE HIDRÁULICA PREDIAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2022	Unidade	1,00
TÊ NORMAL, PPR, DN 25 MM, CLASSE PN 25, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	Unidade	5,00

TÊ NORMAL, PPR, DN 75 MM, CLASSE PN 25, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF_08/2022	Unidade	3,00
TÊ, METÁLICO, PARA INSTALAÇÕES EM PEX ÁGUA, DN 16 MM, CONEXÃO POR ANEL DESLIZANTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2023	Unidade	10,00
TÊ, PARA INSTALAÇÕES EM PEX ÁGUA, DN 16 MM, CONEXÃO POR CRIMPAGEM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2023	Unidade	4,00
TE, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 X 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	Unidade	1,00
TE, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	Unidade	5,00
TE, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 X 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	Unidade	7,00
TÊ, PVC, SOLDÁVEL, DN 25 MM INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016	Unidade	13,00
TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 20MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	1,00
TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	1,00
TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	23,00
TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	3,00
TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	3,00

TÊ, PVC, SOLDÁVEL, DN 50 MM INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	Unidade	1,00
TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	1,00
TELA DE ACO SOLDADA NERVURADA, CA-60, Q-283 (4,48 KG/M2), DIAMETRO DO FIO = 6,0 MM, LARGURA = 2,45 X 6,00 M DE COMPRIMENTO, ESPACAMENTO DA MALHA = 10 X 10 CM	m²	13,50
TELA FACHADEIRA EM POLIETILENO, ROLO DE 3 X 100 M (L X C), COR BRANCA, SEM LOGOMARCA - PARA PROTECAO DE OBRAS	m²	12,00
Telefone Comunicação Condominial TDMI 300 Intelbras	Unidade	76,00
TELEFONE SEM FIO INTELBRAS	Unidade	3,00
TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 2,5 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M5	Unidade	685,00
TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 6 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M6	Unidade	37,00
Terminal de compressão em latão 10mm²	Unidade	324,00
TERMINAL METALICO A PRESSAO 1 CABO, PARA CABOS DE 4 A 10 MM2, COM 2 FUROS PARA FIXACAO	Unidade	176,00
TEXTURA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	m²	7,00
TINTA EPOXI BASE AGUA PREMIUM, BRANCA	L	7,20
TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Unidade	10,00
TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Unidade	29,00
TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Unidade	64,00

TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Unidade	4,00
TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Unidade	25,00
TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (4 MÓDULOS), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Unidade	1,00
TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Unidade	474,00
TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Unidade	45,00
TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Unidade	21,00
TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Unidade	66,00
TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 20 A, SEM SUPORTE E SEM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Unidade	4,00
TOMADA RJ11, 2 FIOS, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	Unidade	17,00
TOMADA RJ45, 8 FIOS, CAT 5E, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	Unidade	1,00
TORNEIRA CROMADA 1/2" OU 3/4" PARA TANQUE, PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	Unidade	21,00
TORNEIRA CROMADA 1/2" OU 3/4" PARA TANQUE, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	Unidade	3,00
TORNEIRA CROMADA DE MESA, 1/2" OU 3/4", PARA LAVATÓRIO, PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	Unidade	58,00

TORNEIRA CROMADA LONGA, DE PAREDE, 1/2"OU 3/4", PARA PIA DE COZINHA, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	Unidade	1,00
TORNEIRA CROMADA TUBO MÓVEL, DE MESA, 1/2" OU 3/4", PARA PIA DE COZINHA, PADRÃO ALTO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	Unidade	16,00
TORNEIRA CROMADA TUBO MÓVEL, DE PAREDE, 1/2" OU 3/4", PARA PIA DE COZINHA, PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	Unidade	12,00
TORNEIRA DE BOIA CONVENCIONAL PARA CAIXA D'AGUA, AGUA FRIA, 3/4", COM HASTE E TORNEIRA METALICOS E BALAO PLASTICO	Unidade	1,00
TORNEIRA DE BOIA PARA CAIXA D'ÁGUA, ROSCÁVEL, 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	Unidade	1,00
TORNEIRA DE METAL AMARELO, PARA TANQUE / JARDIM, DE PAREDE, SEM BICO, CANO CURTO, PADRAO POPULAR / USO GERAL, 1/2 " OU 3/4 " (REF 1120)	Unidade	1,00
TORNEIRA METALICA CROMADA DE MESA, PARA LAVATORIO, TEMPORIZADA PRESSAO FECHAMENTO AUTOMATICO, BICA BAIXA	Unidade	1,00
TORNEIRA METALICA CROMADA DE PAREDE, PARA COZINHA, BICA MOVEL, COM AREJADOR, 1/2 " OU 3/4 " (REF 1167 / 1168)	Unidade	1,00
TORNEIRA METALICA CROMADA PARA JARDIM / TANQUE, COM BICO PLASTICO, CANO LONGO, DE PAREDE, PADRAO POPULAR / USO GERAL , 1/2 " OU 3/4 " (REF 1153 / 1130)	Unidade	4,00
TORNEIRA METALICA CROMADA, DE MESA/BANCADA, PARA COZINHA, BICA MOVEL, COM AREJADOR, 1/2" OU 3/4" (REF 1167 / 1168)	Unidade	1,00
TRATAMENTO DE JUNTA DE DILATAÇÃO COM MANTA ASFÁLTICA ADERIDA COM MAÇARICO. AF_06/2018	m	13,00
TRATAMENTO DE JUNTA DE DILATAÇÃO, COM TARUGO DE POLIETILENO E SELANTE PU, INCLUSO PREENCHIMENTO COM ESPUMA EXPANSIVA PU. AF_06/2018	m	4,00
TRATAMENTO DE RALO OU PONTO EMERGENTE COM ARGAMASSA POLIMÉRICA / MEMBRANA ACRÍLICA	Unidade	1,00

REFORÇADO COM TELA DE POLIÉSTER (MAV). AF_09/2023		
TRATAMENTO DE RALO OU PONTO EMERGENTE COM ARGAMASSA POLIMÉRICA / MEMBRANA ACRÍLICA REFORÇADO COM VÉU DE POLIÉSTER (MAV). AF_06/2018	Unidade	4,00
TUBO ACO CARBONO SEM COSTURA 1 1/4", E= *3,56 MM, SCHEDULE 40, *3,38* KG/M	m	1401,83
TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MÉDIA, CONEXÃO RANHURADA, DN 50 (2"), INSTALADO EM PRUMADAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	m	344,00
TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MÉDIA, CONEXÃO ROSQUEADA, DN 65 (2 1/2"), INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA SPRINKLER - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	m	1,50
TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MÉDIA, DN 50 MM (2"), CONEXÃO ROSQUEADA, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	m	6,00
TUBO DE DESCARGA, TIPO BENGALA, PARA LIGACAO CAIXA DE DESCARGA - EMBUTIR, PVC, 40 MM X 150 CM	Unidade	9,00
Tubo de descida para válvula de descarga, inclusive joelho (tigre ou similar)	Unidade	4,00
Tubo de latão com canopla acabamento cromado para ligação de bacia sanitária Ø 1 1/2" x 25 cm	Unidade	4,00
TUBO DE LIGACAO PARA VASO SANITARIO, COM ANEL EXPANSOR, EM METAL CROMADO. FORNECIMENTO	Unidade	22,00
TUBO DE PVC PARA REDE COLETORA DE ESGOTO DE PAREDE MACIÇA, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_01/2021	m	24,00
TUBO EM COBRE RÍGIDO, DN 22 MM, CLASSE E, SEM ISOLAMENTO, INSTALADO EM RAMAL E SUB-RAMAL DE AQUECIMENTO SOLAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2022	m	3,00
TUBO EM COBRE RÍGIDO, DN 28 MM, CLASSE A, SEM ISOLAMENTO, INSTALADO EM PRUMADA DE GÁS COMBUSTÍVEL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2022	m	14,00
TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	m	13,00
TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	m	2,00

TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF_08/2022	m	6,00
TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	m	37,00
TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	m	45,00
TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF_08/2022	m	48,00
TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	m	59,00
TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF_08/2022	m	62,00
TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	m	114,50
TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022	m	10,00
TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 150 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_06/2022	m	1,00
TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 40 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022	m	2,00
TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO.	m	15,00

AF_06/2022		
TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 75 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022	m	3,00
TUBO PVC, SERIE R, DN 50 MM, PARA ESGOTO OU AGUAS PLUVIAIS PREDIAL (NBR 5688)	m	3,00
TUBO PVC, SERIE R, DN 75 MM, PARA ESGOTO OU AGUAS PLUVIAIS PREDIAL (NBR 5688)	m	12,00
TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 25 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	m	44,00
TUBO, PEX, MONOCAMADA, DN 16, INSTALADO EM RAMAL/SUB-RAMAL OU DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2023	m	20,00
TUBO, PEX, MONOCAMADA, DN 25, INSTALADO EM RAMAL/SUB-RAMAL OU DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2023	m	1,00
TUBO, PEX, MULTICAMADA, COM TUBO LUVA, DN 16, INSTALADO EM RAMAL INTERNO DE INSTALAÇÕES DE GÁS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	m	15,00
TUBO, PPR, DN 25, CLASSE PN 25, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	m	8,00
TUBO, PPR, DN 40, CLASSE PN 25, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	m	12,00
TUBO, PVC OCRE, JUNTA ELÁSTICA, DN 100 MM, PARA COLETOR PREDIAL DE ESGOTO. AF_06/2022	m	4,00
TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 25MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	m	2,00
TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	m	2,00
TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	m	20,00
TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 32MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E	m	1,00

INSTALAÇÃO. AF_06/2022		
TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 50MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	m	2,00
TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 60MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	m	1,00
TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 75MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	m	6,00
TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016	m	64,00
TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 20 MM, INSTALADO EM DRENO DE AR CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	m	3,00
TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	m	1,00
TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	m	79,00
TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	m	9,50
TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 40MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	m	8,50
TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	m	1,00
TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	m	1,00
TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 60 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016	m	1,00

TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 75 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016	m	13,00
TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 75MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	m	45,00

UNIÃO, EM FERRO GALVANIZADO, DN 32 (1 1/4"), CONEXÃO ROSQUEADA, INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA HIDRANTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	Unidade	2,00
UNIÃO, EM FERRO GALVANIZADO, DN 65 (2 1/2"), CONEXÃO ROSQUEADA, INSTALADO EM PRUMADAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	Unidade	3,00
UNIÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	Unidade	1,00
VALVULA DE DESCARGA METALICA, BASE 1 1/2 " E ACABAMENTO METALICO CROMADO	Unidade	2]
VÁLVULA DE DESCARGA METÁLICA, BASE 1 1/2", ACABAMENTO METALICO CROMADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	Unidade	8,00
VÁLVULA DE DESCARGA METÁLICA, BASE 1 1/4", ACABAMENTO METALICO CROMADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	Unidade	3,00
VÁLVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL, DE BRONZE, ROSCÁVEL, 1 1/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	Unidade	1,00
VÁLVULA EM METAL CROMADO 1.1/2" X 1.1/2" PARA TANQUE OU LAVATÓRIO, COM OU SEM LADRÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	Unidade	6,00
VÁLVULA EM METAL CROMADO 1.1/2"X 1.1/2"PARA TANQUE OU LAVATÓRIO, COM OU SEM LADRÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	Unidade	30,00
VALVULA EM METAL CROMADO PARA PIA AMERICANA 3.1/2 X 1.1/2 "	Unidade	3,00
VÁLVULA EM METAL CROMADO TIPO AMERICANA 3.1/2" X 1.1/2" PARA PIA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	Unidade	10,00
VALVULA EM PLASTICO BRANCO PARA LAVATORIO 1 ", SEM UNHO, COM LADRAO	Unidade	2,00
VALVULA EM PLASTICO CROMADO PARA LAVATORIO 1 ", SEM UNHO, COM LADRAO	Unidade	1,00
	Unidade	33,00

VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01 /2020		
VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA - PADRÃO MÉDIO, INCLUSO ENGATE FLEXÍVEL EM METAL CROMADO, 1/2 X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	Unidade	1,00
VASO SANITARIO SIFONADO CONVENCIONAL COM LOUÇA BRANCA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01 /2020	Unidade	6,00
VASO SANITARIO SIFONADO CONVENCIONAL COM LOUÇA BRANCA, INCLUSO CONJUNTO DE LIGAÇÃO PARA BACIA SANITÁRIA AJUSTÁVEL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	Unidade	2,00
VERNIZ A BASE RESINA ALQUIDICA COM POLIURETANO PARA MADEIRA, COM FILTRO SOLAR, BRILHANTE, USO INTERNO E EXTERNO	L	15,00
VIDRACEIRO (HORISTA)	Hora	8,00
VIDRACEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Hora	449,00
VIDRO FANTASIA/CANELADO E=4MM, COLOCADO	m²	0,80
VIDRO LISO COMUM, TRANSPARENTE INCOLOR - ESPESSURA 4MM	m²	2,17
VIDRO TEMPERADO INCOLOR E = 8 MM, SEM COLOCACAO	m²	2,09
WD 40	Unidade	10,00

17. ANEXO V

ANEXO V

PLANO DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA

1. APRESENTAÇÃO

1.1. Este Plano de Manutenção Predial estabelece diretrizes, procedimentos e rotinas para a manutenção dos imóveis de propriedade da Universidade de Brasília (UnB), com o objetivo de garantir a segurança, a funcionalidade, a durabilidade dos sistemas construtivos e a continuidade das atividades institucionais.

1.2. O plano foi elaborado com base no histórico real de Ordens de Serviço (OS) no período de 2022 a 2025, que totaliza 2.347 OS, permitindo o correto dimensionamento das demandas recorrentes e a adequada definição do escopo contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA E NORMATIVA

- 2.1. ABNT NBR 5674:2024 – Manutenção de edificações – Requisitos para o sistema de gestão de manutenção;
- 2.2. ABNT NBR 14037:2024 – Manual de uso, operação e manutenção das edificações;
- 2.3. Lei nº 14.133/2021;

3. OBJETIVOS

- 3.1. Estabelecer rotinas de manutenção preventiva, corretiva e preditiva;
- 3.2. Reduzir a ocorrência de falhas e manutenções emergenciais;
- 3.3. Subsidiar o planejamento e a contratação de serviços continuados de manutenção predial;
- 3.4. Assegurar a correta alocação de recursos públicos.

4. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO

- 4.1. A metodologia adotada baseou-se em:
 - 4.1.1. Levantamento e análise do histórico de Ordens de Serviço (2022–2025);
 - 4.1.2. Classificação das demandas por tipologia de serviço (hidrossanitário, elétrico, revestimentos, esquadrias e estrutural);
 - 4.1.3. Segmentação dos imóveis por grupo funcional, considerando uso, tipologia construtiva e padrão de ocupação.

5. SEGMENTAÇÃO DOS GRUPOS DE IMÓVEIS

5.1. A segmentação dos imóveis foi realizada considerando tipologia construtiva, padrão de uso, intensidade de ocupação e histórico de demandas de manutenção, conforme levantamento das Ordens de Serviço registradas entre 2022 e 2025.

5.2. Grupo 1 – Edificações Residenciais (Exclusivas para servidores e alunos): Edificações de uso residencial permanente com gestão da área comum realizada pela UnB, com elevada incidência de manutenções corretivas e compostas por sistemas prediais padronizados e repetitivos.

- 5.2.1. SQN 205 (Blocos C, H e L);
- 5.2.2. SQN 206 (Blocos A, F e K);
- 5.2.3. Colina (Campus Darcy Ribeiro - Blocos A, B, C, D, E, F, G, H, I, J e K)
- 5.2.4. A tabela a seguir descreve as atividades e a periodicidade das manutenções a serem realizadas para o Grupo 1.

Sistema	Elemento	Atividade	Periodicidade	Responsável
Hidrossanitário	Tubulações	Verificar as tubulações de água potável e servida, para detectar obstruções, falhas ou entupimentos	Anual	Contratada

	Reservatório de água potável	Verificar o nível dos reservatórios e o funcionamento das boias	Semestral	Contratada
Equipamentos de incêndio	Equipamentos de incêndio	Recarregar os extintores	Anual	Contratada
Sistemas de automação	Automação de portões	Fazer manutenção geral dos sistemas conforme instruções do fornecedor	Semestral	Contratada
Instalações elétricas	Quadro de distribuição de circuitos	Reapertar todas as conexões	Bimestral	Contratada
Estrutural	Lajes, vigas e pilares	Realizar vistoria	Anual	Equipe especializada
Impermeabilização	Áreas molhadas internas e externas, reservatórios, piscinas, coberturas	Verificar sua integridade e reconstituir a proteção mecânica, sinais de infiltração ou falhas da impermeabilização exposta	Anual	Contratada
Fachada	Fachada	Verificar os elementos e, se necessário, solicitar inspeção	Trienal	Equipe especializada
Revestimentos	Paredes, pisos, teto e deck de madeira	Verificar a integridade e reconstruir, onde necessário	Anual	Contratada

5.3. Grupo 2 – Edificações Residenciais: Edificações de uso residencial com gestão da área comum realizada por condomínios, com menor incidência de manutenções corretivas.

5.3.1. SQN 107 (Bloco H);

5.3.2. SQN 109 (Bloco H);

5.3.3. SQN 205 (Bloco G)

5.3.4. SQN 206 (Blocos B e J);

5.3.5. SQN 212 (Blocos A, C, D, E, F, G, H, I, J e K);

5.3.6. SQN 214 (Blocos A, B, C, D, E, F, G, H, I, J e K);

5.3.7. SQN 310 (Blocos E, F, G, J e K);

5.3.8. A tabela a seguir descreve as atividades e a periodicidade das manutenções a serem realizadas para o Grupo 2.

Sistema	Elemento	Atividade	Periodicidade	Responsável
Hidrossanitário	Tubulações	Verificar as tubulações de água potável e servida, para detectar obstruções, falhas ou entupimentos	Anual	Contratada
Instalações elétricas	Quadro de distribuição de circuitos	Reapertar todas as conexões	Bimestral	Contratada
Revestimentos	Paredes, pisos, teto e deck de madeira	Verificar a integridade e reconstruir, onde necessário	Anual	Contratada

5.4. Grupo 3 – Edificações Comerciais e de Serviços

- 5.4.1. Apart-hotéis localizados no Setor de Hotéis e Turismo Norte (Lake Side, Blocos E e F);
- 5.4.2. Edifício Anápolis – Setor Comercial Sul
- 5.4.3. Edifício OK;
- 5.4.4. SCLN 109;
- 5.4.5. SCLN 115;
- 5.4.6. SCLN 406;
- 5.4.7. SEP-Sul 714/914 – Edifício Talento;
- 5.4.8. SGAS 915 – Edifício Office Center
- 5.4.9. A tabela a seguir descreve as atividades e a periodicidade das manutenções a serem realizadas para o Grupo 3.

Sistema	Elemento	Atividade	Periodicidade	Responsável
Hidrossanitário	Tubulações	Verificar as tubulações de água potável e servida, para detectar obstruções, falhas ou entupimentos	Anual	Contratada
	Reservatório de água potável	Verificar o nível dos reservatórios e o funcionamento das boias	Semestral	Contratada
Equipamentos de incêndio	Equipamentos de incêndio	Recarregar os extintores	Anual	Contratada
Sistemas de automação	Automação de portões	Fazer manutenção geral dos sistemas conforme instruções do fornecedor	Semestral	Contratada
Instalações elétricas	Quadro de distribuição de circuitos	Reapertar todas as conexões	Bimestral	Contratada
Estrutural	Lajes, vigas e pilares	Realizar vistoria	Anual	Equipe especializada
Impermeabilização	Áreas molhadas internas e externas, reservatórios, piscinas, coberturas	Verificar sua integridade e reconstituir a proteção mecânica, sinais de infiltração ou falhas da impermeabilização exposta	Anual	Contratada
Fachada	Fachada	Verificar os elementos e, se necessário, solicitar inspeção	Trienal	Equipe especializada
Revestimentos	Paredes, pisos, teto e deck de madeira	Verificar a integridade e reconstruir, onde necessário	Anual	Contratada

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CLAUDIA MARCIA COUTINHO GURJAO

Autoridade competente

JESSICA SIQUEIRA DE SOUZA

Engenheira Civil

MIRIAM DE CARVALHO CARNEIRO BRAGA

Arquiteta e Urbanista

ROSANA RADEMAQUER FERREIRA BARRETO

Membro da comissão de contratação

CLECIO DA SILVA BATISTA

Membro da comissão de contratação

JOAO VICTOR CAVALCANTE BARROS

Engenheiro Eletricista

QUEILA POSSIDONIO ROSA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB

Estudo Técnico Preliminar 457/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23106.071924/2025-74

2. Descrição da necessidade

2.1. A Secretaria de Patrimônio Imobiliário (SPI), administra uma carteira imobiliária locatícia da Universidade de Brasília (UnB), a qual contém 1.719 (um mil, setecentos e dezenove) imóveis comerciais e residenciais, distribuídos da seguinte forma: 831 imóveis residenciais para locação de terceiros; 684 imóveis residenciais destinados à política de retenção de quadros de servidores docentes e técnico administrativos da Universidade; 176 imóveis comerciais e 28 garagens autônomas.

2.2. Além disso, a SPI faz a gestão de 22 edifícios e presta suporte aos diversos espaços comerciais espalhados no Campus Universitário Darcy Ribeiro e demais campi, aos apartamentos de trânsito e aos apartamentos de reserva institucional. Para a gestão desses imóveis, a SPI conta com vários contratos administrativos para dar suporte à consecução dos seus objetivos institucionais, tais como os serviços de manutenção predial e de elevadores, limpeza e conservação, portaria, e realiza a fiscalização destes serviços.

2.3. Com o objetivo de garantir a segurança das edificações, o pleno funcionamento das instalações, a realização das adaptações necessárias e o cumprimento das normas e legislações vigentes, faz-se necessária a prestação dos serviços de manutenção predial.

2.4. O serviço de manutenção é imprescindível, tendo em vista, a necessidade efetiva de manutenção predial, reparos elétricos, hidráulicos e de alvenaria, entre outros, nos componentes das edificações pertencentes à Universidade, que necessitam, permanentemente, destes serviços, visando a plena utilização das instalações prediais e a total segurança do público usuário. Diante disso, entende-se que o serviço de manutenção predial é uma atividade de interesse coletivo e visa a sua aplicação diretamente aos usuários, não podendo ser interrompida. Este serviço deve ser contínuo, pois sua paralisação total ou até mesmo parcial, pode acarretar prejuízos aos seus usuários. Acrescenta-se ainda, que estes prejuízos poderiam recair à própria Administração Pública, visto que existe a possibilidade de serem exigidos ressarcimentos e até mesmo indenizações pelos usuários.

2.5. Os serviços de manutenção e conservação predial são considerados serviços comuns, de natureza continuada, auxiliar e necessários a Administração Pública para o desempenho de suas atribuições, cuja interrupção pode comprometer a continuidade das atividades e colocar risco a integridade física das edificações e das pessoas que circulam toda a área da universidade.

2.6. A Universidade de Brasília não possui em seu quadro funcional pessoal específico para execução dos serviços em questão, razão pela qual se faz necessário a contratação da prestação dos serviços, visando à execução dos serviços de manutenção para garantir o perfeito funcionamento da instituição e permiti-la alcançar seus objetivos junto a sociedade.

2.7. Os serviços a serem contratados se enquadram como as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade, conforme Art. 48 da Lei 14.133/21.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria de Patrimônio Imobiliário	Cláudia Márcia Coutinho Gurjão

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. DA NATUREZA E DURAÇÃO DO CONTRATO

4.1.1. O objeto desta contratação é considerado serviço comum, haja vista que os padrões de desempenho, qualidade e todas as características gerais e específicas de sua prestação são usuais de mercado, passíveis de descrições sucintas, enquadrando-se na classificação do art. 1º, parágrafo único da Lei 10.520/2002, podendo ser licitados por pregão eletrônico e executados de forma indireta conforme disposto no art. 9º da IN 05/2017 e Decreto 9.507/2018.

4.1.2. O objeto a ser licitado pelas suas características possui natureza continuada, por demanda, sem dedicação de mão de obra exclusiva, com todos os materiais e equipamentos, fornecidos pela contratada tendo o contrato duração de 20 (vinte) meses, podendo ser prorrogável em até 60 (sessenta) meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.3. Para a prestação dos serviços, a contratada deverá garantir todas as condições de conforto ambiental, higiene e segurança para continuidade das atividades do órgão e das edificações residenciais, buscando maior economicidade e o menor impacto ambiental possível.

4.1.4. A garantia pela prestação do serviço e fornecimento de peças deve ser mantida mesmo ao término do contrato, conforme código civil e NBR 15575.

4.1.5. A empresa contratada não deverá, no último mês, iniciar serviços que ultrapassem o prazo de vigência do contrato, exceto serviços emergenciais quando acordado e formalizado com a fiscalização.

4.1.6. A empresa, no último mês da vigência do contrato, deverá fornecer diariamente uma lista com todas as atividades que estão em execução e a respectiva data prevista para o término do serviço. Os novos serviços, caso necessitem ser iniciados no último mês, só poderão começar com a anuência da fiscalização. Junto com a solicitação formal para iniciar o serviço, a empresa deverá informar o prazo estimado de execução do serviço.

4.2. DOS CRITÉRIOS E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

4.2.1. A realização dos serviços comuns de engenharia deverão assegurar o funcionamento contínuo, seguro e confiável dos equipamentos, sistemas e instalações, preservando-lhes as características e o desempenho, além de obedecer rigorosamente às normas e legislações específicas listadas abaixo, bem como outras que sejam pertinentes ao escopo da contratação:

4.2.1.1. Decreto nº 7.746, de 2012;

4.2.1.2. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010;

4.2.1.3. Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002;

4.2.1.4. Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;

4.2.1.5. Resolução CONAMA nº 5, de 15/06/1989;

4.2.1.6. Resolução CONMETRO nº 01, de 05/07/2016;

4.2.1.7. Instrução Normativa 21, 23/12/2014, IBAMA;

4.2.1.8. Decreto nº 5.975, de 2006;

4.2.1.9. Instrução Normativa 21, de 2014(alterada pelas IN IBAMA nº 12, de 21/07/2015, 09 de 12 /12/2016, 13, de 18 /12/2017 e 04, de 22 /12/ 2019) – IBAMA;

4.2.1.10. Lei nº 6.938, de 1981 - Política Nacional do Meio Ambiente;

4.2.1.11. Resolução CONABIO nº 6, de 3 de setembro de 2013 (Referente às Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020);

4.2.2. Os serviços prestados serão planejados para evitar o desperdício de insumos e materiais, bem como adotarão medidas para minimizar a geração de resíduos e prever sua destinação ambiental adequada.

4.2.3. Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

4.2.4. Será considerada inadmissível a geração de resíduos sem a definição prévia de procedimentos e locais para armazenamento com fins de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada, nos termos da legislação vigente.

4.2.5. A licitante deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

4.2.6. A licitante deve atentar para as instruções do Serviço de Limpeza Urbana (SLU/DF), quanto ao cadastro, coleta e transporte de resíduos sólidos, especialmente de resíduos de construção civil, devendo ser observada a lei nº 4.704 /11, 37.782/16 e instrução normativa SLU nº 1/2020.

4.2.7. Para a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 7.404, de 2010, e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA. Bem como, deverá se certificar que eventuais empresas receptoras desses resíduos possuam, caso exigível, autorização ou licenciamento junto ao órgão competente.

4.2.8. Os serviços que envolvem a geração de resíduos descritos nos incisos I a VI do artigo 33 da Lei nº 12.305 /2010, tais como lâmpadas fluorescentes, produtos eletrônicos, pneus, óleos lubrificantes, pilhas e baterias, devem obrigatoriamente prever a destinação por vias e sistemas de logística reversa junto ao comerciante, distribuidor, importador ou fabricante.

4.2.9. De acordo com a Lei 12.305/2010 são proibidas a destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos em quaisquer corpos hídricos, in natura a céu aberto e queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade.

4.2.10. Os materiais e produtos adquiridos e empregados na prestação de serviços devem prezar pela melhor relação custo-benefício, que atendam as determinações da legislação e órgãos tais como ANVISA, INMETRO e CONAMA quanto à composição e métodos de produção e, sempre que aplicável estejam, certificados quanto a rastreabilidade e origem sustentável dos insumos ou métodos produtivos que prezam pela responsabilidade ambiental. Os bens e as obras devem priorizar maior vida útil e menor custo de manutenção.

4.2.11. As máquinas, equipamentos e ferramentas empregados e fornecidos nas prestações dos serviços devem possuir a maior classe de eficiência disponível na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) do INMETRO. Semelhantemente será dada preferência para bens que proporcionem o uso eficiente de água.

4.2.12. Será dada preferência do emprego de máquinas e equipamentos que produzam menores níveis de poluição atmosférica, respeitando os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte. É recomendado o uso de equipamentos que não façam uso de combustíveis fósseis, quando existirem, forem adequados às exigências do serviço e apresentarem boa relação custobenefício.

4.2.13. Será dada preferência para máquinas e equipamentos que produzam menor nível de ruído e sempre que possível os serviços ruidosos levarão em conta horários e dias de menor atividade universitária dos locais de serviço.

4.2.14. Deve-se dar preferência para materiais, tecnologias, matérias-primas e mão de obra de origem local.

4.2.15. Sempre que possível e for viável ao serviço a ser executado, deve-se optar por produtos com embalagens biodegradáveis, recicláveis, ou com menor quantidade de materiais como plástico e papel por unidade de produto.

4.2.16. Serão utilizados produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável, reflorestamento ou supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente.

4.2.17. A contratada deve ser capaz de comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados por meio de notas fiscais ou documentos de controle ambiental, conforme o caso.

4.2.18. Caberá ao responsável pela prestação de serviço a orientação e treinamento de funcionários nas melhores práticas de sustentabilidade, especialmente em relação a gestão de resíduos.

4.2.19. É obrigatório o registro no Cadastro Técnico Federal das pessoas físicas ou jurídicas prestadores de serviço que realizem atividades passíveis de controle ambiental conforme descritas nas fichas técnicas de enquadramento do IBAMA.

4.2.20. Os serviços serão executados de modo a não prejudicar ou melhorar condições de acessibilidade a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

4.2.21. Os projetos e planejamentos dos serviços prestados devem considerar o desenho universal, que visa atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população, bem como estar adequado aos padrões de acessibilidade constantes da Lei nº 10.098, de 2000, da Lei nº 13.146, de 2015, do Decreto nº 5.296/2004 e da NBR 9050/ABNT e de sinalização em braille e em formatos de fácil leitura e compreensão nos termos do Decreto nº 6.949, de 2009.

4.3. DOS CRITÉRIOS TÉCNICOS-OPERACIONAIS

4.3.1. A empresa deve nomear Engenheiro(s) Responsável(is) Técnico(s) que possuam comprovado acervo técnico, conforme atestados apresentados durante a licitação. Estes profissionais devem assumir diretamente a execução dos serviços, garantindo a sua qualidade e conformidade.

4.3.2. É imprescindível que a empresa disponha de profissionais especializados e devidamente habilitados para realizar todas as atividades necessárias à execução do contrato. Esses funcionários devem ser treinados e ter as competências necessárias para garantir a segurança e eficácia das operações. Além disso, deve garantir que os profissionais possuam todas as ferramentas e equipamentos necessários para execução dos serviços.

4.3.3. A substituição de qualquer Responsável Técnico e de preposto da empresa dependerá da concordância formal dos gestores/fiscais do contrato quanto ao profissional substituto, que deverá possuir, no mínimo, as mesmas qualificações técnicas exigidas na habilitação da empresa.

4.3.4. Os funcionários da empresa não terão vínculo empregatício com a Fundação Universidade de Brasília (FUB), sendo exclusivamente remunerados pela empresa contratada.

4.3.5. É responsabilidade da empresa garantir que seus profissionais utilizem Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados e estejam devidamente identificados e uniformizados, conforme exigido pela legislação, incluindo as normas NR-18, NR-35 e NR-10, dependendo das atividades a serem executadas.

4.3.6. A fiscalização da UNB pode solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da empresa, se julgar necessário para a boa execução dos serviços, desde que devidamente justificado.

4.3.7. Um preposto designado pela empresa será responsável por representá-la perante a Administração, conforme as disposições legais aplicáveis. A empresa deve demonstrar a competência do preposto para representá-la, apresentando a documentação comprobatória necessária (contrato social, atas de assembleia, procurações, etc.). O preposto deve ser engenheiro civil e apresentar documentação de ART, carta de preposto e comprovação de vínculo com a empresa.

4.3.8. A empresa é obrigada a registrar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) competente dentro de 10 dias após a assinatura do contrato. Em

caso de troca do Responsável Técnico, bem como troca de preposto, deve providenciar o registro da nova ART, conforme estabelecido pela Resolução nº 1.025/2009 - CONFEA.

4.3.9. Deve ser fornecida à Universidade uma lista dos profissionais encarregados de atender aos chamados para prestação de serviços, contendo seus nomes, CPFs e ocupações. Além disso, a empresa deve disponibilizar à fiscalização uma lista atualizada dos responsáveis pela execução dos serviços, juntamente com os certificados das normas regulamentadoras quando solicitado.

4.3.10. A execução dos serviços frequentes requer a disponibilização dos seguintes profissionais, ficando a critério da CONTRATADA o dimensionamento do contingente e sua mobilização, considerando-se as demandas apresentadas pela CONTRATANTE:

4.3.10.1. Ajudante de bombeiro hidráulico

4.3.10.2. Ajudante de carpinteiro

4.3.10.3. Ajudante de eletricista

4.3.10.4. Ajudante geral

4.3.10.5. Almoxarife

4.3.10.6. Apontador de obras

4.3.10.7. Azulejista

4.3.10.8. Bombeiro hidráulico

4.3.10.9. Carpinteiro de manutenção

4.3.10.10. Eletricista

4.3.10.11. Encarregado de construção civil e manutenção

4.3.10.12. Engenheiro civil

4.3.10.13 Engenheiro civil orçamentista

4.3.10.14. Impermeabilizador

4.3.10.15. Marceneiro

4.3.10.16. Pedreiro

4.3.10.17. Pintor

4.3.10.18. Serralheiro

4.3.10.19. Servente de pedreiro

4.3.10.20. Técnico em telecomunicações

4.3.11. Os serviços que são demandados com menor frequência requerem a mobilização dos seguintes profissionais:

4.3.11.1. Aplicador de sinteco

4.3.11.2. Arquiteto

4.3.11.3. Carpinteiro de esquadrias

4.3.11.4. Carpinteiro de telhados

4.3.11.5. Colocador de piso vinílico

4.3.11.6. Colocador de taco

4.3.11.7. Engenheiro eletricista

4.3.11.8. Gesseiro

4.3.11.9. Raspador de taco

4.3.11.10. Servente de limpeza

4.3.11.11. Soldador

4.3.11.12. Técnico em cabeamento de telefonia

4.3.11.13. Técnico em edificações

4.3.11.14. Vidraceiro

4.3.11.15. Chaveiro

4.3.12. A lista de profissionais citados é meramente ilustrativa, não sendo exaustiva. A CONTRATANTE pode requisitar novas especialidades de acordo com o interesse da Administração Pública.

4.3.13. Por se tratar de uma contratação de manutenção predial, não é possível especificar os serviços a serem realizados, entretanto no Anexo IV do Termo de Referência é apresentado uma lista exemplificativa, não exaustiva, podendo a Contratada ser demandada para execução de outros serviços de manutenção corretiva ou preventiva desde que compatíveis com o objeto do contrato e com limites estabelecidos no Termo de Referência.

4.4. DOS CRITÉRIOS ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.4.1. Serão exigidos para fins de qualificação econômico-financeira as seguintes documentações: Certidão Negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante; Balança Patrimonial e demonstração contábeis do último exercício social, que comprovem boa situação financeira. Capital Social de no mínimo 10% do valor estimado da contratação. Será exigida garantia de 5%, que deverá ser apresentada no prazo máximo 10 úteis dias após a assinatura do contrato.

4.5. DA ANÁLISE QUANTO A SUBCONTRATAÇÃO

4.5.1. A subcontratação de até 30% do objeto é permitida, desde que não abranja a totalidade ou a parcela principal do contrato. Antes de realizar qualquer subcontratação, a empresa contratada deve obter autorização prévia da Contratante, que avaliará se a subcontratada possui os requisitos técnicos necessários para a execução do objeto.

4.5.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.5.3. Independentemente da subcontratação, a responsabilidade pela execução contratual recai integralmente sobre a CONTRATADA. Esta deve supervisionar e coordenar as atividades da subcontratada, garantindo o estrito cumprimento das obrigações contratuais relacionadas ao objeto da subcontratação.

4.5.4. É importante ressaltar que a subcontratação não exime a responsabilidade técnica e legal da CONTRATADA. Esta será integralmente responsável pelos equipamentos, materiais ou serviços fornecidos ou prestados pela subcontratada, bem como por quaisquer danos ou aspectos decorrentes da subcontratação, inclusive questões legais e trabalhistas.

4.5.5. Os profissionais da empresa subcontratada devem utilizar Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) conforme exigido pela legislação e adequados às suas atividades. Além disso, devem estar devidamente identificados com crachás de identificação e uniformizados.

4.5.6. A CONTRATADA deve solicitar autorização à Fiscalização com antecedência para qualquer subcontratação, fornecendo a identificação do serviço a ser subcontratado. Este procedimento garante a transparência e o controle adequado sobre as atividades terceirizadas.

4.6. DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

4.6.1. A empresa contratada será responsável pelo planejamento, controle e transporte dos materiais e equipamentos necessários para a execução dos serviços, garantindo o cumprimento dos prazos estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos. É imprescindível que a empresa disponha de todos os materiais e equipamentos requeridos para a realização dos serviços conforme especificado no Termo de Referência.

4.6.2. Não será aceita nenhuma alegação de falta de ferramentas, instrumentos ou equipamentos como justificativa para a não execução dos serviços contratados. Tais recursos são considerados requisitos básicos para a operação de qualquer empresa que realize serviços comuns de engenharia.

4.6.3. A contratada deverá disponibilizar diversos canais de comunicação, tais como endereço de e-mail, WhatsApp, Telegram, telefone celular, software, entre outros, para facilitar o envio de documentos, notificações e abertura de chamados. Além disso, é fundamental fornecer um número de telefone de emergência que esteja disponível 24 horas por dia, todos os dias do ano, para atendimento imediato em casos de emergência. Para o caso de demandas emergenciais que ocorrerem em fim de semana, feriados ou fora dos horários de expedientes da SPI, a contratada deverá disponibilizar número de telefone para atendimento de demandas emergenciais, o qual poderá ser acionado pelos representantes de bloco.

4.6.4. Todos os materiais e equipamentos fornecidos pela contratada devem ser aprovados pelo INMETRO e estar em conformidade com as legislações vigentes relacionadas ao material ou equipamento específico. Essa garantia de conformidade é essencial para assegurar a qualidade e segurança dos serviços prestados.

4.6.5. A empresa contratada será responsável pelo planejamento, controle e transporte dos materiais e equipamentos necessários para a execução dos serviços, garantindo o cumprimento dos prazos estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos. É imprescindível que a empresa disponha de todos os materiais e equipamentos requeridos para a realização dos serviços conforme especificado no Termo de Referência.

4.7. DOS PREÇOS E TABELAS

4.7.1. A proposta de desconto apresentada pelos licitantes deverá abranger todos os itens da Planilha SINAPI de forma linear. Deverão ser considerados os custos relativos ao fornecimento de materiais e mão de obra, incluindo encargos sociais incidentes, aluguel de todas as máquinas, deslocamentos, equipamentos e ferramentas necessárias para a execução precisa dos serviços, além de fretes e carretos, bem como quaisquer perdas de material.

4.7.2. Cada preço unitário proposto na Planilha de Preços deve contemplar a execução completa do serviço correspondente, seguindo as normas técnicas e legislações vigentes aplicáveis. Não será admitida a execução parcial dos serviços ou em desacordo com o Termo de Referência.

4.7.3. A Tabela SINAPI será adotada como referência para a composição dos preços e para a oferta de desconto durante a licitação. Entretanto, na execução contratual, caso determinado material e/ou serviço não conste da Tabela SINAPI, será necessário ajustar a composição do custo unitário às particularidades do local de execução ou do próprio serviço. Nesses casos, conforme dispõe a Instrução Normativa SEGES/ME nº 91, de 2022, os dados extraídos do SINAPI poderão ser adequados de modo a refletir melhor tais especificidades, devendo-se, preferencialmente, utilizar insumos ou composições também oriundos do próprio SINAPI. Quando for inviável a utilização de insumos do SINAPI ou do SICRO, a Lei nº 14.133, de 2021, autoriza a adoção de outras fontes de referência, dentre aquelas previstas no art. 23, §2º, da referida Lei. Nessa hipótese, a composição é denominada “própria”, podendo-se recorrer a tabelas como: TCPO/PINI; SCO/RJ; EMOP/RJ; SEINFRA/CE; Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras da Prefeitura de São Paulo; ORSE/SE; SETOP/MG; CAESB/DF; SANEPAR/PR; COPASA/MG; EMBASA/BA; AGETOP/GO; DERSA/SP; CODEVASF; DNOCS; e tabelas particulares (desde que seja fornecido usuário e senha para fins de fiscalização). Na ausência de parâmetros em quaisquer das tabelas mencionadas, serão considerados os valores médios de mercado ou, alternativamente, solicitados três orçamentos de empresas, sendo adotado o menor valor. Também poderão ser utilizados orçamentos de empresas reconhecidas no mercado e informações obtidas em sites especializados.

4.7.4. O critério de escolha da tabela residual, caso o material/serviço esteja contemplado em mais de uma, **será sempre o de Menor Preço.**

4.8. REAJUSTES

4.8.1. O reajuste contratual consiste na utilização da tabela SINAPI vigente à época do reajuste, ou, subsidiariamente, de outras tabelas públicas oficiais equivalentes aplicáveis aos serviços de engenharia, observando-se as composições, a mão de obra e os insumos correspondentes.

4.8.2. Essa forma de reajuste poderá ser aplicada após o transcurso mínimo de um ano, contado a partir da data do orçamento estimado constante do Termo de Referência, mediante solicitação formal da contratada, apresentada dentro do prazo de vigência contratual, e restrita às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos da fórmula prevista no art. 5º do Decreto nº 1.054/1994.

4.8.3. Quando não for aplicável a tabela SINAPI ou demais tabelas públicas oficiais, os preços contratados poderão sofrer reajuste mediante solicitação da Contratada, dentro do prazo de vigência do contrato e após o interregno de um ano da referência mencionada, aplicando-se o Índice Nacional da Construção Civil (INCC) exclusivamente às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, conforme a fórmula prevista no art. 5º do Decreto nº 1.054/1994.

4.9. SOFTWARE

4.9.1. É necessário um software para gerenciamento das demandas e materiais para correta gestão e fiscalização do contrato, até que a UNB tenha o próprio sistema.

4.9.2. Foram consultados alguns softwares como o Contratos GOV e o Leankeep e optou-se por requisitar que a empresa contratada disponibilize o sistema de gerenciamento de demandas, com os requisitos especificados nos próximos itens.

4.9.3. A Contratada deverá implantar no prazo máximo de 40 (quarenta) dias corridos, contados do início da vigência do Contrato SOFTWARE DE GERENCIAMENTO das demandas de manutenção e ativos da Contratante, que disponibilize relatório mensal contendo todas as informações e gráficos relativos aos serviços e procedimentos desenvolvidos, com as seguintes características mínimas:

4.9.3.1. O sistema deverá ser redundante, isto é, deverá possuir backup das informações para evitar perda das mesmas;

4.9.3.2. Trabalhar em ambiente Windows;

4.9.3.3. Deve possuir aplicativo On-line e Off-line disponíveis para download nos sistemas Android e IOS, que permita a abertura de Ordens de Serviço (OS), execução de check lists, assinatura digital e assinatura digital através da tela;

4.9.3.4. Trabalhar em língua portuguesa.

4.9.4. O pagamento da segunda medição em diante está condicionada ao efetivo funcionamento do software, ou seja, atendendo a todos os critérios exigidos neste documento.

4.9.5. O sistema deve ainda ser capaz de gerenciar e controlar as atividades de manutenção preventivas e corretivas e serviços comuns de engenharia, disponibilizar diversos indicadores, dashboards e relatório por períodos solicitados, contendo todas as informações e gráficos relativos aos trabalhos desenvolvidos com as seguintes características mínimas:

4.9.5.1. Permitir a criação de Plano de Planejamento e Controle dos equipamentos e sistemas prediais, tais como: caixa d'água, geradores, subestações, quadros elétricos, bombas, etc., com possibilidade de direcionamento desses planos a setores, equipes, edifícios.

4.9.5.2. Permitir a emissão de ordens de serviço automáticas para as rotinas de manutenção preventiva de acordo com a programação estabelecida no Plano de Manutenção.

4.9.5.3. Permitir o cadastramento de solicitação de serviço mediante solicitação de usuário, via computador, notebook, tablet e/ou smartphone, com a possibilidade de inclusão de fotos, exigindo do usuário o preenchimento de informações básicas como local, equipamento, descrição do serviço e justificativa caso seja necessário, e permitir o acompanhamento de todos o seu processo de execução, incluindo as fases de cadastro, orçamento, aprovação do orçamento, execução, recebimento e permissão para envio para pagamento;

4.9.5.4. O software terá que deter no mínimo de 250 (duzentas e cinquenta) licenças para usuários capazes de gerenciar e modificar o sistema para atender todas as áreas demandantes da UnB. Estando pelo menos 50 (cinquenta) destas licenças usuários disponíveis à equipe de fiscalização do contrato.

4.9.5.5. Possuir número ilimitado de licenças para requisitantes de serviço;

4.9.5.6. Permitir que os usuários efetuem consultas nos sistemas, via web, sobre a situação das suas solicitações;

4.9.5.7. Possibilitar o tratamento das ordens de serviços exclusivamente de forma digital, incluindo a funcionalidade de assinatura digital nas ordens de serviços, com possibilidade de obrigatoriedade da assinatura digital para o cumprimento do fluxo;

4.9.5.8. Exportar as OS para os formatos de PDF, Excel e Word;

4.9.5.9. Permitir a inserção das planilhas de materiais e de serviços sob demanda no sistema, associando as ordens de serviço aos itens utilizados em ambas as planilhas e suas respectivas quantidades após a execução;

4.9.5.10. Possibilitar a análise de custos separados dentro da OS, relativos a materiais e mão de obra;

4.9.5.11. Possibilitar o registro de mão de obra, de forma mais precisa com o uso de funcionalidade de cronômetro;

4.9.5.12. Possibilitar ações em lote para as OS relacionadas a: Inserir mão de obra, agendamento de OS, cancelamento, aprovação e fechamento de OS, e etc.;

4.9.5.13. Deter de quadro de acompanhamento de processos para a gestão em tempo real, onde seja possível acompanhar o status das Ordens de Serviço em tempo real. Inclusive poder acompanhar o momento que o profissional irá iniciar os serviços demandados, deste modo podendo a fiscalização comparecer ao local se desejar.

4.9.5.14. Envio automático de e-mails para os solicitantes de serviço e para as equipes de execução e fiscalização para o acompanhamento real do processo na troca de pendências (etapas);

4.9.5.15. Possuir recurso de agenda e/ou tarefas para monitorar as ações do dia, criação de prazos de alerta e deter de chat interno para comunicação entre Contratada e fiscalização, quando houver necessidade;

4.9.5.16. Permitir a gestão dos arquivos que forem inseridos no sistema;

4.9.6. O sistema Informatizado deve disponibilizar, pelo menos, os seguintes relatórios e gráficos:

4.9.6.1. Detalhamento das Ordens de Serviço, com filtro por setor, edifício, família (ou categoria) e/ou qualquer outro item/evento que componha a ordem de serviço;

4.9.6.2. Ocorrência de manutenção por equipamento (frequência);

4.9.6.3. Ordens de Serviço OS's, acumuladas, abertas e fechadas em períodos de tempo;

4.9.6.4. OS pendentes e causas das pendências;

4.9.6.5. Relatório com percentual de conclusão para a OS;

4.9.6.6. Relatórios de percentuais de OS pendentes conforme período;

4.9.6.7. Tempo de resposta (tempo para o 1º atendimento);

4.9.6.8. Tempo de reparo (tempo para a conclusão ou execução da OS);

4.9.6.9. Tempo médio de Reparo;

4.9.6.10. Percentual de conclusão de manutenção Corretiva;

4.9.6.11. Número de Ordens de Serviço por Equipamento;

4.9.6.12. Número de Ordens de Serviço por Setor;

4.9.6.13. Total de OS pendentes dentre as abertas;

4.9.6.14. Relatório de manutenção preventiva programada x manutenção preventiva realizada;

4.9.6.15. Histórico do equipamento ou instalação;

4.9.6.16. Relatório de manutenção preventivas planejadas;

4.9.6.17. Relatórios de indicadores de custo com total conforme setor;

4.9.6.18. Relatório das quantidades de chamados recebidos por usuários, como possibilidades de filtragem por período;

4.9.7. O sistema informatizado deve permitir a criação de um banco de conhecimento de rotinas de manutenção que possa ser consultado, incorporado e aprimorado, tornando a troca de informações;

4.9.8. O sistema deve, ainda, permitir a avaliação dos serviços de manutenção pelos usuários demandantes, através da classificação do nível de satisfação de 1 (uma) a 5 (cinco) estrelas.

4.9.9. O sistema deve ser capaz de seguir o fluxograma de execução de Ordens de Serviços preventiva, corretiva e de Serviços sob demanda ou outro fluxograma apresentado em linhas com o estabelecido, desde que seja acatado pela fiscalização.

4.9.10. A Contratada deverá, a cada semestre, entregar à Contratante todo o banco de dados do Software de Gerenciamento da Manutenção Predial, garantindo a continuidade e a transparência das informações em formato pdf e arquivo editável.

4.9.11. A Contratada deverá, ao final do Contrato ou por solicitação da fiscalização, entregar à Contratante todo o banco de dados do Software de Gerenciamento da Manutenção Predial, garantindo a continuidade e a transparência das informações.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Após uma análise abrangente do atual cenário do mercado, foram identificadas diversas soluções para a contratação de serviços comuns de engenharia, cada uma com suas características distintas:

5.1.1. **Contratação de Serviços sem Dedicação de Mão de Obra Exclusiva – Desconto Tabela SINAPI:** Este modelo, atualmente adotado nos contratos vigentes da Universidade de Brasília, envolve a solicitação de serviços conforme demanda, sem a alocação permanente de funcionários nas instalações da universidade. Todo o material é fornecido pela empresa contratada, e o pagamento é efetuado com base nos descontos previamente estabelecidos na tabela SINAPI. Após avaliação da equipe técnica e de gestão, este modelo foi considerado satisfatório para atender às necessidades da Universidade.

5.1.2. **Contratação dos Serviços com Equipe Técnica Residente e Ressarcimento de Material e Serviços Eventuais por Demanda:** Neste modelo, uma equipe técnica permanece nas dependências da Universidade, e os materiais e serviços eventuais são ressarcidos pela Administração conforme a demanda. Entretanto, essa abordagem tende a ser mais onerosa devido aos custos fixos associados aos postos de trabalho, que podem ficar ociosos em determinados períodos. Além disso, a necessidade de ressarcimento dos materiais demanda uma força de trabalho considerável para a fiscalização contratual.

5.1.3. **Contratação dos Materiais Separadamente da Mão de Obra:** Este modelo pressupõe a existência de contratos separados para a prestação de serviços e a aquisição de materiais e equipamentos, os quais são disponibilizados à empresa. No entanto, os ritos contratuais da administração pública podem acarretar atrasos e prejuízos em casos de emergências ou falta de materiais, considerando a nãoestocagem de todos os materiais devido às suas especificidades ou previsibilidade de uso.

5.1.4. Contratação Híbrida - Postos Fixos e Serviços por Demanda: Este modelo combina a alocação de uma equipe técnica residente com a solicitação de serviços adicionais conforme demanda. Embora ofereça uma presença constante no local, pode resultar em custos adicionais e complexidade na gestão dos contratos.

5.1.5. Contratação de Facilities: Consiste na integração de todos os serviços relacionados à operação do edifício, incluindo manutenção predial, limpeza, recepção, telefonistas, copa, brigada, vigilância, entre outros. Embora ofereça ganhos de escala e eliminação de gastos redundantes, além de simplificar a gestão contratual, essa modalidade ainda é incipiente na Administração e requer uma maturidade maior para sua implementação na Universidade.

5.2. A modalidade selecionada foi Contratação de Serviços sem Dedicação de Mão de Obra Exclusiva – Desconto Tabela SINAPI, mantendo o modelo atualmente adotado pela Secretaria de Patrimônio Imobiliário (SPI) conforme motivos acima descritos. As demais opções, embora apresentem vantagens específicas, não oferecem a mesma eficiência operacional e relação custo-benefício que o modelo atualmente adotado. Portanto, recomendamos que a contratação siga a modalidade já estabelecida, garantindo assim a continuidade e a eficácia dos serviços de restauração das instalações prediais da UnB e as devidas adequações e adaptações.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços comuns de engenharia, incluindo manutenção, conservação, adaptação e instalação de infraestruturas prediais e imobiliárias, todos com fornecimento de materiais e peças, equipamentos e mão-de-obra necessários para atender as edificações da Universidade de Brasília, bem como espaços de atividades temporárias de ensino, pesquisa e extensão utilizados pela mesma, sem dedicação exclusiva de mão de obra e sob demanda.

6.2. Os serviços serão executados mensalmente, nos imóveis de propriedade ou posse da Universidade de Brasília, considerando as edificações, construções, áreas externas, sistemas superficiais e subterrâneos e áreas verdes vegetadas, conforme os endereços descritos: **SQN 205** (Blocos C, H e L), **SQN 206** (Blocos A, F, K), **SQN 109** (Blocos I e J), **Colina** (Campus Darcy Ribeiro - Blocos A, B, C, D, E, F, G, H, I, J e K), **Edifício OK** (Setor Comercial Sul), **Edifício Anápolis** (Setor Comercial Sul) e **Casa Niemeyer**. Além desses, está inclusa a manutenção e reparos em apartamentos de sua propriedade localizadas nos endereços SQN 107 (Bloco H), SQN 109 (Bloco H), SQN 205 (Bloco G), SQN 206 (Blocos B e J), SQN 212 (Blocos A, C, D, E, F, G, H, I, J e K), SQN 214 (Blocos A, B, C, D, E, F, G, H, I, J e K) e SQN 310 (Blocos E, F, G, J e K), apart-hotéis localizados no Setor de Hotéis e Turismo Norte (Lake Side, Blocos E e F), lojas e salas comerciais localizadas na SCLN 109, SCLN 115, SCLN 406, SEP-Sul 714/914 (Edifício Talento) e SGAS 915 (Edifício Office Center).

6.2.1. Os serviços serão prestados nos imóveis de propriedade ou posse da Universidade de Brasília, nos endereços acima descritos, podendo ser realocados ou acrescidos postos para outras Unidades e áreas que a UnB venha a utilizar, conforme sua necessidade.

6.2.2. Lista de edifícios atualmente cuja áreas comuns são administradas pela SPI para manutenção preventiva e corretiva:

ITEM	IDENTIFICAÇÃO	ÁREA CONSTRUÍDA (M ²)
1	SQN 205 Bloco "C"	8.103,96
2	SQN 205 Bloco "H"	8.163,72
3	SQN 205 Bloco "L"	8.103,96
4	SQN 206 Bloco "A"	6.990,48
5	SQN 206 Bloco "F"	6.990,48
6	SQN 206 Bloco "K"	6.990,48
7	SQN 109 Bloco "I"	5.038,86
8	SQN 109 Bloco "J"	9.499,60

9	Colina Bloco "A"	3.250,00
10	Colina Bloco "B"	2.050,00
11	Colina Bloco "C"	2.050,00
12	Colina Bloco "D"	3.250,00
13	Colina Bloco "E"	11.621,00
14	Colina Bloco "F"	8.755,92
15	Colina Bloco "G"	11.668,00
16	Colina Bloco "H"	12.573,00
17	Colina Bloco "I"	9.383,00
18	Colina Bloco "J"	11.668,00
19	Colina Bloco "K"	11.900,00
20	Edifício OK, Setor Comercial Sul	2.414,34
21	Edifício Anápolis, Setor Comercial Sul	2.783,75
22	Casa de Niemeyer	926,00
TOTAL		154.174,55

6.2.2.1. Os edifícios residenciais da **SQN 205** (Bloco C, H e L), **SQN 206** (Blocos A, F e K), **SQN 109** (Blocos I e J), e aqueles situados na Colina (Blocos E, F, G, H, I e J), no Campus Darcy Ribeiro, têm 08 (oito) pisos, com as seguintes utilizações: 06 (seis) pavimentos-tipo de uso residencial, pavimento térreo que constitui o pilotis, onde estão situados o apartamento do zelador, guarita, cubículos dos medidores de energia, caixas de correios, sanitários e depósitos de materiais de limpeza, e subsolo, destinado a garagem de veículos.

6.2.2.2. Os edifícios residenciais dos blocos A, B, C e D da **Colina**, no Campus Darcy Ribeiro, dispõem de 04 (quatro) pisos, sendo: 03 (três) pavimentos-tipo de uso residencial, pavimento térreo que constitui o pilotis, onde estão situados a guarita, cubículos dos medidores e quadros elétricos, caixas de Correios, sanitários e depósitos de materiais de limpeza.

6.2.2.3. O Bloco K, **Colina**, Campus Darcy Ribeiro, têm 03 pisos onde se situam os apartamentos destinados a estudantes de pós-graduação, sendo que no pavimento térreo, além dos apartamentos, estão situados a portaria, depósito de materiais de limpeza e o cubículo dos medidores e quadros elétricos.

6.2.2.4. O edifício comercial denominado **Edifício OK**, no Setor Comercial Sul, dispõe de 9 (nove) pisos, sendo: 06 (seis) pavimento-tipo constituídos por salas comerciais, cobertura, pavimento térreo (onde se encontra a portaria, hall de entrada e o cubículo dos medidores e quadros elétricos e uma loja comercial) e subsolo (destinado a garagem de veículos).

6.2.2.5. O edifício comercial denominado **Edifício Anápolis**, no Setor Comercial Sul, dispõe de 09 (nove) pisos, sendo: 06 (seis) pavimento-tipo constituídos por salas comerciais, cobertura, pavimento térreo (onde estão situados a portaria, hall de entrada e uma galeria de exposições) e subsolo (destinado a garagem de veículos).

6.2.2.6. Nos edifícios em que a contratante não detém a propriedade da totalidade de unidades em relação aos demais proprietários, será necessária comunicação prévia da empresa aos síndicos dos edifícios para obtenção da devida autorização e observância das regras para realização dos serviços.

6.3. O objeto contratado será executado conforme as rotinas e procedimentos estabelecidos no Termo de Referência da Contratação e no Plano de Manutenção, dentro dos preceitos da boa técnica e de acordo com os padrões de qualidade indispensáveis ao perfeito atendimento da finalidade a que se destina.

6.4. Os sistemas instalados e características das edificações, que fazem parte do escopo da contratação são os abaixo descritos e estarão relacionados e quantificados no Termo de Referência e seus anexos:

6.4.1. Alvenaria, pisos e gesso.

6.4.2. Impermeabilização.

6.4.3. Vidraçaria.

6.4.4. Marcenaria, carpintaria e serralheria.

6.4.5. Hidráulica.

6.4.6. Elétrica.

6.4.7. Pintura

6.4.8. Serviços relacionados a instalação e manutenção de estruturas de acessibilidade e combate a incêndio.

6.4.9. Divisórias, forros.

6.4.10. Cercas, alambrados e gradis.

6.4.11. Cabeamento Estruturado.

6.4.12. Serviços de Fibra óptica.

6.4.13. Fusão de fibra óptica.

6.4.14. Serviço de telecomunicações.

6.4.15. SPDA.

6.4.16. Manejo de resíduos de construção e afins.

6.4.17. Serviços de pedreiro.

6.4.18. Serviços comuns de engenharia (manutenção, conservação, adaptação e instalação em infraestruturas prediais, todos com fornecimento de materiais e peças, equipamentos e mão-de-obra necessários).

6.5. As tabelas a serem utilizadas devem seguir as tabelas já descritas no item 4.7 DOS PREÇOS E TABELAS deste ETP.

6.6. Os serviços de manutenção preventiva deverão seguir o Plano de Manutenção elaborado pela empresa e aceito pela fiscalização.

6.6.1. A manutenção preventiva deverá ser executada nos dias indicados no Plano de Manutenção, no horário de expediente da Universidade.

6.6.2. A manutenção preventiva também poderá ser executada fora do expediente normal da Universidade, desde que a empresa solicite previamente ou a empresa firme acordo com a fiscalização por meio de notificação oficial.

6.6.3. A empresa deve apresentar à fiscalização as rotinas e periodicidades que comporão o plano de manutenção preventiva a ser adotado para garantir o bom funcionamento dos prédios e a segurança dos usuários.

6.6.4. Essas rotinas e o plano de manutenção deverão ser previamente aprovados pela Fiscalização.

6.6.5. O Plano de manutenção preventiva deve ser elaborado pelo responsável técnico pelos serviços e deverá ser entregue no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data de emissão da Ordem de Serviço, para aprovação da fiscalização.

6.6.6. O Plano de Manutenção a ser apresentado deverá conter no mínimo as rotinas estabelecidas no Termo de Referência.

6.6.7. Quaisquer rotinas estabelecidas no Termo de Referência que não constem do Plano de Manutenção deverão ser objeto de justificativa apresentada pela empresa.

6.6.8. Sempre que for necessário atualizar o plano de manutenção, a empresa deverá informar e apresentá-lo à Fiscalização.

6.6.9. A empresa deve adaptar o plano de manutenção para que se considerem falhas previsíveis, como aquelas devido ao tempo de uso, deterioração, etc.

6.6.10. O plano de manutenção deve ser compatível com a instalação, para que o tempo de manutenção seja reduzido o máximo possível, sem reduzir a segurança das pessoas, para minimizar o tempo não operacional da instalação.

6.6.11. Qualquer serviço adicional ou com periodicidade mais favorável à Universidade poderá ser executado e isto não implicará em qualquer custo adicional para a Fundação.

6.6.12. Cada Ordem de Serviço de manutenção preventiva deve necessariamente ser acompanhada de checklist contendo todas as rotinas de manutenção efetivamente realizadas.

6.6.13. As Ordens de Serviço de manutenção preventiva devem ser atestadas pela fiscalização.

6.7. Os serviços de manutenção corretiva deverão ser executados sempre que houver necessidade de consertos e reparos para restaurar o perfeito funcionamento dos edifícios e construções, objetos desta contratação, ou quando requeridos pela fiscalização.

6.7.1. A manutenção corretiva deverá ser executada por meio de abertura de Ordem de Serviço, que pode ser feita por telefone, por e-mail, ou outro meio de comunicação, o qual a empresa deverá disponibilizar à fiscalização. Essa Ordem de Serviço deve ser atestada pela fiscalização após a conclusão do serviço.

6.7.2. O prazo da manutenção corretiva passa a contar a partir da efetiva entrega da Ordem de Serviço pela Fiscalização da UnB à contratada, por qualquer meio de comunicação disponível, desde que a contratada confirme o recebimento da Ordem de Serviço.

6.7.3. Ao término de cada serviço de manutenção corretiva, o(s) profissional(is) que executaram a atividade, deverá (ão) apresentar o referido registro/ordem de serviço ao responsável indicado pela fiscalização que deverá receber uma via do documento.

6.7.4. Devem ser observados os seguintes limites:

6.7.4.1. Em casos urgentes, que impedem o funcionamento da unidade ou que carregem o risco iminente de impedimento total, o prazo máximo para início de atendimento, contado do encaminhamento da Ordem de Serviço, deverá ser de 60 (sessenta) minutos, o qual deverá ser atendido a qualquer momento, inclusive domingos e feriados, sem ônus adicionais à FUB;

6.7.4.2. Em ocorrências que não comprometem o funcionamento da unidade, porém incomodam empregados e clientes ou ainda prejudicam a imagem da contratante, o prazo máximo para início de atendimento, contado do encaminhamento da Ordem de Serviço, deverá ser de 24 (vinte e quatro) horas, o qual deverá ser atendido a qualquer momento, inclusive domingos e feriados, sem ônus adicionais à FUB;

6.7.4.3. O Prazo para a entrega dos orçamentos será limitado em 5 (cinco) dias úteis para os serviços ordinários. Após a liberação da fiscalização para execução do serviço, o prazo máximo de atendimento deverá ser de 10 (dez) dias úteis.

6.7.4.4. Em casos excepcionais de materiais de difícil substituição ou aquisição, mediante relatório justificado assinado pelo engenheiro supervisor e aceito pelo fiscal do contrato, o prazo estabelecido poderá ser negociado /programado.

6.7.4.5. Na impossibilidade de cumprimento dos prazos estabelecidos, por motivo de caso fortuito ou força maior, a empresa deverá apresentar, imediatamente, justificativa para a eventual impossibilidade para a realização do serviço, justificativa esta que será julgada pela fiscalização, a qual emitirá parecer favorável ou desfavorável ao pleito da empresa.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa das quantidades a serem contratadas foi calculada com base quantidade de requisições dos primeiros 20 meses do Contrato nº 1223/2022 celebrado entre a Universidade de Brasília e a empresa Construtora Engemega Ltda (Processo SEI 23106.059077/2021-46).

7.2. No Contrato nº 1223/2022 (23106.059077/2021-46) foi atendida a demanda de 1214 (mil duzentas e quatorze) Ordens de Serviço nos primeiros 20 meses do contrato, conforme detalhado na tabela. Considerando estes valores, a estimativa a ser contratada é 60 ordens de serviço mensal.

Medição	Mês	Quantidade de Ordem de Serviço
1ª	Nov/2022	21
2ª	Nov/2022	21
3ª	Dez/2022	56
4ª	Jan/2023	49
5ª	Fev/2023	41
6ª	Mar/2023	39
7ª	Abr/2023	50
8ª	Mai/2023	52
9ª	Jun/2023	65
10ª	Jul/2023	130
11ª	Ago/2023	68
12ª	Set/2023	74
13ª	Out/2023	74
14ª	Nov/2023	78
15ª	Dez/2023	42
16ª	Jan/2024	65
17ª	Fev/2024	78
18ª	Mar/2024	77
19ª	Abr/2024	92
20ª	Mai/2024	42
TOTAL		1214
MÉDIA		61

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 8.444.232,06

8.1. A estimativa das quantidades a serem contratadas foi calculada com base em gastos dos primeiros 20 meses do Contrato nº 1223/2022 celebrado entre a Universidade de Brasília e a empresa Construtora Engemega Ltda (Processo SEI 23106.059077/2021-46).

8.2. No Contrato nº 1223/2022 (23106.059077/2021-46) nos primeiros 20 (vinte) meses, referente a novembro de 2022 a maio de 2024, um gasto igual a R\$ 6.127.476,74 (seis milhões cento e vinte sete mil quatrocentos e setenta e seis reais e setenta e quatro centavos), conforme detalhado na tabela.

--	--	--	--	--

<i>Medição</i>	<i>Mês</i>	<i>Valor pago</i>	<i>Índice INCC</i> <i>Data base nov 2025</i>	<i>Valor corrigido</i> <i>pelo INCC</i>
1ª	Nov/2022	R\$ 10,311.74	27.7%	R\$ 13,168.09
2ª	Nov/2022	R\$ 43,736.72	27.7%	R\$ 55,851.79
3ª	Dez/2022	R\$ 214,601.95	26.2%	R\$ 270,827.66
4ª	Jan/2023	R\$ 298,129.59	24.8%	R\$ 372,065.73
5ª	fev/23	R\$ 253,091.69	24.2%	R\$ 314,339.88
6ª	mar/23	R\$ 422,648.02	23.1%	R\$ 520,279.71
7ª	abr/23	R\$ 470,690.65	22.6%	R\$ 577,066.74
8ª	mai/23	R\$ 354,623.43	22.0%	R\$ 432,640.58
9ª	jun/23	R\$ 386,169.06	21.3%	R\$ 468,423.07
10ª	jul/23	R\$ 316,944.69	21.1%	R\$ 383,820.02
11ª	ago/23	R\$ 481,666.96	20.4%	R\$ 579,927.02
12ª	set/23	R\$ 194,259.75	19.4%	R\$ 231,946.14
13ª	out/23	R\$ 308,989.59	18.7%	R\$ 366,770.64
14ª	nov/23	R\$ 341,460.43	18.3%	R\$ 403,947.69
15ª	dez/23	R\$ 228,990.76	17.6%	R\$ 269,293.13
16ª	jan/24	R\$ 84,112.39	16.2%	R\$ 97,738.60
17ª	fev/24	R\$ 181,090.07	15.8%	R\$ 209,702.30
18ª	mar/24	R\$ 357,259.92	15.7%	R\$ 413,349.73
19ª	abr/24	R\$ 552,615.36	15.3%	R\$ 637,165.51
20ª	mai/24	R\$ 626,083.97	14.8%	R\$ 718,744.40
TOTAL		R\$ 6,127,476.74		R\$ 7,337,068.44
MÉDIA		R\$ 306,373.84		R\$ 366,853.42

8.3. Considerando a correção de valores pelo índice INCC, a estimativa do valor é de R\$ 7.337.068,44 (sete milhões, trezentos e trinta e sete mil sessenta e oito reais e quarenta e quatro centavos).

8.4. Considerando o valor corrigido pelo INCC e o percentual estimado do desconto médio de 15,09%, obtido pelo documento de Razão de escolha e justificativa de preço (Pesquisa de Preço), a estimativa do valor da contratação é de R\$ 8.444.232,06 (oito milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil duzentos e trinta e dois reais e seis centavos).

8.5. Há de reconhecer-se que o quantitativo exato para os serviços de manutenção predial é tarefa de aferição impossível para o gestor público pois não há como prever tudo o que será demandado durante a vigência do contrato. Neste sentido o Acórdão nº 1381/2018 - TCU Plenário: Embora seja possível estimar quantidades com base nas contratações passadas e nas características das instalações a serem preservadas, de fato, é amplo o rol de serviços e materiais a serem empregados, havendo tanto o risco de estimativas insuficientes quanto desnecessárias.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A opção por não realizar o parcelamento da contratação — mantendo o escopo integral em um único contrato — fundamenta-se em razões técnicas, operacionais e gerenciais que demonstram maior eficiência, economicidade e controle na execução dos serviços.

9.2. A racionalização da gestão contratual é um fator determinante nessa decisão, uma vez que a unificação dos serviços em um único instrumento contratual simplifica o gerenciamento administrativo e técnico, reduzindo a necessidade de acompanhamento simultâneo de múltiplas empresas, medições, fiscalizações e comunicações contratuais. Essa abordagem favorece a integração das atividades, evita sobreposição de responsabilidades e contribui para uma fiscalização mais eficiente, com melhor aproveitamento dos recursos humanos e financeiros da Administração.

9.3. Dessa forma, considerando os princípios da eficiência, da economicidade e da gestão integrada dos serviços, não se justifica o parcelamento da contratação em lotes distintos, sendo mais adequado e vantajoso para a Administração manter o objeto consolidado em um único lote.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há necessidade de contratação correlata e/ou interdependentes para a completa prestação do objeto desta contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação encontra respaldo institucional conforme previsão no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2023- 2028, no que diz respeito à gestão de infraestrutura desta UnB.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Os benefícios do planejamento da contratação envolvem a economicidade por meio do aproveitamento da economia de escala, ampliando as chances de a Administração obter a proposta mais vantajosa.

12.2. Promoverá também eficiência na execução dos serviços, com a seleção de empresa tecnicamente capacitada e especializada, garantindo melhor desempenho operacional e uso racional dos recursos públicos.

12.3. Além disso, a medida contribuirá para a melhoria da qualidade dos serviços de manutenção, assegurando maior disponibilidade e confiabilidade dos sistemas e das edificações da Universidade de Brasília.

12.4. Os benefícios resultantes da prestação dos serviços envolvem maior segurança e conforto para todos os usuários, internos e externos, reduzindo riscos e favorecendo o aumento da produtividade.

12.5. Haverá redução do desperdício de recursos, como água e energia elétrica, por meio da manutenção preventiva e da adoção de boas práticas operacionais.

12.6. Os serviços garantirão maior confiabilidade e disponibilidade dos sistemas e estruturas, evitando falhas e interrupções nas atividades da Universidade.

12.7. A contratação também proporcionará agilidade na execução das manutenções corretivas, com menor tempo de resposta e redução de riscos de avarias, assegurando qualidade nas intervenções.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. São providências necessárias para adequação do ambiente do órgão:

13.1.1. Reestruturação dos acompanhamentos e fiscalizações por parte da Diretoria de Manutenção e Engenharia (SPI/DIME);

13.1.2. Reuniões com os fiscais para divulgação e capacitação dos servidores a atuarem na contratação e fiscalização dos serviços de acordo com as especificidades do objeto a ser contratado;

13.1.3. Controle tanto de pagamentos, quanto de serviços e quantitativos;

13.1.4. Estruturação de uma equipe para acompanhamento do contrato e suas burocracias;

13.1.5. Uso do Índice de Medição de Resultado (IMR).

13.2. Não serão necessárias adequações relacionadas a disponibilização de espaço físico para a guarda de materiais, refeitórios e vestiários tendo em vista que os serviços serão prestados sob demanda, não havendo necessidade de funcionário fixos nas dependências da Universidades.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Impactos ambientais são as alterações no ambiente causadas pelas ações humanas. Os impactos ambientais podem ser considerados positivos e negativos. Os impactos negativos ocorrem quando as alterações causadas geram risco ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no espaço. Por outro lado, os impactos são considerados positivos quando as alterações resultam em melhorias ao meio ambiente.

14.2. Identifica-se como os possíveis impactos ambientais da contratação: a Geração de resíduos, a Poluição do Solo, a Poluição da Água e o Desperdícios de Recursos Naturais. Sendo assim, disciplinamos abaixo as respectivas medidas de tratamento quanto a esses impactos que deverão ser observadas na contratação:

IMPACTOS AMBIENTAIS POSSÍVEIS	MEDIDAS DE TRATAMENTO
Geração de Resíduos	Ressaltar no Termo de Referência da Contratação que os serviços prestados devem ser pautados no uso racional de recursos, equipamentos, e insumos, para evitar a geração excessiva de resíduos, bem como outros impactos. A Fiscalização do contrato deve se certificar que essa orientação será seguida.
Poluição do Solo	A contratada deve ser informada que em hipótese alguma deverá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d' água, lotes vagos e áreas protegidas em lei, bem como áreas não licenciadas.
Poluição da água	O Termo de Referência da Contratação deverá trazer orientações quanto ao descarte de óleos usados ou contaminados provindos dos Grupo Moto Geradores ou outros equipamentos e instalações, proibindo qualquer descarte em solos, subsolos, nas águas interiores, e nos sistemas de esgoto e evacuação. Devendo ser seguida a resolução Conama nº 362/2005, que recomenda a aplicação da logística reversa desses resíduos.
Desperdícios de Recursos Naturais	Ressaltar no Termo de Referência da Contratação que os serviços prestados devem ser pautados no uso racional de recursos, incluindo energia elétrica, água e demais recursos que estejam sobre a supervisão da contratada. A Fiscalização do contrato deve se certificar que essa orientação será seguida.

14.3. Conforme aponta o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis e os RESÍDUOS SÓLIDOS EM GERAL OU REJEITOS – e a LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010 da Política Nacional de Resíduos Sólidos, bem como o DECRETO Nº 7.404, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010 estão entre as principais determinações:

14.3.1. os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que gerem resíduos perigosos estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos;

14.3.2. a instalação e o funcionamento de empreendimento ou atividade que gere ou opere com resíduos perigosos somente podem ser autorizados ou licenciados pelas autoridades competentes se o responsável comprovar, no mínimo, capacidade técnica e econômica para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos, quanto a:

14.3.2.1. dispor de meios técnicos e operacionais adequados para o atendimento da respectiva etapa do processo de gerenciamento dos resíduos sob sua responsabilidade, observadas as normas e outros critérios estabelecidos pelo órgão ambiental competente;

14.3.2.2. apresentar, quando da concessão ou renovação do licenciamento ambiental, as demonstrações financeiras do último exercício social, a certidão negativa de falência, bem como a estimativa de custos anuais para o gerenciamento dos resíduos perigosos, ficando resguardado o sigilo das informações apresentadas.

14.3.3. as pessoas jurídicas geradoras e/ou operadoras de resíduos perigosos, conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013, são obrigadas a cadastrar-se no Cadastro Nacional de Operadores

de Resíduos Perigosos – CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais. A inscrição no CNORP engloba:

14.3.3.1. a inscrição prévia do gerador ou operador de resíduos perigosos no Cadastro Técnico Federal;

14.3.3.2. a indicação do responsável técnico pelo gerenciamento dos resíduos perigosos, de seu próprio quadro de funcionários ou contratado, devidamente habilitado; - a prestação anual de informações sobre a geração, a coleta, o transporte, o transbordo, armazenamento, tratamento, destinação e disposição final de resíduos ou rejeitos perigosos;

14.3.4. As pessoas jurídicas que operam com resíduos perigosos também são obrigadas a:

14.3.4.1. elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente;

14.3.4.2. adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;

14.3.4.3. informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

14.3.5. É proibida a importação de resíduos sólidos perigosos e rejeitos, bem como de resíduos sólidos cujas características causem dano ao meio ambiente, à saúde pública e animal e à sanidade vegetal, ainda que para tratamento, reforma, reúso, reutilização ou recuperação. Além disso, devem ser inseridos no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:

a) Para a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 7.404, de 2010, e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA.

a.1) estar regularmente cadastrada no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013;

a.2) possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente e em conformidade com as exigências legais e normas pertinentes dos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA;

a.3) possuir, caso exigível, autorização ou licenciamento junto ao órgão competente, que comprove, no mínimo, capacidade técnica e econômica para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

b) A Contratada que também operar com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Decreto nº 7.404, de 2010, deverá:

b.1) elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente;

b.2) adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;

b.3) informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nos Estudos Preliminares e na análise das soluções disponíveis no mercado, sob os aspectos técnicos e financeiros, a equipe de planejamento da contratação concluiu que a contratação dos serviços de Manutenção Predial, nos moldes especificados, é a alternativa que melhor atende às necessidades de continuidade dos serviços atualmente prestados no âmbito da Universidade de Brasília. Considerando que a manutenção das instalações e equipamentos da Universidade é essencial para o funcionamento das atividades institucionais — uma vez que sua

interrupção pode comprometer a segurança das pessoas e das edificações —, torna-se necessário priorizar esta contratação, encaminhando, no menor prazo possível, os artefatos necessários ao prosseguimento do rito licitatório, de modo a evitar descontinuidade na prestação dos serviços. Por fim, com base nos elementos apresentados, a equipe de planejamento da contratação declara que a contratação de empresa especializada para a execução contínua dos serviços de Manutenção Predial mostra-se viável e adequada às necessidades da Universidade.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CLAUDIA MARCIA COUTINHO GURJAO

Autoridade competente

JESSICA SIQUEIRA DE SOUZA

Membro da comissão de contratação

MIRIAM DE CARVALHO CARNEIRO BRAGA

Membro da comissão de contratação

ROSANA RADEMAQUER FERREIRA BARRETO

Membro da comissão de contratação

CLECIO DA SILVA BATISTA

Membro da comissão de contratação

JOAO VICTOR CAVALCANTE BARROS

Membro da comissão de contratação

QUEILA POSSIDONIO ROSA

Membro da comissão de contratação



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

(Processo Administrativo nº 23106.071924/2025-74)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA E A
EMPRESA.....

A Universidade de Brasília com sede Campus Universitário Darcy Ribeiro - Asa Norte - Brasília-DF, criada pela Lei 3.998, de 15/12/61, instituída pelo Decreto 500, de 15/01/62, inscrita no CNPJ sob o nº 00038174/0001-43, neste ato representada REITORA ROZANA REIGOTA NAVES, nomeada pela Portaria xxxxxx, de xx de xx de 2024, publicada no DOU de xx de xx de 2024, portadora da matrícula funcional nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), tendo em vista o que consta no Processo nº 23106.071924/2025-74 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 90009/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de serviços de engenharia contínuos de manutenção predial dos imóveis de propriedade da Universidade de Brasília, incluindo fornecimento de materiais, peças, insumos e ferramentas. A manutenção predial envolve manutenção preventiva, corretiva e serviços eletivos (incluindo pequenas adaptações ou reformas de ambientes), com fornecimento de mão de obra, material e demais insumos necessários e adequados à correta e completa execução dos serviços, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO
1	Prestação de serviços comuns de engenharia, incluindo manutenção, conservação, adaptação, reparação e instalação de infraestruturas prediais e imobiliárias, todos com fornecimento de materiais e peças, equipamentos e mão de-obra necessários para atender as edificações da Universidade de Brasília, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.	unid.	1	R\$ XXXX,XX

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço unitário.

2. CLAUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 20 (vinte) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).
- 2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.
- 2.7.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**.
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. **CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

- 6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE**

- 7.1. As regras acerca da reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
- 8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- 8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
- 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
- 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
- 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;
- 8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 8.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.1.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

8.1.17. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

8.1.18. Exigir do CONTRATADO que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, **quando for o caso:**

8.1.18.1. "As built", elaborado pelo responsável por sua execução;

8.1.18.2. Comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

8.1.18.3. Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

8.1.18.4. Carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e

8.1.18.5. Certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

8.1.19. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 9.35. Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 9.36. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica nos locais descritos no item 5.2 do termo de referência;
- 9.37. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição.
- 9.38. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;
- 9.39. Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.
- 9.39.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra
- 9.40. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo CONTRATANTE;
- 9.41. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 9.42. Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 9.43. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 9.44. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;
- 9.45. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE;
- 9.46. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;
- 9.47. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;
- 9.48. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 9.49. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;
- 9.50. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
- 9.51. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:
- 9.51.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- 9.51.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- 9.51.3. florestas plantadas; e
- 9.51.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 9.52. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- 9.52.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- 9.52.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;
- 9.52.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

- 9.52.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o CONTRATADO deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
- 9.53. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, nos seguintes termos:
- 9.53.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.
- 9.53.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 2002, o CONTRATADO deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
- 9.53.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.
- 9.53.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.
- 9.53.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 9.53.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 9.53.3. Em nenhuma hipótese o CONTRATADO poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- 9.53.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil no Distrito Federal, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o CONTRATADO comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.
- 9.54. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- 9.54.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.
- 9.54.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 1990, e legislação correlata.
- 9.55. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.
- 9.56. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.
- 9.57. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.
- 9.58. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar jun cessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).
- 9.59. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelo CONTRATADO, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos;
- 9.59.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.
- 9.60. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, o CONTRATADO deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.
- 9.61. A CONTRATADA deverá providenciar e apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato, ou antes da primeira Ordem de Serviço, o que ocorrer primeiro, e, obrigatoriamente, antes do início da execução dos serviços, conforme o caso, o respectivo Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e/ou Termo de Responsabilidade Técnica – TRT, conforme a natureza dos serviços contratados, devidamente registrados junto ao conselho profissional competente, nos termos dos arts. 45 e 46 da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977, e dos arts. 16 e 19 da Lei nº 13.639, de 26 de junho de 2018.
- 9.61.1. A documentação referida no caput deverá abranger integralmente os serviços objeto deste contrato, identificando o responsável técnico pela sua execução, em conformidade com a Súmula TCU nº 260.
- 9.61.2. A não apresentação da documentação no prazo estipulado caracterizará descumprimento contratual, sujeitando a CONTRATADA às sanções previstas neste instrumento, sem prejuízo da suspensão do início da execução contratual, quando aplicável.
- 9.61.3. A CONTRATADA compromete-se a manter atualizados os registros de responsabilidade técnica durante toda a vigência contratual, providenciando sua renovação, substituição ou complementação sempre que houver alteração no responsável técnico ou no escopo dos serviços.
- 9.62. Antes da expedição da Ordem de Serviço, a CONTRATANTE promoverá, em conjunto com a CONTRATADA, a verificação das condições necessárias ao regular início da execução dos serviços, compreendendo, conforme o caso, a inexistência de pendências administrativas, a liberação das áreas de intervenção, a disponibilidade de acesso aos locais, a adoção de medidas de segurança, bem como a implementação de demais providências indispensáveis à adequada prestação dos serviços.

9.62.1. Constatada a existência de impedimentos que inviabilizem o início dos serviços por motivo não imputável à CONTRATADA, os prazos contratuais serão suspensos ou ajustados, conforme o caso, sem aplicação de penalidades.

9.62.2. A CONTRATADA deverá colaborar com as verificações prévias, fornecendo informações e adotando as providências que lhe couberem, quando solicitadas pela CONTRATANTE.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

13.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I - Gestão/Unidade:
- II - Fonte de Recursos:
- III - Programa de Trabalho:
- IV - Elemento de Despesa:
- V - Plano Interno:
- VI - Nota de Empenho:

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal no Distrito Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO



Documento assinado eletronicamente por Licia Holanda Almeida, Assistente em Administração do Decanato de Administração, em 19/02/2026, às 13:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **13808071** e o código CRC **3D66881B**.